

ALESSANDRA BERNARDES FARIA CAMPOS

*“CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO”*: CAMINHO(S) E  
LIMITES PARA O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Viçosa - MG  
Dezembro de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES  
CURSO DE GEOGRAFIA

*“CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO”*: CAMINHO(S) E  
LIMITES PARA O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Monografia apresentada como exigência  
parcial para a obtenção do grau de Bacharela  
em Geografia pela Universidade Federal de  
Viçosa

Orientador: Luís Angelo S. Acacri  
Co-orientador: Marcelo Miná Dias

Acadêmica: Alessandra Bernardes Faria  
Campos

Viçosa – MG  
Dezembro de 2007

Monografia defendida e aprovada em 13 de dezembro de 2007, perante banca  
examinadora composta por:

---

Maria Isabel Crhysóstomo de Jesus

---

Marcelo Miná Dias

---

Luís Ângelo S. Aracri

## DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, pelo apoio e amor incondicionais,  
minha mais profunda gratidão, carinho e amor eternos!*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço muito à minha mãe e ao meu pai, por me apoiarem nas minhas decisões, me dando suporte material e emocional para continuar minha caminhada e por me oferecerem sempre um porto seguro e feliz na minha cidade natal. Às minhas irmãs Rê e Fê e ao meu irmão Gu, simplesmente por sermos irmãos e, mais recentemente, pel@s sobrinh@s, Bruna, Felipe e Letícia, que mudaram nossas vidas!

Agradeço profundamente ao Favela por todo o amor, carinho e pelo intenso (intenso mesmo!) aprendizado neste muitos anos de convívio, quase que diário. Agradeço às meninas mais lindas do mundo: Alexa, Natália, Sandrinha e, em especial à Elaine, pessoas com as quais aprendi a compartilhar e amar através de convivência, das conversas, dos conselhos e das boas e muitas risadas durante toda a graduação!

Meu grande agradecimento à turma da geografia de 2003 pela postura sempre questionadora, crítica e participativa durante as aulas, coisa tão rara nesta universidade. Agradeço também aos colegas do Centro Acadêmico e da AGB-Viçosa pelas discussões e pelo grande aprendizado.

Agradeço à Comissão Organizadora do VII Estágio Interdisciplinar de Vivência (2004), e a minha querida família de Divino-MG por me permitirem ter um primeiro contato com a realidade das famílias que dedicam suas vidas ao desafiador trabalho no campo. Também ao CTA-ZM pela oportunidade do estágio, pelas entrevistas gentilmente cedidas, pelo material sempre disponível e, sobretudo pelo importante trabalho realizado junto aos agricultores da Zona da Mata mineira. Obrigada Dora, Marcinha, Ed, Breno e Ferrari.

Meus sinceros agradecimentos aos *sempre* professores, mestres e amigos do curso de Geografia da UFV, em especial ao Cláudio Severino, por despertar o encanto pelo saber e pelo conhecer como instrumento de luta em especial naquilo que se refere a questão agrária brasileira e também pelas importantes considerações na etapa final da realização desta pesquisa. Agradeço à Isabel e ao Eduardo pelo ensino de uma geografia militante, ao Léo Civale pelas aulas inquietantes que deixaram saudades e ao Ulysses, sempre atencioso e disposto a ajudar. Agradeço também aos professores Marcelo Miná e Luís Angelo pelas valiosas críticas e importantes contribuições nesta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos àqueles que acreditam e lutam por um mundo melhor, sem opressão, sem fome, sem pobreza; tanto aqueles que estão na academia, construindo uma ciência comprometida com as camadas mais pobres e excluídas da população, quanto àqueles que estão nas ruas e no campo, travando uma luta diária pela sua sobrevivência e pela construção da *humanidade*, no seu sentido mais profundo.

## LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 - Relação entre número de tratores e a área dos estabelecimentos .....	15
Tabela 2 - Principais cultivos de Araponga .....	42
Tabela 3 - Condição do produtor em relação às terras do estabelecimento agropecuário (parceiro, meeiro, terceiro, quartista etc.) – Araponga (1996) .....	44
Tabela 4 – Dez Mandamentos .....	58
Tabela 5 – Origem da Terra Conquistada – Araponga (2006) .....	62
Tabela 6 – Distribuição do tamanho das propriedades da conquista – Araponga (2005).....	62
Tabela 7- Estrutura fundiária de Araponga (1996) .....	80
Figura 1 – Localização de Araponga-MG.....	36
Figura 2 – Derrubada para a formação de um cafezal no interior fluminense – século XVIII .....	37
Figura 3 - Fazenda Santa Cecília .....	38

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	01
1.1 Contextualização da proposta .....	01
1.2 Justificativa, problema, objetivos e metodologia .....	03
2 “DESENVOLVIMENTO” E DESENVOLVIMENTOS: DEBATES EM TORNO DO TEMA .....	11
2.1 Sobre o <i>desenvolvimento</i> e o “ <i>desenvolvimento</i> ” .....	11
2.2 Da crítica e das novas concepções de desenvolvimento .....	22
3 SOBRE “ <i>CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO</i> ” EM ARAPONGA-MG .....	35
3.1 Do <i>lugar</i> : histórico da ocupação <i>não-indígena</i> da zona da mata mineira e caracterização de Araponga .....	35
3.2 O contexto da “ <i>Conquista de Terras em Conjunto</i> ”: conflitos e parcerias .....	43
3.3 Da “ <i>Conquista de Terras em Conjunto</i> ” .....	50
4 A <i>CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO</i> E O “DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE” .....	71
4.1 O antes e o depois da <i>Conquista</i> : o que mudou .....	72
4.1.1 No acesso a educação .....	72
4.1.2 Na participação das agricultoras e dos agricultores .....	74
4.1.3 Na moradia e na saúde das agricultoras e dos agricultores .....	77
4.2 O antes e o depois da <i>Conquista</i> : o não que mudou .....	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	83
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
7 ANEXOS .....	89

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA

*A importância da terra para os agricultores pode parecer algo evidente, mas, no âmbito das relações sociais locais, a posse e o uso da terra podem adquirir significados muito específicos e, até mesmo, alterar trajetórias de vida.*

Flávia Mafra (2006:29)

Nesta pesquisa foi realizado o estudo de uma experiência única no Brasil, a compra coletiva de terras no município de Araponga-MG, denominada pelas agricultoras e pelos agricultores locais como “*Conquista de Terras em Conjunto*”. Trata-se de uma alternativa de acesso à terra auto-organizada pelos agricultores, cuja base é a confiança e a cooperação entre os envolvidos. A compra coletiva de terras vem sendo realizada desde 1989 e até 2007, cerca de 175 famílias haviam adquirido terras, totalizando cerca de 570 hectares. A compra da terra acontece num esquema de crédito rotativo e é apoiado por agentes externos como o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Araponga e o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata<sup>1</sup> (CTA-ZM).

A maioria das pessoas envolvidas nesta compra coletiva de terras não vislumbrava a possibilidade de ter sua propriedade; trabalhavam como parceiros, arrendatários, meeiros e assalariados, tendo que se submeter às exigências dos donos das terras onde trabalhavam. A experiência da compra de terras em conjunto abriu novas possibilidades a estes agricultores.

As terras “conquistadas” possuem área inferior a 20 hectares, sendo que a maior parte, cerca de 70%, possui área inferior a 10 hectares (dados de 2006). A agricultura realizada possui um padrão tecnológico rudimentar e se baseia no trabalho familiar, sendo outras formas de trabalho, como as trocas de dias de serviço e os mutirões comuns entre as famílias<sup>2</sup>. O cultivo para subsistência é bastante importante para as famílias, sendo grande a diversidade encontrada nessas propriedades. O café é o cultivo comercial mais comum e em muitas propriedades adquiridas por meio da

---

<sup>1</sup> O CTA-ZM é uma organização não governamental que atua junto aos agricultores e agricultoras em parte dos municípios da Zona da Mata mineira, desde 1987, divulgando e difundindo a agroecologia.

<sup>2</sup> Nas trocas de dias de serviço pode haver pagamento em dinheiro, no entanto, a prática mais difundida é a troca de trabalho por trabalho. Os mutirões são trocas de dias com turmas maiores. Ambos se caracterizam como formas de ajuda mútua.



*Conquista* seu cultivo ou parte dele é orgânico, feito com base nos princípios da agroecologia<sup>3</sup>, o que é estimulado entre os participantes da *Conquista*.

Nesta pesquisa, foi realizada a análise da *Conquista de Terras em Conjunto* no município de Araponga-MG com enfoque no tema *desenvolvimento*, tendo como principal referência a perspectiva de Amartya Sen, tal como apresenta em sua obra *Desenvolvimento como liberdade* (SEN, 2000). Em seu trabalho, o autor elabora uma crítica ao desenvolvimento restrito ao crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), à elevação nas rendas pessoais, à industrialização e ao avanço tecnológico, devendo ser o desenvolvimento, na sua perspectiva, centrado na ampliação das liberdades individuais e coletivas. Segundo este autor, o desenvolvimento deve, sobretudo, ser um instrumento para a redução da pobreza, da tirania, assim como para a ampliação do acesso aos serviços públicos essenciais, das oportunidades econômicas e da participação política.

A concretização de algumas liberdades, tais como estabelecidas por Sen, no entanto, não garante um alto grau de autonomia dos indivíduos, tampouco promove uma transformação ampla nas configurações espaciais naquilo que se refere a uma mudança efetiva na estrutura fundiária em Araponga. Estas possuem uma relação de dependência com variáveis tais como dificuldades no acesso aos mercados e a própria terra, como pôde ser percebido na pesquisa realizada, apontando quem sabe para uma certa ausência de uma ação mais efetiva por parte do Estado no município no sentido de atender as demandas da população. Apesar de promover transformações importantes para as famílias envolvidas, criando novas possibilidades de acesso à terra e à informação, além de ampliar o poder de participação política destes agricultores no município, a *Conquista* não deve ser entendida como um processo radical de transformação nas relações de poder, tampouco na estrutura fundiária do município.

O tema *desenvolvimento* é uma discussão corrente na geografia e, apesar da pouca disponibilidade de textos específicos sobre a temática no interior desta disciplina, este tema encontra-se diluído em diversos debates travados em seu interior. As discussões relativas à temática são bastante marcadas pela contribuição dos economistas, o que, de antemão, demarca o foco central das análises e dos estudos, assim como os objetivos do debate, cuja centralidade é a esfera econômica. Neste sentido, são feitas e executadas propostas de “desenvolvimento” (algumas vezes já

---

<sup>3</sup> A agroecologia, de acordo com Petersen e Almeida (2004), pode ser compreendida como “*processos sociais descentralizados voltados para a experimentação de formas inovadoras de gestão técnica dos ecossistemas fundadas em tecnologias valorizadoras dos recursos locais, que garantem altos níveis de autonomia às economias familiares, ao mesmo tempo em que preservam o meio ambiente e a saúde de produtores e consumidores*” (p.4-5).

com o objetivo de aumento da geração e circulação monetária) e são criados índices para medi-las tomando aspectos econômicos como instrumentos utilizados para definir a eficácia dessas intervenções (tais como o PNB e renda *per capita*).

Nas últimas décadas, alguns desses modelos e índices de desenvolvimento têm sido questionados e novas propostas têm surgido com a finalidade de tornar menos nocivos – ambiental e socialmente – os efeitos das práticas comumente propostas como “caminhos para o desenvolvimento”. Neste sentido a própria noção de desenvolvimento vem passando por uma reformulação rumo a novas perspectivas que se baseiem mais nos anseios e nas possibilidades dos indivíduos que passam da condição de “clientes” para a de “protagonistas” dos processos de desenvolvimento – o que não implica no rompimento com a centralidade da questão econômica nessas proposições.

Partindo dessas novas noções e significados atribuídos ao desenvolvimento, essencialmente a perspectiva de Amartya Sen de *desenvolvimento como liberdade*, entendendo o desenvolvimento enquanto um *processo* de ampliação das liberdades, será feita a apresentação e discussão da *Conquista de Terras em Conjunto* no município de Araponga-MG, buscando elementos que possam identificá-la ou não como um processo de desenvolvimento, cujo meio e o fim sejam a ampliação das liberdades, vislumbrando também os limites desta perspectiva para o processo aqui pesquisado.

## **1.2 JUSTIFICATIVA, PROBLEMA, OBJETIVOS E METODOLOGIA**

Muitas das noções de desenvolvimento estão ligadas à produção de *modelos* capazes de tornar aquilo que é “atrasado” em “desenvolvido”. Assim, as concepções de desenvolvimento são geralmente elaboradas a partir das experiências de determinados grupos que conseguiram “se desenvolver” e passam a informar ações direcionadas àqueles que ainda não conseguiram. Estes processos de promoção do desenvolvimento são geralmente concebidos e praticados a partir de enfoques lineares e universalizantes. Desconsidera-se, portanto, as especificidades históricas e geográficas das diferentes nações e grupos, que são submetidos a modelos de desenvolvimento (por vezes até bem intencionados) distantes de suas necessidades, possibilidades e desejos. Torna-se necessário buscar meios de desenvolver – e critérios de avaliação de desenvolvimento – que sejam mais significativos aos diferentes grupos.

A proposição de Sen (2000) emerge como uma nova possibilidade de vislumbrar o(s) desenvolvimento(s) – seus meios e fins – e a experiência da *Conquista*

*de Terras em Conjunto*, coloca-se como uma possível concretização desta perspectiva. Cabe, portanto, analisar esta relação no sentido de aprofundar a compreensão desta experiência popular e alternativa de acesso à terras como meio e fim para a ampliação das liberdades dos(as) agricultores(as) envolvidos no processo, percebendo quais são as limitações desta perspectiva para um processo de fato emancipatório.

Os modelos de desenvolvimento propostos/impostos para o campo no Brasil, centrados numa lógica de aumento da produção e da produtividade têm gerado uma série de conseqüências nocivas a um grande número de trabalhadores rurais. Durante um longo período da história brasileira os debates sobre desenvolvimento rural ficaram circunscritos à difusão de tecnologias e aumento da produtividade agropecuária, sendo os debates e ações relativos à reforma agrária marginais ou mesmo ausentes. A questão do acesso e permanência na terra, apesar de anos de luta, ainda está longe de ser resolvida no Brasil. Muitas são as formas através das quais os agricultores, de forma organizada ou não, buscam solucionar este problema, sendo a experiência da *Conquista* uma delas.

Assim, nesta pesquisa entendemos a experiência em curso em Araponga como uma das manifestações que caracterizam o campo brasileiro na atualidade, resultado de inúmeros processos que vêm se desenrolando ao longo do tempo e do espaço. Esta experiência se mostra como uma das estratégias utilizadas pelos agricultores no sentido de permitir sua permanência no campo e sua reprodução econômica e social nesse espaço. Esclarecemos desde já que, nesta pesquisa, apesar de compreender a essencialidade do debate sobre a questão agrária brasileira para um melhor entendimento da experiência da *Conquista*, não realizamos uma exposição ampla sobre o tema, privilegiando o debate sobre o desenvolvimento.

Buscamos identificar a experiência da *Conquista de Terras em Conjunto* como uma tentativa de “territorialização”<sup>4</sup> (HAESBAERT, 2006) por parte das famílias agricultoras. Estas famílias, mesmo se encontrando numa situação de *imobilidade* espacial, já que estavam fixadas no espaço, trabalhando e vivendo nas terras dos “patrões”, por meio de relações de parceria, por exemplo, estavam “desterritorializadas”. Isso porque estas famílias não tinham o controle sobre suas

---

<sup>4</sup> A concepção de território, ou dos processos de territorialização são definidos por Haesbaert (2006) como resultado da *interação entre relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)* (p.235).

vidas ou sobre seu espaço de reprodução. Assim, como aponta Haesbaert, *mesmo com uma “territorialização” (física) aparentemente bem definida, o outro está de fato desterritorializado, pois não exerce efetivo domínio e apropriação sobre seu território* (p.263). Tal “desterritorialização<sup>5</sup>” também caracteriza os bóias-fria ou assalariados que, mesmo apresentando certa *mobilidade*, trabalhando em diferentes propriedades, por exemplo, têm opções restritas de escolha e estão sob o controle ou comando dos seus contratantes. Podemos considerar a partir de Haesbaert que a mobilidade buscada e realizada pelos agricultores de Araponga é compulsória já que resulta da falta de alternativas em busca da sobrevivência física cotidiana, permanecendo, portanto, esses indivíduos “desterritorializados”.

Buscamos nesta pesquisa compreender a experiência da *Conquista* dentro de um contexto capitalista, como algo gerado em seu interior, como uma resposta às contradições intrínsecas a este modo de produção – e, em alguns momentos, como uma própria contradição deste modelo. O estudo desta experiência se torna importante considerando que, mesmo como parte integrante e resultado do modo de produção capitalista, muitas das relações tecidas a partir da *Conquista*, assim como as relações pré-existentes que permitiram sua concretização, se mostram na “contramão” do desenvolvimento capitalista. Assim, trata-se de um processo que não está isolado, nem totalmente integrado ao capitalismo; algo que se desenvolve como alternativa de permanência e sobrevivência para um grupo de agricultores que estava excluído dos benefícios da modernidade.

Em pesquisa realizada entre 2004 e 2006, Campos (2006) realizou uma detalhada caracterização do processo de *Conquista de Terras em Conjunto*. No referido trabalho, a autora traz a temática do *Desenvolvimento como liberdade*, fazendo uma breve apresentação das idéias de Sen (2000) e afirmando que a experiência em curso no município *parece ajustar-se de modo particularmente feliz à noção de ‘Desenvolvimento como Liberdade’* (CAMPOS, 2006: 29).

A pesquisa que aqui foi desenvolvida teve como questão central verificar se a *Conquista de Terras em Conjunto* tem aumentado as liberdades dos indivíduos e tem se constituído, portanto, como forma de desenvolvimento enquadrada no enfoque proposto por Amartya Sen. Outra questão que se coloca é se o desenvolvimento pautado nesta perspectiva é capaz, por si só, de promover a real emancipação dos agricultores de Araponga, buscando compreender de que forma algumas análises

---

<sup>5</sup> Sobre o termo “desterritorialização”, Haesbaert (2006) esclarece que este poderia significar a diminuição ou enfraquecimento do controle das fronteiras, aumentando sua fluidez e mobilidade, seja de pessoas, de bens materiais, de capital ou de informação. O processo de “desterritorialização” pode ocorrer tanto na mobilidade quanto no imobilidade, como aponta este mesmo autor.

sobre a experiência podem mascarar a realidade no município, principalmente no que se refere à questão fundiária.

No sentido de melhor compreender a experiência da *Conquista* e sua possibilidade de ser um processo no qual esteja ocorrendo a ampliação das liberdades, assim como vislumbrar seus limites, esta pesquisa tem como objetivos:

- Contrastar o referencial teórico proposto por Sen (2000), particularmente a idéia de promoção do desenvolvimento como conquista de liberdades individuais e coletivas, com algumas evidências e dados disponíveis sobre a experiência da compra coletiva de terras em Araponga-MG;
- Compreender, de modo exploratório, em que medida a experiência propiciou a construção de relações mais autônomas entre os agricultores e entre estes e os outros atores envolvidos no processo;
- Perceber e discutir quais são as limitações da perspectiva de Sen para a promoção de um processo de fato emancipatório para a realidade do município em questão.

O referencial teórico básico da pesquisa será a já citada obra de Amartya Sen. Nesta obra o autor apresenta e discute o processo de expansão da liberdade como (1) *o fim primordial* e (2) *o principal meio* do desenvolvimento. Nesta perspectiva:

*Os papéis instrumentais da liberdade incluem vários componentes distintos, porém inter-relacionados, como facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (...). O processo de desenvolvimento é crucialmente influenciado por essas inter-relações (SEN, 2000: 71).*

O autor define estes cinco componentes a partir dos quais trabalha a idéia de ampliação das liberdades dos indivíduos e da coletividade. O primeiro deles, as *facilidades econômicas* estão relacionadas com a possibilidade de usar recursos econômicos para consumir, produzir ou trocar o que implica não somente no aumento da renda de uma determinada nação, mas na sua disponibilidade para a coletividade. O segundo componente, as *liberdades políticas* (incluindo os direitos civis) se relacionam ao direito de escolher quem irá governar e a base de princípios sobre a qual governará; possibilidade de fiscalizar e criticar as lideranças; liberdade de expressão política, sem censura na imprensa e de ter liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos. As *oportunidades sociais*, como terceiro componente destacado por Sen, são os serviços como educação e saúde disponíveis, por exemplo, para que as pessoas vivam melhor. Essas disposições são importantes não só para o indivíduo, mas para toda a sociedade já que, a privação delas interfere na participação

efetiva em outras esferas da vida social, como na economia e na política. O quarto componente, as *garantias de transparência*, são necessárias no sentido de estabelecer relações de confiança e sinceridade entre as pessoas de uma dada sociedade. Essas garantias têm um papel importante na inibição da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas. Finalmente, o quinto componente, a *segurança protetora*, remete a existência de uma rede de segurança social capaz de impedir que as pessoas sucumbam a mudanças materiais que afetem suas vidas. Estes devem ser disposições institucionais fixas, como benefícios para os desempregados, suplementos de renda para os indigentes, distribuição de alimentos em crises de fome coletiva etc.

Sen afirma que existe a necessidade de desenvolver e sustentar uma pluralidade de instituições para que essas garantias sejam cumpridas. Assim, o Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas, atuando de forma a sustentá-las. Ao autor coloca que há a necessidade de *desenvolver e sustentar mecanismos legais, estruturas de mercado, provisão de serviços de educação e saúde, facilidades para a mídia e outros tipos de comunicação etc* (p.71). Entretanto, ao longo da obra, o papel e a forma de atuação do Estado e destes outros atores não se mostra de forma clara. O autor não esclarece como essas liberdades, que se fortalecem mutuamente e implicam num processo de desenvolvimento, são geradas.

Outro importante ponto na perspectiva de Sen é a condição de agente dos indivíduos envolvidos no processo de desenvolvimento:

*Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável(...) (SEN, 2000: 26).*

A pesquisa realizada teve como fonte de informações a *revisão de literatura* pertinente ao tema, onde buscamos construir as bases teóricas da pesquisa, orientando as outras fases da mesma. Foram realizadas leituras de textos relativos às concepções e definições de desenvolvimento ao longo do tempo, acompanhando as transformações no debate relacionado ao tema. Dessa forma, objetivamos a contextualização e análise dessas noções segundo os interesses envolvidos, assim como a compreensão da forma com as quais essas concepções teóricas têm influência direta sobre as práticas cujas conseqüências podemos identificar nas transformações nas relações sociais e no espaço.

Diversas foram as fontes de informação sobre a *Conquista de Terras em Conjunto*. Uma delas foi a dissertação de mestrado de Campos (2006), que tratou, em seu trabalho da questão das redes sociais e de confiança pré-existentes e aquelas construídas a partir destas redes entre os agricultores envolvidos na experiência da *Conquista de Terras*. De acordo com a autora, essas redes foram fundamentais para que a experiência começasse e se consolidasse. Em sua pesquisa foram entrevistados 79 agricultores (as) que participaram da compra conjunta, onde foi possível analisar, por meio dos questionários aplicados, padrões de organização familiar, mobilidade social, participação e estratégias econômicas das famílias, assim como algumas transformações no nível de acesso a educação, participação social e melhoria nas condições de moradia. Assim, utilizamos tais informações como base para a definição de alguns “indicadores” do desenvolvimento no local.

Outro trabalho já realizado sobre a *Conquista* que também foi utilizado como importante fonte de informações, foi a tese de doutorado de Mafra (2006) ao realizar um estudo sobre a trajetória da agroecologia em Araponga. Em sua tese a autora trabalha com a idéia dos acessos permitidos aos agricultores por meio da agroecologia, sendo três os principais: a terra, o mercado e o poder público. Sobre a terra, a autora afirma que, mais que do que um meio de produção é também um instrumento que contribuiu para a mudança nas relações de poder em nível local, especialmente em nível da produção. A autora também destaca a importância das redes nesse processo como forma ampliar e fortalecer a experiência agroecológica no município, potencializando a gestão dos recursos e a organização dos agricultores, ampliando os acessos e construindo novas formas de reprodução.

Como parte da metodologia, foi feita também a *análise de documentos* do CTA-ZM (vídeo, textos, artigos etc) com o objetivo de acompanhar o processo de compra conjunta, a participação da organização neste processo e observar os desafios encontrados e as melhorias advindas da *Conquista* para os agricultores(as).

Foram realizadas *entrevistas semi-estruturadas* com pessoas envolvidas no processo pesquisado, como membros do CTA-ZM e do STR de Araponga e com agricultores que obtiveram terra a partir da compra conjunta. O objetivo das entrevistas foi aprofundar o entendimento do processo de *Conquista de Terras em Conjunto*, as formas de atuação, as influências dos diferentes atores e as conseqüências da experiência, centralizando os questionamentos naquilo que se refere à possível ampliação das liberdades dos indivíduos.

Para isso foram identificados e selecionados no interior da obra de Sen, “indicadores de desenvolvimento”<sup>6</sup> que, de acordo com o autor, são parte essencial de um processo de desenvolvimento calcado na ampliação das liberdades. Importante ressaltar que Sen não define um critério único que identifique o desenvolvimento; é preciso perceber o desenvolvimento com base nas diferentes experiências em curso, percebendo quais são as liberdades conquistadas ou ampliadas pelos indivíduos dentro de seus contextos específicos. Como afirma o autor:

*A motivação que fundamenta a abordagem do ‘desenvolvimento como liberdade’ não consiste em ordenar todos os estados – ou todos os cenários alternativos – em uma ‘ordenação completa’, e sim em chamar a atenção para aspectos importantes do processo de desenvolvimento, cada qual merecedor de nossa atenção (SEN, 2000: 49).*

Assim, os “indicadores” selecionados na obra de Sen são aqueles que o autor considera como *liberdades substantivas*, que são as liberdades essenciais para a satisfação mínima das capacidades humanas; aquelas que permitem remover as privações da liberdade das pessoas, tais como a pobreza, a carência de oportunidades econômicas, a negligência dos serviços públicos, entre outros.

A seleção foi também condicionada pela disponibilidade de informações. Os índices selecionados – o acesso à educação (aqui entendida como educação formal, ou escolar, e informal, como cursos, reuniões, palestras etc), melhorias na moradia e participação política – foram escolhidos também por constarem na pesquisa realizada por Campos (2006) que, como colocado anteriormente, aplicou questionários a uma parcela significativa dos agricultores e agricultoras que adquiriram terra através da *Conquista*. A seleção desses indicadores não exclui, portanto, o tratamento de outros temas como a melhoria na alimentação e na saúde dos agricultores e suas famílias.

Organizamos este trabalho em três capítulos. O primeiro é dedicado a tratar do *desenvolvimento*, fazendo um resgate histórico das concepções e correntes que tratam da temática buscando situar este debate no cenário atual. Também serão feitas referências mais diretas da influência dessas proposições de desenvolvimento no campo brasileiro nas últimas décadas até a atualidade.

No segundo capítulo será apresentada a experiência no município de Araponga-MG, denominada *Conquista de Terras em Conjunto*, no sentido de descrever e explicar como se deu e vem se dando o processo de compra coletiva das terras. Será feito um histórico do processo – a gênese da experiência, seus principais

---

<sup>6</sup> Os “indicadores de desenvolvimento” aqui selecionados são: acesso à educação, participação social dos agricultores, melhorias na moradia e na saúde dos agricultores. Estes indicadores serão melhor trabalhados na última parte desta pesquisa intitulada “A *Conquista de Terras em Conjunto* e o desenvolvimento como liberdade”



atores, suas formas de organização, suas motivações e objetivos – além de um panorama da atual sobre a experiência – as conquistas, os desafios, as limitações e as expectativas em relação à *Conquista*.

No terceiro capítulo são propostos, a partir da obra de Sen e do trabalho de Campos (2006), indicadores de desenvolvimento que possibilitam vislumbrar a experiência da *Conquista de Terras em Conjunto* no município de Araponga-MG como um processo de expansão das liberdades das pessoas e as limitações desta perspectiva para a emancipação efetiva dos atores. Buscamos perceber de que forma a realidade em questão está condicionada por diferentes processos que evoluíram ao longo do tempo criando uma certa configuração na estrutura fundiária no município, por exemplo, que impede um processo efetivamente emancipatório, assim como ressaltar a importância do Estado para a implementação de projetos de desenvolvimento baseado numa ampliação cada vez maior das liberdades. Finalizando, apresentamos algumas considerações sobre a experiência analisada, e levantamos algumas questões geradas a partir desta pesquisa.

## 2 “DESENVOLVIMENTO” E DESENVOLVIMENTOS: DEBATES EM TORNO DO TEMA

### 2.1 SOBRE O *DESENVOLVIMENTO* E O “*DESENVOLVIMENTO*”<sup>7</sup>

A palavra *desenvolvimento* é muitas vezes traduzida como uma idéia de melhoria, de avanço, de progresso, de modernidade, em contraposição àquilo que é atrasado, primitivo, tradicional. Tal visão está muitas vezes refletida nos projetos das agências que atuam em nível global, assim como naqueles dos governos nacionais e nos discursos e práticas de diferentes grupos, tais como organizações não-governamentais e empresas, facilitando e, algumas vezes legitimando as ações desses diferentes grupos.

Assim, a idéia de desenvolvimento é permeada por uma série de interesses e pressupostos, sendo este termo constante alvo de disputas e adjetivações. Favareto (2007) adverte que quando se pretende trabalhar com a idéia de desenvolvimento é preciso perceber o que há de científico, de normativo, de ideológico e de meramente discursivo por detrás do termo. Este mesmo autor aponta algumas dessas visões sobre desenvolvimento que, na atualidade, coexistem e disputam os significados dessa idéia: (1) desenvolvimento tomado como sinônimo de crescimento ou resultado do mesmo; (2) desenvolvimento como mito, considerando o mito como “poder mobilizador e organizador”; (3) desenvolvimento como ilusão ou argumento ideológico falseador das reais intenções das políticas cunhadas a este título; (4) outras adjetivações surgidas da crítica aos rumos do desenvolvimento no capitalismo contemporâneo, como a do “desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2000) ou as utópicas de grande valor ético e social, como a do “desenvolvimento sustentável”.

Favareto adverte sobre a importância de uma compreensão mais ampla das noções de desenvolvimento como forma de evitar o uso ingênuo dessa idéia. Assim, ao trabalhar com a trajetória das idéias sobre o desenvolvimento, este autor ressalta que:

*(...) à idéia de desenvolvimento e à explicação dos processos sociais a ela correspondente, vêm sendo elaboradas importantes aparatos científicos, que permitem não só identificar suas dimensões fundamentais como compreender a relação entre elas. Nestes termos, mesmo sendo também uma idéia-força, quase um valor social, a idéia de desenvolvimento e os processos econômicos e sociais correspondentes podem ser teoricamente elaborados e cientificamente analisados (p. 39).*

---

<sup>7</sup> Marcelo José Lopes de Souza (2006) atribui sentidos diferentes ao termo desenvolvimento quando o utiliza entre aspas e sem aspas. O “desenvolvimento” seria aquele referente o modelo industrial ocidental, centrado essencialmente em critérios econômicos; já o desenvolvimento, é visto como uma *coisa positiva*, uma *mudança sócio-espacial para melhor*, como ele mesmo define.

A idéia de desenvolvimento muitas vezes é acompanhada por outras noções; uma delas, a do *progresso*, vem sendo amplamente associada à noção de desenvolvimento<sup>8</sup>. Favareto (2007) afirma que a idéia de progresso, inaugurada pelo Iluminismo, significa uma ampla mudança no entendimento da realidade, antes analisada a partir da noção de *evolução*. *Evolução* e *desenvolvimento* se firmaram presos a idéia de algo direcional, de algo relativo a uma atividade em boa medida pré-destinada. Assim, com o fortalecimento do racionalismo e do empirismo ocorre um “deslizamento semântico” com correspondências nos sistemas mentais de interpretação do real, onde *evolução* e *desenvolvimento* são assimilados à idéia de *progresso*. Dessa forma, *evolução* se converteria “naturalmente” em *progresso*, alcançado por meio do conhecimento e domínio das forças da natureza. Esta transição, como afirma Favareto foi uma espécie de trampolim para a assimilação da idéia de *desenvolvimento* pela de *crescimento*, e sua apropriação pela economia:

*A ascensão da idéia de progresso marca uma transição: não se teve uma teoria do progresso, mas a passagem da idéia de evolução para a de progresso foi uma espécie de ante-sala do rapto da idéia de desenvolvimento pela economia, com a redução da evolução ao progresso e deste ao crescimento (p. 44).*

Durante o século XX a economia é marcada pela visão dos neoclássicos. A história perde seu poder explicativo sendo substituído por uma “modelização teórica” baseada nas interações sociais dos processos de troca cuja base era o “individualismo”, o pressuposto “comportamento maximizador do homem” e seus desdobramentos para a constituição da chamada racionalidade econômica (FAVARETO, 2007).

O desenvolvimento da ciência e sua compartimentalização em disciplinas distintas promovem afastamento entre os subcampos do saber e o aprofundamento dos conhecimentos referentes a cada um deles. Nesse processo, concomitante à Revolução Industrial, a ciência econômica será uma das ciências a se sobressair em relação às outras ciências sociais:

*(...) o enorme progresso econômico desencadeado com os processos associados à Revolução Industrial e a expansão que ela gerou criaram as condições para que se legitimasse a retórica que faz repousar nesta dimensão do real, a economia, o mais alto grau de determinação sobre as demais (FAVARETO, 2007: 48).*

A Revolução Industrial marcou profundamente a história da humanidade, não somente pelo grande desenvolvimento técnico e progresso econômico, mas também

---

<sup>8</sup> O Iluminismo é uma das correntes do pensamento europeu que pode ser tomado como uma das raízes da idéia de progresso. Nesta corrente de pensamento, está presente a concepção de marcha progressiva para o racional, onde a expansão geográfica da influência européia significa para os demais povos da terra, implicitamente considerados como ‘retardados’, o acesso a uma forma superior de civilização (FURTADO, 1980: 01).

pelas grandes transformações que ela imprimiu na sociedade. Como afirma Polanyi (1970), a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra provocou uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns e a destruição do antigo tecido social, sendo ele, o *abismo da degradação humana*. De acordo com este autor, a Revolução Industrial e o novo credo materialista desenvolvidos neste momento da história fizeram surgir a crença de que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos por meio dos bens materiais, logo o centro das atenções deveria ser o desenvolvimento da economia. Polanyi também ressalta que, a interpretação da realidade no período da Revolução Industrial, baseada no liberalismo econômico insistiu em julgar os acontecimentos sociais de um ponto de vista econômico, posicionamento corroborado por Favareto (2007).

Furtado (1980) afirma que na sociedade industrial a capacidade inventiva do homem foi canalizada para a criação de tecnologias, circunscrevendo a noção de desenvolvimento em nossa época à lógica dos *meios*, ligada a idéia de eficiência e de inovação técnica geradora dessa eficiência<sup>9</sup>. Assim, a teoria do desenvolvimento foi confundida com a explicação do comportamento do sistema produtivo (surgido com a civilização industrial), desconsiderando os fins implícitos neste processo, portanto, desconsiderando o desenvolvimento como um processo global.

Além de modificar a vida dos indivíduos e suas relações pessoais, a Revolução Industrial, como ressalta Souza (1994), é o terreno onde se fundam as raízes de um do modelo de desenvolvimento ao qual vem se submetendo grande parte dos países, imprimindo uma nova dinâmica social e espacial mundial. Este momento histórico se apresenta, como coloca este mesmo autor, como um marco nos processos de *desenvolvimento e subdesenvolvimento*:

*A Revolução Industrial e a nova dinâmica sócio-histórico-espacial, que têm na Europa Ocidental seu berço, são o divisor de águas histórico dos processos de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” (...). Foi isso que emprestou um novo significado ao jugo, à dependência: à dependência relativamente a um centro de poder que se industrializa, por parte de uma periferia que não o faz, ou só tardia e deficientemente além de forma espacialmente muito concentrada, sem impactos sociais positivos comparáveis àqueles encontráveis nos países centrais (p. 04).*

Assim, Souza caracteriza o subdesenvolvimento como *antípoda/complemento* do desenvolvimento, destacando que o subdesenvolvimento, só pode ser concebido se relacionado ao desenvolvimento; sendo este (o “subdesenvolvimento”) subproduto

---

<sup>9</sup> Furtado (1980) destaca que o estudo do desenvolvimento tem como tema central a *invenção cultural*, em particular a morfogênese social (p. IX). A invenção cultural a que se refere o autor - responsável pela geração das transformações no espaço ao longo do tempo - se organiza em dois eixos: a) a ação do homem e b) os fins que o homem liga a sua própria vida, estando, portanto, ligada a uma ação que supõe a existência de objetivos previamente definidos.

daquele (o “desenvolvimento”). *O subdesenvolvimento é uma deformação, uma caricatura criada pelos processos de colonização, ocidentalização e modernização* (p. 04).

Sobre a formação de um sistema econômico mundial e a gênese dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, Furtado (1980) ressalta que:

*A formação do sistema econômico mundial apoiou-se, assim, todo na transformação das estruturas sociais como no processo de modernização do estilo de vida. Desenvolvimento e subdesenvolvimento, como expressão de estruturas sociais, viriam ser resultantes de prevalência de um ou outro desses dois processos. Cabe, portanto, considerá-los como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente. Quanto mais ampla fosse a divisão internacional do trabalho, mais e mais intensa seriam as transformações sociais no centro do sistema e mais intensa a modernização das formas de vida em sua periferia. Portanto, para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial* (p. 23).

A modernização da qual trata Celso Furtado é característica da “Era de Ouro” – meados das décadas de 1950 e 1960<sup>10</sup>. Nesse período de grande avanço tecnológico e profunda reorganização das relações entre as pessoas e entre os países, baseado no discurso da redução das diferenças entre os países ricos e pobres, começam a ser criados e implementados os “modelos de desenvolvimento”, pautados na industrialização, na urbanização e na modernização dos estilos de vida.

No Brasil, as transformações ocorridas no campo entre as décadas de 1950 e 1970, podem ser tomadas como um exemplo bastante representativo das estratégias utilizadas para a implementação destes modelos, seus significados e conseqüências. O período de modernização da agricultura no Brasil se caracterizou pela ampla modificação na base técnica da agricultura, pela articulação da agricultura com as indústrias produtoras de insumos e bens de capital e também pela articulação com as indústrias processadoras e beneficiadoras de produtos agropecuários, assim como o aumento dos latifúndios e das desigualdades no meio rural. A modernização do campo se desenvolveu com forte apoio e incentivo do Estado que atuou por meio do fornecimento de créditos por ele subsidiado, através de incentivos fiscais e também por meio da criação de órgãos de pesquisa voltados à agropecuária.

A profunda transformação na base técnica da agricultura se caracterizou pelo intenso uso de insumos industrializados e máquinas motorizadas, provenientes do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, assentando-se assim em um conjunto de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas, caracterizando a Revolução Verde

---

<sup>10</sup> Ver HOBBSBAWN, Eric J.. Os anos dourados. In: *Era dos Extremos: breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.253-281.

(MAZZALI, 2000). Neste sentido, ao mesmo tempo em que se reduz a dependência entre a produção agrícola e o meio natural, é ampliada sua dependência em relação aos insumos de origem industrial e máquinas. Brito e Mesquita (1982) destacam a evolução no uso de máquinas a partir da década de 1950, principalmente nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, se estendendo, décadas depois à outras partes do país, como um marco na história da agricultura. Sobre o uso de tratores as autoras apresentam os seguintes dados:

Tabela 1 - Relação entre número de tratores e a área dos estabelecimentos

Ano	Tratores/ 10.000 ha
1950	0,36
1960	2,46
1970	5,64
1975	9,98

Fonte: Brito e Mesquita, 1982.

Outra forte característica deste momento histórico no campo brasileiro foi a formação de uma estreita aliança entre a indústria e a agricultura, compondo, como definido por Delgado (1985 apud MAZZALI, 2000; PALMEIRA e LEITE, 1998) o Complexo Agroindustrial (CAI). Müller (1989) ressalta que o termo CAI deve ser compreendido como uma unidade de análise do espaço agrário brasileiro. Segundo ele, o termo enfatiza as relações de interdependência entre a *indústria para a agricultura* e a agricultura, assim como entre a agricultura e a *agroindústria*, o que resulta na perda da autonomia das atividades agrícolas e na capacidade decisória dos grupos sociais rurais. Com a conformação do CAI, mais que espaço consumidor de insumos industriais e máquinas, o espaço agrário passa a consumir também bens de capital, além de ser colocado a mercê das indústrias processadoras de produtos agrícolas, transformando-se em fornecedor de matérias-primas. De acordo com Müller (1989):

*Praticamente metade da produção agrícola era de interesse imediato dos setores demandantes de matérias-primas e praticamente metade das condições de produção na agricultura dependia da indústria de máquinas e demais insumos industriais (p. 37).*

Neste processo, a população do meio rural foi submetida a novas formas de trabalho e de relação com a terra. Surgem novos atores no campo, como os bóias-frias e os camponeses tecnificados. O campesinato é expropriado dos seus meios de produção (os quais já haviam sido ou mesmo, nunca teve acesso) e, característico desse momento da história, são expropriados de suas relações sociais que os tornavam participantes e, de certa forma, controladores da produção. Amplia-se o processo de migração interna, que já se encontrava em curso no Brasil, e é atribuído a este processo uma nova característica: a expulsão definitiva e sem substituição dos trabalhadores rurais (PALMEIRA e LEITE, 1998).

Como apontam Palmeira e Leite (1998), a implementação deste modelo de desenvolvimento do campo ficou conhecido como *modernização conservadora* já que pouco se alterou na estrutura fundiária brasileira, baseada no latifúndio pelo contrário, tal processo ampliou ainda mais a concentração fundiária e conseqüentemente as desigualdades sociais no Brasil. Assim a modernização da agricultura brasileira se caracterizou como um processo amplamente excludente socialmente pois, como defendem os mesmos autores, este foi um *projeto de classe* cujas conseqüências ultrapassam os limites da agricultura.

O Estado, no contexto dessas transformações, teve papel crucial agindo de forma extremamente importante no processo de expansão do capitalismo no campo. Através da implementação de políticas agrárias, como a política nacional de crédito rural, o Estado atua no sentido de intensificar o uso de máquinas e insumos modernos, acelerando a modernização da agricultura. Mais que incentivar a modernização, os *benefícios fiscais, associados aos benefícios creditícios, concedidos, sobretudo, após a implementação da política nacional de crédito rural, constituíram-se em estímulos à ampliação da superfície dos estabelecimentos* (BRITO e MESQUITA, 1989: 09).

Nesse período, marcado pela ditadura militar, os debates sobre a Reforma Agrária foram reduzidos a uma 'política de terras'. De acordo com Palmeira e Leite (1998), a *'revolução agrícola' desativou o significado econômico clássico da reforma (...), contribuindo assim para uma concepção reducionista* (p. 105). Assim o campo brasileiro se moderniza, se desenvolve segundo as premissas dos modelos de desenvolvimento pautados essencialmente no crescimento econômico, desconsiderando as relações sociais no campo e a questão da concentração fundiária.

Essa concepção de desenvolvimento teve uma base científica que contribuiu fortemente para a legitimação e aceitação deste modelo imposto para o campo brasileiro. Delgado (2005), ao distinguir os diferentes grupos que tiveram influência no debate sobre a questão agrária no período militar, ressalta o posicionamento dos economistas conservadores. Esse grupo de economistas liderado por Delfim Neto, que mais tarde viria a se tornar Ministro da Fazenda do governo militar, se posiciona contrário a Reforma Agrária e propõe a modernização agrícola como centro das políticas voltadas para o meio rural pelos militares. Neste contexto, a modernização se coloca como caminho para o *crescimento econômico* para o Brasil, sendo a Reforma Agrária prescindível. O argumento chave deste grupo nega a existência de uma questão agrária ao desconsiderar a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevalentes no meio rural como uma questão relevante. Essa linha de pensamento conservadora que preconiza a modernização sem Reforma Agrária se impõe como debate exclusivo em torno da questão agrária no período militar no Brasil.

A participação de pessoas ligadas à academia na política institucional se torna comum a partir deste período, o que não se restringe a esfera nacional. Como aponta Favareto (2007), vão prevalecer as explicações da realidade baseadas na ciência econômica que estreita os laços com a política. Assim, observa-se a criação e aplicação de órgãos internacionais, com forte orientação dos pensadores em ciências econômicas e o fluxo de quadros das escolas de economia para a burocracia estatal. A economia passa a integrar, com participação bastante efetiva, espaços de intervenção, onde aplicavam seus resultados analíticos. Indo ao encontro da afirmação sobre a ligação dos economistas conservadores e o governo brasileiro, Favareto ressalta que, mesmo nos países de Terceiro Mundo, o campo político, econômico e científico tiveram interdependências bem estreitas e é possível afirmar que, mesmo aí, as perspectivas de desenvolvimento se apresentavam como sinônimo de crescimento econômico, como se comprova na experiência brasileira.

Nos últimos 50 anos, de acordo com Navarro (2001), podem se distinguir dois momentos nos quais a noção de ‘desenvolvimento’ despertou grande e generalizado interesse, orientando programas governamentais, instigando sofisticados debates intelectuais e, em especial, motivando grupos sociais interessados nos benefícios das mudanças associadas a essa noção: (1) pós Segunda-Guerra Mundial, especialmente a partir dos anos 50 (ou um pouco antes, na década de 1940, como aponta Sachs, 2004), estendendo-se até o final da década de 70; (2) a partir de meados da década de 90<sup>11</sup>.

De acordo com Sachs (2004), o desenvolvimento, concebido como crescimento econômico, começou por volta da década de 1940, no momento da criação de um projeto de reconstrução da periferia da Europa devastada no pós-guerra. Neste contexto, o trabalho dos primeiros economistas do desenvolvimento foi trabalhar propostas que priorizassem o pleno emprego, o planejamento, o Estado de Bem-Estar e uma atuação forte do Estado nos assuntos econômicos com fins de corrigir a miopia e a insensibilidade dos mercados. Este primeiro momento, caracterizado pela polarização da Guerra Fria, ficou marcado por um grande crescimento econômico que materializou um novo padrão civilizatório dominante, revolucionando o modo de vida e os comportamentos sociais. Neste contexto (...) *a possibilidade do desenvolvimento alimentou esperanças e estimulou iniciativas diversas em todas as sociedades* (NAVARRO, 2001: 83). Com isso, durante a Era de Ouro do capitalismo mundial não era possível fazer uma distinção entre desenvolvimento e crescimento (FAVARETO, 2007).

Nas décadas de 1950 e 1960 foi elaborado em escolas norte americanas, com base na teoria da modernização, o “caminho para o desenvolvimento”, cuja via

---

<sup>11</sup> Este segundo momento, definido por Navarro (2001), será tratado na próxima parte deste capítulo.



escolhida foi a industrialização (SACHS, 1992 apud CAMPOS, 2006). Por meio desses “modelos de desenvolvimento”, os países “atrasados e pobres” teriam seu problema de crescimento (ou seu “sinônimo” desenvolvimento) resolvido, permitindo a estes países desfrutar dos benefícios da modernidade<sup>12</sup>, assim como ocorria nos países desenvolvidos. Neste contexto, caberia aos países da África, Ásia e América Latina repetir os padrões de desenvolvimento do capitalismo europeu, de dois ou três séculos atrás, para alcançarem o tão almejado desenvolvimento (SACHS, 1969).

Entretanto, como ressalta Sachs (1969), as condições nas quais se deu a industrialização nos países ditos desenvolvidos, em meados do século XVIII e XIX, eram substancialmente distintas daquelas dos países subdesenvolvidos no século XX, sendo muito remota a possibilidade de repetir com sucesso o caminho do capitalismo clássico. Neste sentido, este mesmo autor aponta algumas condições externas – como a divisão internacional do trabalho que, de acordo com o autor se dá em benefício dos países desenvolvidos – e internas – como a *estrutura agrária retrógrada* e *anacronismos sociais* no campo, o mercado interno limitado, o longo processo de acumulação pelo qual passaram os países desenvolvidos anterior a industrialização, entre outros – no sentido de diferenciar as condições no momento da industrialização dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Também Furtado (1980) discorre sobre as diferenças existentes entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos no momento da configuração do sistema-mundo. Ressalta que, para os países ditos subdesenvolvidos, a evolução do sistema produtivo é uma espécie de processo adaptativo de forças externas e internas, já nos países desenvolvidos, esta evolução resulta de um certo nível de acumulação. Dessa forma, os países subdesenvolvidos, ao se inserirem no sistema econômico mundial, via industrialização, tiveram que concorrer não com atividades artesanais preexistentes, mas com importações. Myrdal (1958 apud Sachs, 1969) explicita de forma objetiva as condições de industrialização dos países denominados desenvolvidos:

*Os países altamente industrializados de hoje desenvolveram-se como pequenas ilhas no enorme oceano dos povos subdesenvolvidos; puderam explorá-los como fontes de matéria-prima e mercado para bens industriais baratos e deste modo puderam até mantê-los sob dominação colonial(p. 37).*

Sobre a implementação dos modelos de desenvolvimento, Souza (1994) afirma que além de dificuldades de implantação nos países subdesenvolvidos, já que *sua experiência histórica não se deixa imitar massivamente* (SACHS, 1969), também a

---

<sup>12</sup> Segundo Giddens (1991): “Quando falamos em modernidade, contudo, nos referimos a transformações institucionais que têm suas origens no ocidente” (p.173), sendo, portanto, um projeto ocidental em termos de vida, forjados pelo *estado-nação* e pela *produção capitalista sistemática*. De acordo com este autor, a modernidade é universalizante, não só pelo seu impacto, mas pelo caráter dinâmico que ela possui.

própria natureza modelar dos países ditos desenvolvidos deve ser questionada. Neste sentido, Souza aponta alguns efeitos gerados pelo crescimento econômico e pela modernização nos países desenvolvidos como os *males inerentes a civilização urbano-industrial desenvolvida*, as *doenças da civilização* e a redução da qualidade de vida nos países da Europa e os Estados Unidos (p. 03).

Este modelo de desenvolvimento, carregado de uma conotação *etnocêntrica e capitalística*, é marcado pela idéia de *uma missão civilizadora do Ocidente capitalista industrial* (SOUZA, 1994). Neste contexto, o conceito de desenvolvimento é reduzido ao desenvolvimento econômico (baseando-se no crescimento econômico e modernização tecnológica) e fundamenta-se na idéia de que os efeitos sociais positivos do desenvolvimento econômico aconteceriam “naturalmente”. Tratava-se de uma simples questão de tempo como conseqüência dos processos de crescimento e modernização, não sendo necessárias a implementação de políticas de distribuição de riquezas e de combate à pobreza, idéia que segundo Souza, não está extinta.

Assim, durante muitos anos ao longo do século XIX, sobretudo no século XX (e ainda hoje, início do século XXI), observa-se o uso de discursos e práticas que defendem a transferência de modelos que se dizem objetivar o desenvolvimento de nações ou grupos delas<sup>13</sup>. O *modelo civilizatório capitalista* (SOUZA, 1994) se coloca como única via para alcançar o desenvolvimento, entendido e, logo, centrado na idéia de crescimento econômico. Assim, foram impostas formas modernas de produção, no campo e na cidade, implicando num amplo processo de desemprego e desestruturação social, sendo a intensa e caótica urbanização, presente em quase totalidade dos países subdesenvolvidos, a manifestação mais visível deste processo, segundo Celso Furtado.

Ainda assim na atualidade, muitos intelectuais dos países subdesenvolvidos, entusiasmados pelas oportunidades oferecidas pelos mercados mundiais e deslumbrados com as experiências daqueles que se despiram dos *preconceitos e das tradições* e se lançaram na busca por produtividade e competitividade, propõe como caminho único o *desenvolvimento capitalista* (SOUZA, 1994) fortalecendo a crença, largamente aceita, de que não há alternativas ao capitalismo (SOUZA SANTOS e RODRIGUES, 2006). Souza caracteriza esse discurso como *pseudo-renovado, de corte neoliberal*, sendo este bem conhecido na América Latina.

Busquemos então outros significados para a noção de desenvolvimento, para além do crescimento econômico. Podemos tomar o desenvolvimento enquanto

---

<sup>13</sup> Diegues e Moreira (2001) tratam da questão das agências que atuam em nível mundial - tais como FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, WRI (World Resources Institute), entre outros - as quais denomina “Gerenciadores de Recursos Globais” (GRGs), que atuam sob a lógica da “incapacidade” dos grupos de dirigirem seu processo de desenvolvimento. Assim, é necessário que se intervenha junto esses grupos auxiliando em seu caminho rumo ao desenvolvimento. Destacam e questionam, nesse sentido, as proposições atuais de *desenvolvimento sustentável* (p.65).

*processo de intervenção do homem no meio*, vislumbrando este processo enquanto algo *positivo* para os indivíduos nele envolvidos, como apontam Furtado (1980) e Souza (2006). Explicitamos tal entendimento de desenvolvimento no sentido de evitar seu uso de forma *ingênua* (como advertiu Favareto), mesmo que isso implique no risco de tornar a noção de desenvolvimento *normativa*.

Furtado (1980) afirma que, o homem na busca pela satisfação das necessidades dos indivíduos e da coletividade, por meio de sua intervenção (o que somente é possível em sociedade), ao efetivar suas “virtualidades e potencialidades”, transforma o mundo, engendrando o desenvolvimento. Neste sentido o autor justifica a visão do desenvolvimento como tendo um sentido positivo considerando que este se funda na realização das capacidades humanas. Assim a positividade atribuída ao desenvolvimento faz jus a sua existência: *as sociedades são desenvolvidas na medida em que nelas mais cabalmente o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações* (p. IX). Dessa forma, a idéia de desenvolvimento se caracteriza como um processo de transformação, que não se encerra no simples desdobramento de formas pouco complexas, mas que está calcado na adoção de novas formas que, por sua vez, englobam o conjunto de uma sociedade, sendo, portanto, transformações complexas.

Também Souza (2006) compartilha da visão do desenvolvimento como algo positivo e o define como uma “*mudança social positiva*” sendo que, dessa forma (e somente assim) este conceito deve ser compreendido. Para este autor, “*desenvolvimento é uma mudança, decerto: uma mudança para melhor. Um ‘desenvolvimento’ que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não merece ser chamado como tal*” (p. 61). Ressalta que, no sentido em que afirma sua noção de desenvolvimento, a mudança a qual se refere, deve atender aos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores e particularidades histórico-geográficas, não devendo ser definidos *a priori* (p. 60-61).

Este mesmo autor define, em termos simples, um autêntico processo de desenvolvimento como melhoria da *qualidade de vida* e um aumento da *justiça social*. Devido ao seu caráter abstrato, esses parâmetros de desenvolvimento, que são gerais, precisam ser vinculados a esferas mais específicas da vida social. Aqui a *qualidade de vida* está ligada a crescente satisfação das necessidades, tanto materiais quanto imateriais, de uma parcela cada vez maior da população, podendo ser entendida como *a satisfação individual no que se refere à educação, à saúde e a moradia*, por exemplo (Souza, 2006:67). A *justiça social*, por sua vez, se relaciona às noções de igualdade e desigualdade estando, pois, condicionada ao entendimento que se tem dessas noções – considerando que diferentes indivíduos têm diferentes necessidades. Esta noção pode estar vinculada, por exemplo, ao *nível de segregação*

*residencial, o grau de desigualdade sócio econômica e grau de oportunidade para a participação cidadão direta em processos decisórios relevantes* (p.67). O autor destaca que *qualidade de vida e justiça social* são complementares e não hierárquicos.

*Sem a consideração da exigência de justiça social falar em qualidade de vida cada vez melhor para um número cada vez maior de pessoas pode, perfeitamente, mascarar a permanência ou mesmo o aumento de desigualdades gritantes de acesso a recursos e meios de satisfação de necessidades, ainda que o patamar se eleve para todos. Por outro lado, maior justiça social, no sentido de um acesso igualitário a processos e instâncias de decisão, desdobrando-se tanto em uma distribuição mais equânime de recursos quanto no aumento das margens de manobra para o exercício de um agir comunicativo (...), só se revestirá de apelo prático se encontrar rebatimento em uma melhoria da qualidade de vida (eliminação de fatores de sofrimento, desconforto, opressão e discriminação negativa) (p. 72).*

Sob essa perspectiva, Souza (2006) adverte que não há uma *parametrização* no que se refere ao desenvolvimento sócio-espacial, mas a idéia de *autonomia*, individual e coletiva, certamente deve integrar um processo de desenvolvimento que objetive uma mudança sócio-espacial positiva. A *autonomia individual* e a *autonomia coletiva*, de acordo com o autor, não devem ser tomadas como “idéias antitéticas”, mas idéias interdependentes, como sendo duas faces de uma mesma moeda. Nesta perspectiva, autonomia individual se refere a capacidade que cada indivíduo possui de estabelecer metas para si próprio com lucidez, com máxima liberdade para perseguir tais metas e, possibilidade de uma reflexão crítica sobre a situação e as informações de que dispõe. Isso pressupõe a existência de condições favoráveis, tanto no que se refere a questões psicológicas e intelectuais, quanto em relação a existência de instituições sociais que garantam a igualdade efetiva de oportunidades aos indivíduos, incluindo aí as condições materiais e o acesso a informações confiáveis. A *autonomia coletiva* compreende instituições sociais que garantam a justiça, a liberdade e a possibilidade do pensamento crítico, livre de opressões de toda a espécie, que criem condições para a constante formação de indivíduos lúcidos e críticos, que se disponham a encarar e defender tais instituições. Dessa forma, a autonomia individual, como defesa da alteridade legítima (o “direito à diferença”, incluindo a percepção das distintas necessidades e considerando que a satisfação das mesmas não tira as liberdades alheias) e a autonomia coletiva (ligada a igualdade efetiva de oportunidades e a exigência de justiça social) não devem ser compreendidas de forma separada ou com sentidos opostos.

A mudança social positiva apresentada pelo autor, não se relaciona apenas às relações sociais, mas também à *espacialidade*. Assim, este autor se posiciona em defesa da importância do espaço no processo de desenvolvimento, optando pelo uso

da expressão *desenvolvimento sócio-espacial*, trazendo a tona a negligência com a qual o tema vem sendo tratado.

*A importância do espaço (que é palco, fonte de recursos, recurso em si [localizações], arena, referencial material, lugar e território), na multiplicidade, tem sido comumente negligenciada pela literatura standard sobre a teoria do desenvolvimento*<sup>14</sup> (2006: 61-62).

Podemos compreender a importância do espaço no sentido de que este pode se mostrar com uma ferramenta muitas vezes central no processo de emancipação dos indivíduos. Assim, no caso dos agricultores que buscam acessar a terra (seja por meio de ocupações, como no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou por meio do mercado, como no caso da *Conquista de Terras*) a propriedade pode permitir uma considerável ampliação da sua capacidade e possibilidade de tomar decisões, de se posicionar de acordo com aquilo que acreditam e de melhorar sua condição de vida no que se refere à saúde, acesso a informação e mesmo melhoria da renda. Como coloca Haesbaert (2006), as relações de poder estabelecidas através do controle do espaço podem significar a negação das condições básicas de vida dos indivíduos e de sua expressão simbólico-cultural, implicando, dessa forma, num controle dos processos sociais.

Dadas as implicações da noção de desenvolvimento mais utilizada nas últimas décadas, que o associa ao crescimento econômico, e os caminhos escolhidos para o desenvolvimento, começam a ser atribuídos outras significações ao termo. As críticas e questionamentos à noção de desenvolvimento ligada ao crescimento econômico vai, aos poucos, levando este conceito a uma reconfiguração e a atribuição de novos significados ao termo. Assim, *as primeiras idéias sobre desenvolvimento econômico (...) foram progressivamente substituídas por outras referidas a transformações do conjunto de uma sociedade às quais um sistema de valores empresta coerência e sentido* (FURTADO, 1980: 26). Aos poucos vão surgindo e se fortalecendo noções de desenvolvimento mais descentralizadas e contextualizadas, segundo as necessidades e anseios de grupos que possuem sua história marcada pela exclusão nos processos decisórios e nas decisões em si, o que, muitas vezes, não implica numa completa e radical transformação das noções, parâmetros e discursos sobre o desenvolvimento. É deste ponto que se trata o item que seguinte.

## **2.2 DAS CRÍTICAS ÀS NOVAS NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO**

O desenvolvimento, desde os primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial, teve como objetivo declarado acelerar o crescimento econômico nos “países

---

<sup>14</sup> O autor esclarece sobre o uso dos termos *lugar e território*, aqui entendidos como espaço vivido e espaço definido e delimitado por relações de poder, respectivamente.

subdesenvolvidos”, principalmente do setor industrial. Assim, foram criados e difundidos “modelos de desenvolvimento”, cujos projetos, concebidos e implementados “a partir de cima” (*top-down development*) por agências tecnocráticas nacionais e internacionais, sem que houvesse a participação das comunidades afetadas por essas políticas. Esta ênfase nos resultados macroeconômicos implicou na marginalização de outros objetivos sociais, econômicos e políticos (SOUSA SANTOS e RODRIGUES, 2005).

O desenvolvimento – discurso e prática – tido como sinônimo de crescimento econômico continua, ainda hoje, fortemente presente, sendo largamente aceito. Os resultados da implementação de um modelo de desenvolvimento, baseado e legitimado pela idéia de modernidade e modernização, como conseqüências do desenvolvimento científico e tecnológico, trazem em si, avanços jamais imaginados na história da humanidade e um crescimento econômico até então nunca visto. Estas mudanças implicaram numa transformação radical das técnicas utilizadas e da organização do processo produtivo, assim como promoveram um impacto notável sobre a vida e os comportamentos sociais, modificando profunda e radicalmente a estrutura societária (NAVARRO, 2001; FURTADO, 1980). Ao mesmo tempo, se complexificam a alienação e os problemas ecológicos, sendo este modelo injusto socialmente e de caráter antiecológico, o que tem levado a modernidade a um beco sem saída<sup>15</sup> (SOUZA, 1994). Par Porto Gonçalves (2004) o uso desta noção e as políticas de desenvolvimento tem acarretado numa série de implicações negativas para o grande conjunto da sociedade e para o meio ambiente, se colocando também como um “risco” ao modo de produção dominante: o capitalismo. Assim, cada vez mais, estes impactos extrapolam as fronteiras dos países pobres, ou das regiões pobres dos países ricos; os problemas ambientais decorrentes desse modelo, por exemplo, não obedecem às fronteiras dos estados nacionais. Vivemos num tempo de problemas modernos, dado o não cumprimento das promessas da modernidade ocidental, para os quais não há soluções modernas (SOUSA SANTOS, 2005).

Reduzido à idéia de desenvolvimento econômico, baseado no crescimento econômico e na modernização tecnológica, o conceito de desenvolvimento se fundamenta na idéia de que os efeitos sociais positivos do desenvolvimento econômico aconteceriam “naturalmente”, como uma simples questão de tempo como conseqüência dos processos de crescimento e modernização. Logo, não seriam necessárias a implementação de políticas de distribuição de riquezas e de combate à

---

<sup>15</sup> Souza (1994) afirma que os “males da modernidade” não se restringem aos países do Terceiro Mundo, através da destruição de suas culturas, crises de identidade e a dependência internacional cada vez maior. Também nos países de Primeiro Mundo, as “doenças da civilização”, como o estresse e a neurose urbana, o vazio de um consumismo frívolo e as perspectivas sombrias de ampliação do desemprego e de enfraquecimento do “estado de bem-estar”, que ameaçam todo o mundo, através dos altos níveis de degradação ambiental.

pobreza<sup>16</sup> (SOUZA,1994). Sachs (2004) critica os fundamentalistas do mercado que, segundo ele, acreditam não haver necessidade de uma teoria do desenvolvimento já que este é um “efeito natural” do crescimento econômico, uma espécie de “efeito cascata”. No entanto, esse “efeito cascata”, como ressalta Sachs é totalmente inaceitável em termos éticos; *num mundo de desigualdades abismais, é um absurdo pretender que os ricos devam ficar mais ricos ainda, para que os destituídos possam ser um pouco menos destituído* (p. 26). Este autor afirma que o crescimento rápido impulsionado por empresas modernas não irá reduzir por si só a heterogeneidade; ao contrário, tende a concentrar a riqueza e a renda nas mãos de poucos. Como coloca Sachs *a economia capitalista é louvada por sua inigualável eficiência na produção de bens (riquezas), porém ela também se sobressai por sua capacidade de produzir males sociais e ambientais* (p.41). Assim, o desemprego maciço, o subemprego e as desigualdades sociais, inerentes ao capitalismo, seriam compensados pela eficiência econômica capitalista de mercado; para os fundamentalistas do mercado, tais males são o preço inevitável a ser pago pelo progresso econômico.

Entretanto, esta estreita associação entre o desenvolvimento e crescimento econômico vem aos poucos deixando de ser natural e intocável, já que se torna cada vez mais claro que o crescimento econômico, mais que promover uma situação de bem-estar para uma determinada parte da população, contribuía para o crescimento da desigualdade entre ricos e pobres (FAVARETO, 2007; FURTADO, 1980). Cada vez se torna mais aceito que a erradicação da pobreza não depende apenas de altas taxas de crescimento e do progresso técnico, mas da satisfação de necessidades básicas, o que representaria o verdadeiro objetivo a ser perseguido por uma política de desenvolvimento. Crescimento e modernização, para serem considerados como indicadores do desenvolvimento *strictu sensu*, deveriam vir acompanhados da distribuição da riqueza produzida socialmente e do atendimento das necessidades materiais e não-materiais elementares (SOUZA, 1994).

Sousa Santos e Rodrigues (2005) apontam três características negativas do capitalismo: (1) o capitalismo sistematicamente produz desigualdades de recursos e de poder, resultado da separação e subordinação do trabalho ao capital, promovendo (numa perspectiva ligada a tradição marxista) as diferenças de classe, reforçadas pelas diferenças de gênero e/ou de raça; (2) o mercado capitalista, baseado em relações de concorrência, empobrece as relações de sociabilidade, aqui ligadas ao benefício individual, em detrimento de formas solidárias. O mercado capitalista, como

---

<sup>16</sup> O amplo debate e críticas a essa naturalização dos efeitos positivos do desenvolvimento como crescimento, não implica na extinção dessa idéia. Assim, “*mesmo autores ligados à onda conservadora que atualmente assola o planeta, excetuando-se os casos aberrantes de analistas que retornaram a um fetichismo do crescimento, normalmente não desaprenderam que o crescimento econômico não é garantia de melhoria dos indicadores sociais*” (SOUZA, 1994: 03).

coloca Cohen (1994 apud SOUSA SANTOS e RODRIGUES, 2005) é uma mistura de cobiça – as outras pessoas são vistas como possíveis fontes de enriquecimento – e medo – já que todos se constituem como ameaça e, por fim; (3) o capitalismo, com base na crescente exploração dos recursos naturais põe em perigo as condições físicas da Terra, tendendo ao esgotamento destes recursos (p. 27-28).

Estas três características do modo de produção capitalista implicam na emergência de uma série de proposições sobre a questão do modelo de desenvolvimento baseado nas premissas do capitalismo, que vão desde a imposição de limites ao desenvolvimento capitalista (as quais os autores denominam *desenvolvimento alternativo*) à própria rejeição deste modelo de desenvolvimento econômico e a adoção de práticas antidesenvolvimentistas (as chamadas *alternativas de desenvolvimento*). Estas proposições, segundo estes autores, tendem a se combinar, criando novas linhas de pensamento, como o ecofeminismo ou as cooperativas.

Assim, começa a ser questionada e criticada por diferentes segmentos da sociedade a noção de desenvolvimento como crescimento, visando a necessidade da substituição do conceito economicista de desenvolvimento das teorias da modernização por outro mais abrangente, mais preocupado com as pessoas e com o meio ambiente. Tem início a denúncia do ‘mal-estar da civilização’ causado pelo modelo de desenvolvimento baseado na industrialização, na modernização e na urbanização. Souza (1994) aponta alguns efeitos gerados pelo crescimento econômico e pela modernização nos países desenvolvidos como “males inerentes a civilização urbano-industrial desenvolvida”, “doenças da civilização” e a redução da qualidade devida nos países da Europa e dos Estados Unidos.

O capitalismo, em sua fase de globalização *fossilista fordista imperialista* (PORTO GONÇALVES, 2004) começa a ser questionado por diferentes grupos com interesses distintos, os quais põem em disputa o significados e sentidos do desenvolvimento. O debate dos limites do modelo de desenvolvimento começou a se tornar público, assim como a ganhar um cunho mais político, a partir de manifestações que denunciavam o risco que a humanidade e o planeta corriam em função deste modelo.

*Assim, por todos os lados, o capitalismo, em sua fase de globalização fossilista fordista imperialista, se via questionado. Lá mesmo no centro do sistema-mundo moderno colonial, nos EUA e na Europa Ocidental, a contracultura acusava o ‘mal-estar da civilização’ não pelo que o capitalismo em seu pólo mais desenvolvido não oferecia mas, ao contrário, pelo que oferecia – criticava-se, abertamente, o consumismo como estilo de vida (hippies e beatniks), assim como o militarismo; por outro lado, os socialistas questionavam a desigualdade e a exploração; os nacionalistas, em geral, reivindicavam o direito ao desenvolvimento (sustentado, como se dizia na época), e tinham na denúncia da*



As décadas de 1960 e 1970 marcam a contestação dos rumos do progresso ocidental; ainda que estas críticas e questionamentos estivessem neste momento circunscritos ao Primeiro Mundo<sup>17</sup>. O debate dos limites do modelo de desenvolvimento começou a se tornar público, assim como a ganhar um cunho mais político, a partir de manifestações que denunciavam o risco que a humanidade e o planeta corriam em função deste modelo. No fim da década de 1960, o Clube de Roma, criado por um grupo de empresários e executivos transnacionais (Xerox, IBM, Fiat, Remington Rand, Olivetti, entre outras) coloca em debate, entre outros temas, a questão da demanda por *recursos não renováveis*. O *The limits of growth*, documento patrocinado pelo Clube de Roma e elaborado numa renomada universidade norte-americana, assinala o tempo necessário para que determinados recursos naturais se esgotassem, caso o crescimento se mantivesse nos mesmos padrões daquela época. Assim, o ambientalismo, com origem na contracultura, inicia seu reconhecimento no meio científico e técnico capturado por um discurso que era fortemente combatido pela contracultura (PORTO GONÇALVES, 2004). A década de 1970 é caracterizada, de acordo com Sousa Santos e Rodrigues (2005), como um momento no qual diferentes grupos começaram a formular reflexões e a organizar eventos, como a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente em 1972 nos quais demonstravam seu descontentamento em relação ao modelo de desenvolvimento “tradicional”, sendo um marco na construção das teorias do *desenvolvimento alternativo*.

Sobre o *desenvolvimento alternativo*, como colocado por Sousa Santos e Rodrigues, podem ser identificados alguns pilares fundamentais, apesar da diversidade das análises e dos trabalhos que adotam essa perspectiva. O primeiro deles é a realização de uma crítica à racionalidade econômica que orientou e legitimou políticas de desenvolvimento em diferentes partes do mundo. Assim, o desenvolvimento alternativo ressalta a idéia de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção de bens e valores ligados a política, a cultura, a natureza etc. De acordo com essa perspectiva, o desenvolvimento não deve ter sua ênfase exclusiva na aceleração das taxas de crescimento econômico, mas deve ter como foco a promoção de melhores condições de vida e sustento para a maioria das pessoas (FRIEDMAN, 1992, apud SOUSA SANTOS e RODRIGUES, 2005: 46). O desenvolvimento alternativo se inspira em valores como igualdade e cidadania, incluindo de forma plena os setores

---

<sup>17</sup> Favareto (2007), entretanto, ressalta que os países de Terceiro Mundo foram muito influenciados por organismos internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que tinham em sua composição cientistas com grande acesso teorias em voga na economia nos países centrais e que absorveram rapidamente essas teorias.

marginalizados na produção e no consumo dos resultados do desenvolvimento. Sousa Santos e Rodrigues ressaltam que essa linha de pensamento e ação *não rejeita a idéia de crescimento econômico*, propondo impor limites ao crescimento e subordinado-o a imperativos que não sejam estritamente econômicos. Como segunda característica essencial do desenvolvimento alternativo está a proposição do desenvolvimento de “baixo para cima” (*botton-up*), em contraposição a um modelo de desenvolvimento “a partir dos de cima”. *Aí, a iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento, longe de ser competência exclusiva do Estado e das elites econômicas, deve residir na sociedade civil* (p.47). O modelo atual de desenvolvimento, sendo essencialmente excludente, requer a participação daqueles que, até então, são *objetos* e não *sujeitos* dos programas de desenvolvimento, assim, se propõe a centralidade dos sujeitos coletivos, ou seja, das comunidades organizadas que buscam reduzir a condição marginal na qual foram colocadas. A terceira característica do desenvolvimento alternativo é a atribuição de grande importância a escala local, tanto como objeto de reflexão como de ação social. Essa é a escala privilegiada para a realização de estudos e é onde devem se concentrar as ações contra-hegemônicas. O quarto pressuposto do desenvolvimento alternativo se relaciona a descrença em relação a uma economia centrada exclusivamente em formas de produção capitalistas, assim como num regime econômico controlado pelo Estado. O que se propõe são iniciativas coletivas, ligadas a empresas e organizações populares de gestão e propriedade solidárias, buscando retomar os laços entre capital e trabalho e evitar a busca pelo apoio estatal. Também são buscadas formas de intercâmbio não capitalistas, ressaltando a importância de atividades de trocas em comunidades marginalizadas, por exemplo, assim como estratégias econômicas autônomas, como a autogestão de empresas populares. Os autores citam o desenvolvimento sustentável<sup>18</sup> como exemplo de perspectiva do desenvolvimento alternativo, sendo, dessa forma possível observar como os limites ecológicos ao crescimento econômico dominam o debate no campo do desenvolvimento alternativo. Estes mesmos autores ressaltam que, nem o relatório da Comissão Brundtland<sup>19</sup>, nem na Conferência do Rio 1992<sup>20</sup> colocaram em pauta a questão do desenvolvimento

---

<sup>18</sup> De acordo com Sachs (2004), “o desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica. Estritamente falando, apenas as soluções que considerem estes três elementos, isto é, que *promovam o crescimento econômico* com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento (...)” (p.36) (grifo nosso).

<sup>19</sup> Relatório formulado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland, onde foi elaborado o conceito de *desenvolvimento sustentável*. (Sousa Santos e Rodrigues, 2005:45)

<sup>20</sup> A Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, de acordo com Favareto (2007), marca o início da busca pelo estabelecimento de acordos entre órgãos internacionais e governos nacionais para reduzir os impactos negativos do modelo atual de desenvolvimento.

concebido como crescimento econômico; o que fizeram foi alertar para a necessidade de impor alguns limites ao crescimento para evitar a destruição do meio ambiente.

*Ao optar pela definição 'desenvolvimento sustentável', tal como expressa no Relatório Brundtland, escolhia-se uma conceituação que, em primeiro lugar, não sinalizava a necessidade de se instituir outro padrão, um outro estilo; em segundo lugar, esta opção era totalmente compatível com a tentativa de resposta ao alerta levantado pela crítica ambiental apoiado no paradigma da escassez (FAVARETO, 2007:53).*

Assim a crítica ao modelo de desenvolvimento se foca na questão da produção de *desigualdades geradas pelo desenvolvimento* ou pelo *não desenvolvimento em si*; o desenvolvimento passa de opção à imposição e a igualdade depende, necessariamente, do desenvolvimento – dentro do padrão cultural europeu norte-ocidental e norte-americano (PORTO GONÇALVES, 2004). Com isso, o questionamento sobre a posição de *subdesenvolvimento* é marcado por um desejo de ascensão desses países ao grupo dos desenvolvidos, mostrando como a *colonialidade do saber o do poder*<sup>21</sup> ainda se mostra profundamente presente. *Todos querem ser desenvolvidos como a Europa e os EUA*, assim sendo, não se consegue pensar fora dos marcos desse pensamento moderno-colonial. Assim, quando se questiona a desigualdade, o objetivo parece ser a igualdade, permanecendo o pensamento eurocêntrico. Como coloca Porto Gonçalves (2004), *a modernidade é inseparável da colonialidade*, assim, a idéia de igualdade entre os homens, que funda a modernidade, encontra grandes dificuldades de se estender para países da América Latina e o Caribe, assim como para a África e a Ásia e fica circunscrito aos territórios europeus ou europeizados (Estados Unidos e Canadá).

*Mais do que nunca vemos que a modernidade é colonial, não só na medida em que não pode universalizar seu estilo de vida, mas pelo modo como, pela colonização dos corações e mentes, procura instilar a idéia de que é desejável e, acima de tudo, possível que todos se europeizem ou americanizem. Entretanto, esse estilo de vida só pode existir se for para uma pequena parcela da humanidade, sendo assim, na sua essência, injusto (p. 31).*

---

<sup>21</sup> Carlos Walter Porto Gonçalves (2004) trabalha com a idéia de que o sistema mundo, ainda hoje, permanece organizado em “colônias” e “metrópoles”. Aí “(...) as matérias-primas e a energia, fruto do trabalho das populações dos países do Terceiro Mundo, devem continuar fluindo no mesmo sentido e direção da geografia moderno-colonial, ou seja, para os países e classes ricas dos países ricos ou para as classes ricas das regiões dos países pobres”. (p.20) O autor ressalta que, na atualidade uma importante questão que assombra os países ricos é como garantir o suprimento permanente de matéria e energia num momento da história em que o colonialismo ou o imperialismo não tem sustentação moral e ética. “Na América Latina e no caribe, a colonialidade sobreviveu ao colonialismo, por meio dos ideais desenvolvimentistas eurocêntricos, ocupando os corações e mentes das elites criollas, brancas e mestiças nascidas na América” (p.20), almejando ser de Primeiro Mundo. Persiste a exportação de matérias-primas agrícolas (cujos produtos são cultivados nas melhores terras) e de minerais (extraídos das melhores jazidas), nestes casos, ligadas, quase sempre às empresas das antigas metrópoles; persiste também a exploração do trabalho negro e índio, por meio da escravidão ou da servidão.

Para os que acreditam que a solução dos problemas do desenvolvimento é o próprio desenvolvimento, a *técnica* se coloca como resposta para todas as perguntas e todos males do modelo de produção capitalista. Furtado (1980) afirma que a técnica na sociedade capitalista tem dois papéis: primeiro o de reduzir a pressão no sentido da igualdade social e, segundo, o de possibilitar a expansão continuada dos gastos de consumo dos grupos de rendas altas e médias. Assim, o sistema produtivo, em seu processo evolutivo, deve assegurar a difusão de muitos produtos inicialmente reservados às minorias de altas rendas, mesmo que isso implique em degradação da qualidade da vida do conjunto da população. A superação da desigualdade no desenvolvimento, da miséria, se faria com mais desenvolvimento.

*A subordinação da inventividade técnica aos interesses de reprodução de uma sociedade fortemente igualitária e de elevado potencial de acumulação constitui a causa de alguns dos aspectos paradoxais da civilização contemporânea (p. 18).*

Furtado assinala que, para continuar no controle das posições estratégicas na sociedade capitalista, é preciso apropriar-se do produto social e orientar o progresso técnico no sentido de superar as “tensões sociais” conseqüentes das mudanças nas estruturas da sociedade. O avanço da técnica tem todas as facilidades para se efetivarem em nossa sociedade já que (...) *o particular dinamismo da sociedade capitalista tem sua causa primária no fato de que a reprodução da estrutura de privilégios que lhe é inerente apóia-se na inovação técnica* (FURTADO, 1980:11). *A ação conjugada da inovação técnica e da acumulação conciliam a reprodução dos privilégios com a permanência das forças sociais que as contestam*; a tecnologia se desponta como instrumento de poder (FURTADO, 1980).

Porto Gonçalves (2004) ressalta que a técnica para como solução dos problemas hoje enfrentados se coloca como uma forma de esconder e fugir da questão central da sociedade. Portanto, de acordo com o autor, existe uma crença acrítica de que sempre há uma solução técnica para tudo; dessa forma, ignoramos que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido em si a sociedade que o criou, com as suas contradições próprias. O autor cita Milton Santos (1996), quando ressalta que (...) *não há um sistema técnico dissociado de um sistema de ações, de um sistema de normas, de um sistema de valores*, o que aponta a necessidade de percebermos que um sistema técnico não se move por si; deve se impulsionado por algo, alguém. Sobre a questão ambiental que se coloca na atualidade, este mesmo autor faz a seguinte consideração:

*Dizer que a problemática ambiental é, sobretudo, uma questão de ordem ética, filosófica e política é desviar de um caminho fácil que nos tem sido oferecido: o de que devemos nos debruçar sobre questões práticas, técnicas, para resolver os graves problemas de poluição, desmatamento, erosão. (...) (p. 18).*

Ainda sobre a questão ambiental, Porto Gonçalves ressalta que é importante não cair na armadilha das soluções técnicas no caminho da solução dos problemas ambientais do nosso tempo sob o risco de nos frustrarmos futuramente. Nesse sentido, ressalta as soluções bastante vinculadas e bem aceitas na atualidade como a de “desenvolvimento sustentável” e a busca pela “qualidade de vida”. Mesmo o debate ambientalista tem tomado “conotações esquizofrênicas”, pois, utilizando-se de discursos do tipo “plante uma árvore”, “faça a coleta seletiva do lixo” ou “desenvolva o ecoturismo” que reduzem o debate em torno do estilo de consumo e do modo de produção na década de 1960, denominado criticamente como “lixo ocidental”, à coleta de “lixo ocidental”. Dessa forma, abandona-se a crítica do projeto de civilização europeu, como se fez na década de 1960, em relação à idéia de desenvolvimento. Na década de 1980 começa a construção da idéia de “desenvolvimento sustentável”, na década de 1990, surge o ISO 14000, “selo verde”, projetos de coleta seletiva de lixo e ecoturismo. Este, de acordo com Porto Gonçalves é um projeto de globalização dos “de cima” para os “de cima”.

Entretanto, Sousa Santos e Rodrigues (2005) ressaltam que grandes são as contribuições das propostas de *desenvolvimento alternativo*, principalmente no que se refere ao seu impacto no pensamento sobre as economias da periferia e da semiperiferia, fazendo parte das estratégias e dos argumentos contra a globalização neoliberal. Esta perspectiva contribuiu para inserir determinadas temáticas, como a preservação do meio ambiente, o respeito a diversidade cultural e o impacto do desenvolvimento convencional sobre as pessoas nos países pobres nos órgãos internacionais.

No entanto, essas abordagens apresentam alguns limites sendo a principal delas, apontada por Sousa Santos e Rodrigues, é a ênfase atribuída à escala *local* para a construção de alternativas econômicas emancipadoras. Esta ênfase tem permitido colocar no centro da discussão os efeitos concretos dos programas de desenvolvimento e defender a transferência de poder para os atores locais, no entanto, dificultam a interligação dos fenômenos aí ocorridos com aqueles em curso em escalas mais amplas, como a regional a nacional e a global, perdendo a noção de que o local possui ligações com outras escalas. Sob essa perspectiva, é como se o local possuísse certo isolamento em relação às outras escalas, sendo este isolamento o que garantiria o caráter alternativo de suas iniciativas econômicas. No entanto, essa visão dualista da economia é, segundo estes autores, incorreta. Primeiro porque muitas dessas economias têm relação de dependência com outras economias, formais ou informais. Assim, em muitos locais, somente uma articulação da ação local com estratégias alternativas de incorporação ou resistência em diferentes escalas pode garantir a reprodução dessas iniciativas locais, dentro de um sistema capitalista de

produção. Segundo porque, se assim fosse, o campo de ação e expansão das formas alternativas de produção, consumo e distribuição de bens e serviços ficaria limitado. É importante, portanto, formular novos modos de pensar e agir que não se restrinjam a escala local; formas que não vislumbrem o local como fechado ou estático, mas integrado a outras localidades e coletividades, em diferentes escalas, fortalecendo o movimento contra-hegemônico.

*Essa articulação em economias plurais em diferentes escalas que não desvirtuem as alternativas não capitalistas é o desafio central que enfrentam, hoje, movimentos e organizações de todo o tipo que procuram um desenvolvimento alternativo (SOUSA SANTOS e RODRIGUES, 2005: 53).*

No entanto, como foi apresentado anteriormente, além do *desenvolvimento alternativo*, se apresentam também como proposição de questionamento dos moldes ocidentais de desenvolvimento, como colocado por Sousa Santos e Rodrigues, as *alternativas de desenvolvimento*. Enquanto o desenvolvimento alternativo propõe modificações e limites ao crescimento econômico, as alternativas ao desenvolvimento vão questionar o próprio crescimento econômico, radicalizando a crítica em relação a essa noção, explorando alternativas pós-desenvolvimentistas. Escobar (1995 apud SOUSA SANTOS e RODRIGUES, 2005) afirma que: *os autores que representam esta tendência afirmam que não estão interessados em alternativas de desenvolvimento, mas, sim, em alternativas ao desenvolvimento, ou seja, na rejeição total do paradigma*. Assim, os ecologistas que compartilham dessa perspectiva, fazem uma crítica radical à idéia de desenvolvimento sustentável. De acordo com Daly (1996), também citado por Sousa Santos e Rodrigues, o desenvolvimento sustentável, tal com é colocado, equivale ao termo “crescimento sustentável”, o que se coloca como uma contradição; assim, *o crescimento econômico é impossível de sustentar sem destruir as condições de vida sobre a Terra (p. 54)*.

Nesta corrente de pensamento, o desenvolvimento deve ser entendido como realização de potenciais, como passagem a um estado diferente e melhor, estando, portanto, longe da idéia de desenvolvimento como crescimento: *as atividades econômicas podem, neste sentido, desenvolver sem crescer (p. 55)*. Outra crítica paralela ao desenvolvimento alternativo vem de determinadas correntes feministas que se colocam contra a idéia da incorporação das mulheres no desenvolvimento como crescimento econômico. Propõe-se então o abandono do projeto eurocêntrico, hierárquico e patriarcal de desenvolvimento e a busca por um novo paradigma de desenvolvimento, que dê prioridades aos meios básicos de subsistência e seja centrado nas mulheres e nas crianças, como indica o ecofeminismo. A diversidade cultural, assim como a diversidade de formas de produzir e de entender a produção também se coloca como importante referência entre as correntes que propõe a

superação do desenvolvimento tal qual vem sendo concebido nas últimas décadas. Mesmo frente a expansão da economia capitalista e da ciência moderna. Assim:

*(...) perante a evidência dos efeitos sociais perversos da produção capitalista e da cultura materialista e instrumental que a torna possível, a fonte alternativa ao desenvolvimento encontra-se nas culturas híbridas ou minoritárias das quais podem surgir outras formas de construir economias, de satisfazer as necessidades básicas, de viver em sociedade (SOUSA SANTOS e RODRIGUES, 2005: 55).*

Também a luta contra o colonialismo, contra a miséria e contra a injustiça foi uma importante forma de resistência ao desenvolvimento como crescimento e a formulação de alternativas baseadas em culturas não-hegemônicas, sendo essas portadoras de um profundo sentimento emancipatório (PORTO GONÇALVES, 2004). Sousa Santos e Rodrigues (2005) afirmam que *as propostas que advogam a superação do paradigma do desenvolvimento são hoje uma das mais dinâmicas e promissoras fontes de alternativas de produção não capitalistas*, pois envolvem uma diversidade de grupos em todo o mundo, em lutas muito diversas, sendo impulsionadas por uma combinação de ativismo local e redes de ativismo global.

Entretanto, mesmo essas redes tendo mostrado seus benefícios na articulação das lutas e da solidariedade em nível nacional e internacional na busca por alternativas ao desenvolvimento, há ainda uma ênfase na escala local (SOUSA SANTOS e RODRIGUES, 2005). Assim, a esfera local está novamente no centro das aspirações de transformação. Há mesmo, por parte de alguns, uma rejeição completa de qualquer forma de pensamento e ação globais, mesmo aquelas que se propõem a celebração da diversidade local. No entanto, *a diversidade cultural que pode impulsionar a busca de alternativas ao desenvolvimento 'não é uma força estática mas, sim, transformada e transformadora'* (ESCOBAR, 1995 apud SOUSA SANTOS e RODRIGUES, 2005: 57).

Sachs (2004) afirma que, os pensadores, autodenominados pós-modernos, que propõem a renúncia do conceito de desenvolvimento, alegam que este tem funcionado como um instrumento usado para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as minorias dominadas, dentro de cada país e entre países. Assim:

*(...) propõem avançar para um estágio de pós-desenvolvimento, sem explicar claramente o seu conteúdo operacional concreto. Estão certos, por suposto, quando questionam a possibilidade de crescimento indefinido do produto material, dado o caráter finito do nosso planeta. Porém, esta verdade óbvia não diz muito sobre o que deveríamos fazer nas próximas décadas para superar os dois principais problemas herdados do século XX, apesar do seu progresso científico e técnico sem precedentes: o desemprego em massa e as desigualdades crescentes (p. 26).*

Mesmo com as fortes críticas atribuídas às diferentes noções de desenvolvimento que buscam superar seu entendimento essencialmente pautado em

aspectos econômicos (críticas que acreditamos, devem, com efeito, ser feitas), tais como sua escala de abrangência, a falta de integração entre os diferentes enfoques das diferentes abordagens<sup>22</sup> ou sua capacidade de superar o capitalismo, ainda assim essas novas noções de desenvolvimento se constituem como um avanço.

Essas perspectivas de desenvolvimento tiveram grande repercussão entre aos órgãos internacionais, governos e outras instituições, além de ter um forte apelo social, sendo responsável por uma ampla sensibilização de um grupo cada vez maior de pessoas quanto aos reflexos do modelo de desenvolvimento adotado nas últimas décadas – que não se esgotou, vale lembrar. Essas novas noções de desenvolvimento, umas mais outras menos combativas, se colocam como importantes ferramentas na busca por uma sociedade onde menos pessoas estejam em situação de pobreza e dependência e onde os recursos naturais sejam melhor utilizados seguindo as necessidades e os desejos da maioria. No entanto, o caminho a ser percorrido ainda se mostra bastante extenso e alguns se arriscam a fazer proposições nesse sentido.

Sachs (2004), por exemplo, afirma que, para superar as desigualdades na sociedade é preciso, por exemplo, políticas públicas e ações afirmativas em prol dos mais “fracos e silenciosos da nação”, que devem garantir a participação de todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento, sendo capazes de responder aos problemas e às aspirações de cada comunidade e superar os impedimentos à utilização de “recursos potenciais e ociosos e liberar as energias sociais e a imaginação”. Sachs afirma que as iniciativas “partidas de baixo” terão cada vez mais importância, mas não é possível construir uma estratégia de desenvolvimento simplesmente agregando iniciativas locais. É preciso que haja um projeto nacional que atenda aos anseios da maioria das pessoas sobre os objetivos da sociedade e a forma de inserção do Estado no mundo globalizado. Neste mesmo sentido, Sousa Santos e Rodrigues (2005) propõem, com base na tese de McMichael (1996), uma luta por um “localismo cosmopolita e plural”, onde as estratégias de alternativas ao desenvolvimento, desenvolvimento alternativo, cooperativismo, entre outras, criem espaços não capitalistas que apontem para uma transformação gradual da produção e da sociabilidade para formas mais igualitárias, solidárias e sustentáveis.

Como ressalta Souza (1994), é preciso criar concepções de desenvolvimento que articulem de maneira mais consistente as dimensões econômicas, políticas e

---

<sup>22</sup> Favareto (2007) afirma que as teorias do “desenvolvimento sustentável”, assim como as do “desenvolvimento humano” fizeram a crítica aos rumos do progresso, porém, o alcance dessas críticas foi maior que as formulações de propostas de transformação. Soma-se a isso a falta de diálogo entre as duas vertentes (tanto institucionalmente quanto cientificamente). No entanto, houve mudanças na definição das políticas e instrumentos de desenvolvimento e, mesmo que não haja consenso sobre as estratégias de conservação ambiental e dominação da desigualdade e da pobreza, esses elementos são considerados ao tomar qualquer decisão



cultural, rechaçando o etnocentrismo e preparando o terreno para a formulação de estratégias de desenvolvimento mais “generosas”.

*Um conceito de desenvolvimento livre de ranço etnocêntrico precisa acentuar a idéia de cada povo, cada grupo social deve possuir a autonomia necessária para definir o conteúdo deste conceito de acordo com as suas próprias necessidades e de conformidade com as suas características culturais, ou mesmo para nem sequer tematizar a questão (caso das sociedades tribais, ditas impropriamente “sem história”); o fundamental é que toda coletividade humana tenha a oportunidade de evitar ou livrar-se do “subdesenvolvimento”, ou seja, da exploração, da opressão e da subordinação por parte dos interesses econômicos, poderes políticos e pasteurização cultural representados pelo modelo civilizatório capitalista (p. 05).*

Como afirmam Sousa Santos e Rodrigues (2005), o grande desafio para o século XXI, frente a uma globalização neoliberal que se coloca de forma altamente destrutiva (autodestrutiva) e hegemônica, é pensar e lutar por alternativas econômicas e sociais, formulando alternativas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis. Estas alternativas se tornam urgentes numa época em que, primeiro, há uma crença, largamente aceita, de que não há alternativas ao capitalismo e, segundo, as soluções propostas ao capitalismo pelo socialismo não são viáveis, nem desejáveis. Sobre as alternativas de desenvolvimento analisadas no texto de Sousa Santos e Rodrigues, estes autores fazem a seguinte observação que acreditamos ser de pertinente também em relação à situação que se pretende analisar na presente pesquisa, a *Conquista de Terras em Conjunto*:

*O que se pretende, então, é centrar a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente”, [o que não nos impede de vislumbrar os limites dessas alternativas, mas tampouco nos impossibilita reconhecer as grandes conquistas advindas do processo e do próprio processo em si.] (...) “Isso não implica que a hermenêutica das emergências renuncie à análise rigorosa e à crítica das alternativas analisadas. Todavia, a análise e a crítica procuram fortalecer as alternativas, e não propriamente diminuir o seu potencial (p. 25-26).*

Esse posicionamento se mostra bastante esclarecedor e contribui no sentido a fornecer algumas bases para o estabelecimento da relação entre essas novas noções de desenvolvimento e a experiência em curso no município de Araponga-MG, assim como para uma melhor compreensão dos significados desta experiência. A *Conquista de Terras em Conjunto* deve ser entendida como uma estratégia utilizada pelos agricultores buscando a continuidade da sua permanência e existência digna no campo. Nessa estratégia ao mesmo tempo em que se incluem práticas que parecem ter pouco sentido dentro de um contexto essencialmente capitalista, como a troca de dias de serviço e os mutirões, a base da experiência é a compra da terra, ou seja, a apropriação privada da terra, o que, como aponta Oliveira (2001), se constitui a base da produção capitalista.

### 3 SOBRE “CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO” EM ARAPONGA-MG

#### 3.1 DO LUGAR: HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO NÃO-INDÍGENA DA ZONA DA MATA MINEIRA E CARACTERIZAÇÃO DE ARAPONGA

A Zona da Mata mineira recebeu este nome por ser originalmente coberta por mata atlântica. A região era habitada por populações indígenas, os Cataguá e os Puri<sup>23</sup>. Essas populações eram quase que as únicas a habitar a Zona da Mata mineira até meados do século XIX, protegidas pelas condições naturais, essencialmente a mata densa, pelo desinteresse do governo em desbravar a região e também por uma questão política: manter o Caminho Novo<sup>24</sup> como única rota do ouro até o Rio de Janeiro evitando o contrabando (CAMPOS, 2006). Neste período, marcado pela exploração mineral em Minas Gerais, a Zona da Mata ocupava uma posição periférica às regiões extrativas de ouro até meados do século XVIII. Em sua jornada de Ouro Preto até o Rio de Janeiro, em 1749, o ouvidor Caetano da Costa Matoso faz um relato sobre o *Caminho Novo*, onde transparecem algumas características da Zona da Mata neste período:

*(...) vim continuando todo este caminho sempre entre matos, como até aqui, sempre subindo e descendo mais e menos, com pouca ou nenhuma diferença, e sempre com cada vez piores caminhos passei (...) correndo junto as vistas e à vista sempre do Rio Paraibuna que aqui corria. Ai passei a rocinha de Matias Barbosa, sempre seguindo o mesmo rio em mais légua, chegando junto a ele, a um sítio a que chamam Matias Barbosa. (...) Continua a viagem, sempre subindo e descendo morro no mato fechado. E daí vim, sempre a vista desse rio, por iguais caminhos, em distância de mais de uma légua, e junto a ele cheguei a um sítio a que chamam Juiz de Fora. (...) nono dia da jornada, prossegue viagem até chegar no sítio João Gomes (Palmira e depois Santos Drumond). Neste dia se me mostrou para a grande parte do Oeste uma altíssima serra chamada Ibitipoca, que nasce o Rio Paraibuna. (...) décimo dia de viagem, pela primeira vez, vê a terra descoberta de mato, vegetação rasteira. Diz sentir-se desabafado: vendo que respirava e se estendiam mais ao longe objetos de vista, deixando aquele afogado e melancólico caminho que dez dias não se via outra coisa senão o mato e as árvores imediatas a mim. Assim, neste maior desafogo, cheguei nele se acabar o caminho do mato (modificado de COSTA MATOSO, 1999 apud CARNEIRO E FONTES, 2005:403).*

No século XVIII, a coroa portuguesa declarou guerra aos índios semi-nômades, os chamados Botocudos, que foram massacrados e escravizados. Os Puri, por sua vez, foram sedentarizados em aldeamentos. Durante os anos 1820 e 1830, a coroa combateu

---

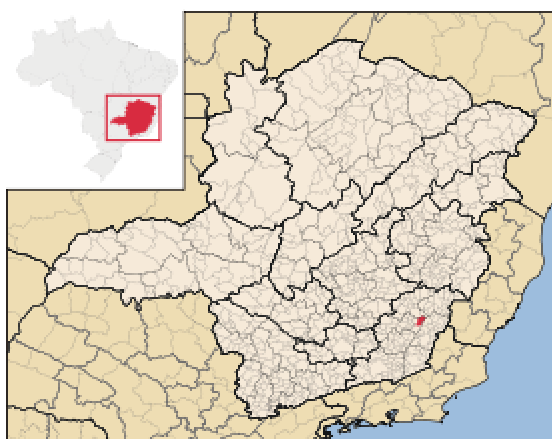
<sup>23</sup> Ver BARBOSA, Willer de Araújo. *Cultura Puri e educação popular no município de Araponga-MG: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente*. Florianópolis, 2005. Tese de doutorado. UFSC. CED. 165p.

<sup>24</sup> O *Caminho Novo* passava pela porção sudoeste da Zona da Mata mineira e do Vale do Paraíba, até chegar ao Rio de Janeiro e foi construído entre 1703 a 1705; é atualmente a rodovia que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro (CAMPOS, 2006; CINTRÃO, 1996).

fortemente as populações indígenas na região, disputando com esses grupos as terras e os recursos naturais (CAMBRAIA e MENDES, 1988 apud CAMPOS, 2006). Mesmo essas populações indígenas da Zona da Mata tendo sido amplamente dizimadas e/ou aculturadas, deixaram suas marcas, influenciando alguns agricultores, como ocorre no município de Araponga<sup>25</sup>.

Em 1781 cria-se o arraial de Araponga, inicialmente batizado de São Miguel e Almas dos Arrepiados, cuja criação se deu ligada a descoberta de minas de ouro. Neste período o governador da Capitania de Minas visitou a região, distribuindo sesmarias e datas para a mineração (CAMPOS, 2006). As minas duraram pouco. Com o declínio da mineração, no fim do século XVIII, o povoamento da Zona da Mata mineira ocorre de forma lenta, constituindo-se como forma de uma agricultura familiar diversificada (CINTRÃO, 1996). Neste contexto o crescimento do povoado de Araponga se estagnou por um longo tempo (CAMPOS, 2006).

Figura 1 – Localização de Araponga-MG



Fonte:[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/32/MinasGerais\\_Municip\\_Araponga.svg/280px-MinasGerais\\_Municip\\_Araponga.svg.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/32/MinasGerais_Municip_Araponga.svg/280px-MinasGerais_Municip_Araponga.svg.png)

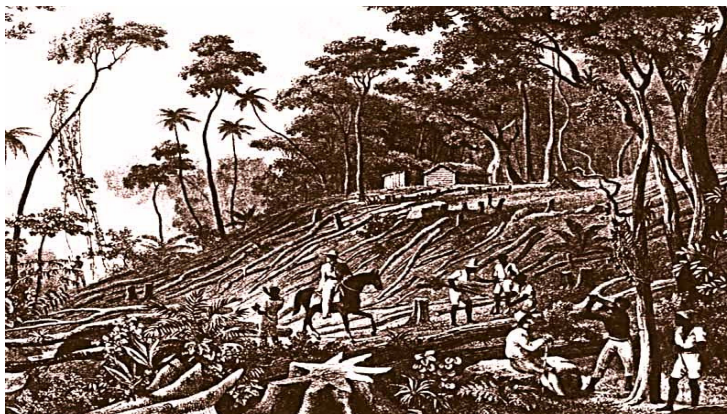
A partir de 1830 se assiste a expansão da economia e da população com base na cafeicultura que, depois de avançar do Rio de Janeiro em direção ao vale do Paraíba, por volta de 1820, se expandiu em direção à São Paulo e à Zona da Mata de Minas Gerais, aproveitando o gradiente suave do vale e os declives menos ásperos dos morros. *Já iam longe, então, os tempos pioneiros, e a paisagem se humanizara* (VALVERDE, 1985).

Este período é marcado por uma intensa derrubada das matas para cultura do café e para pastos, feito com machado, com fogo e técnicas rudimentares, sendo a mata restrita ao alto dos morros. Como aponta Valverde (1958 apud CARNEIRO e FONTES, 2005), o objetivo era a terra para plantar o café, sem olhar para os efeitos daninhos no futuro.

---

<sup>25</sup> Ver Barbosa (idem).

Figura 2 – Derrubada para a formação de um cafezal no interior fluminense – século XVIII



Fonte: <http://www.tratosculturais.com.br>

Assim, por volta de 1883, a Zona da Mata de Minas Gerais era uma das principais zonas cafeeiras do Brasil e, junto com o vale do Paraíba, ficou denominada a “zona do Rio”, devido ao fato exportar para o porto do Rio de Janeiro. Assim, toda a produção de café da Zona da Mata mineira era conduzida, a princípio, por tropas de muares até os portos costeiros.

No período que sucede o declínio da mineração a região cafeeira da Zona da Mata se tornou a região mais rica de Minas Gerais (CINTRÃO, 1996), o que foi fundamental para seu povoamento<sup>26</sup>. Surgiram fazendas, capelas, povoados, vilas e cidades. A atividade cafeeira na Zona da Mata mineira se estabeleceu inicialmente em grandes propriedades com mão de obra escrava. Valverde (1985) descreve as antigas fazendas de café. À frente das casas era comum encontrar palmeiras reais e atrás um pomar com frutíferas. Das janelas e da varanda os fazendeiros podiam observar, durante o período da colheita, à secagem do café assim como vigiar os escravos; o “maior empate de capital” dos fazendeiros.

Na imagem abaixo é possível visualizar o relevo característico da Zona da Mata: os mares de morros. Também é possível observar o processo de degradação da mata para o cultivo do café.

---

<sup>26</sup> Neste período foi intenso o aumento da produção cafeeira, e também da população. Entre os anos de 1822 e 1920, a população da Zona da Mata mineira se tornou 42 vezes (20.000 para 840.000 habitantes) e a produção cafeeira aumentou entre 1839 a 1900, cerca de 428 vezes (243.437 para 104.196.176 arrobas) (PEDROSA, 1962 apud CARNEIRO e FONTES, 2005:405).

Figura 3 - Fazenda Santa Cecília



Fonte: <http://www.tratosculturais.com.br>

*Perto do rio, mas fora do alcance de suas enchentes, sobre um terraço ou na base de uma encosta, ficava a sede da fazenda, vasto sobrado achapado, de paredes grossas e quase sempre de dois pavimentos. Um grande número de janelas, todas envidraçadas e de guilhotina, abria para a frente do prédio. Dezenas de amplos quartos abrigavam a família e os hóspedes sempre numerosos. (...) Às vezes tinha uma varanda atrás ou do lado, dando para o terreiro, grande quadrilátero pavimentado, total ou parcialmente cercado pela senzala, onde viviam os escravos (VALVERDE, 1985:26).*

De acordo com Valverde, o café era plantado não em solos pesados e úmidos, tampouco em solos pobres de tabuleiros sedimentares de bacias sedimentares; os cafezais subiam as vertentes dos morros cristalinos, alinhados em fileiras paralelas, segundo as linhas de maior declive. Por vezes essas declividades eram muito elevadas; as ladeiras onde era cultivado o café podiam chegar a 55, 60 graus de inclinação, o que gerava um forte problema com a erosão (VALVERDE, 1985). Somada as altas declividades, algumas práticas utilizadas no cultivo do café contribuíam ainda mais para a ampliação da perda de solo; como isso:

*Nos períodos entre as colheitas, faziam-se as capinas, tantas quanto necessárias, para extirpar as ervas daninhas. No final da estação chuvosa, em maio, fazia-se a 'varrição', antes de principiar a colheita. Esse serviço consistia em remover a folhagem e o lixo debaixo dos pés de café para o meio das aléias do cafezal, a fim de facilitar a apanha dos grãos, durante a safra (p.54).*

Assim, em pouco tempo ocorre uma considerável redução na produtividade do café:

*Dado o caráter 'migratório' e extensivo das culturas de café naquele período, somado ao relevo acidentado da zona da mata (o café se expandia nas encostas dos morros) em pouco tempo a fertilidade das terras era destruída. Novas áreas de mata eram desmatadas para dar lugar a novos plantios de café, e o café foi deixando atrás*

*de si um rastro de solos degradados, ocupados por pastagens mal formadas, com sinais evidentes de erosão. Da mata atlântica praticamente só restou o nome. A produtividade do café decaiu, e com ela também a riqueza e a importância da zona da mata (CINTRÃO, 1996).*

As sucessivas crises do café<sup>27</sup>, associadas a questão da degradação e perda de solos por erosão, assim como a perda da fertilidade natural do solo na região, abriram entrada para a pecuária de leite e estimularam um aumento da produção de alimentos (milho, feijão, arroz), criando condições para a "expansão" da agricultura familiar (CINTRÃO, 1996). O declínio da atividade cafeeira no Brasil também cria condições para a ocorrência de um amplo processo de divisão das propriedades na Zona da Mata mineira, levando a uma predominância nesta região, de micro e pequenas propriedades.

*(...) o declínio do café (e o não surgimento de uma outra cultura comercial de peso que o substituísse) levou a uma fragmentação das grandes propriedades, muitas vezes a partir do próprio processo de herança e da venda pelos herdeiros das suas partes. Esse processo levou a uma concentração de pequenos agricultores familiares, e uma quase ausência de fazendas acima de 500 ha, o que leva a hoje a Zona da Mata ser considerada por vários trabalhos (...) como uma região com 'predominância absoluta de pequenos produtores' (p. 43).*

Como afirma Cintrão (1996) essa caracterização da Zona da Mata como uma "região de predominância absoluta de pequenos produtores", uma "região minifundista", uma "região de maior concentração de pequenos produtores de Minas Gerais" ou uma "região de estrutura menos concentrada de Minas Gerais" deve ser analisada com cautela sob o risco de esconder a real situação fundiária da região e as relações de trabalho as quais muitos agricultores estão submetidos. A própria experiência da *Conquista* mostra a distribuição desigual da terra. O não acesso a terra e as relações de dependência e submissão expressas, por exemplo, nas relações de parceria, foram grandes motivadores da iniciativa por parte dos agricultores.

Na Zona da Mata mineira as relações de parceria despontam como um forte indicativo dos processos sucessivos de divisão de terras, comuns na região, e demonstra com bastante clareza a questão da concentração de terras, que assume considerável importância nas regiões cafeeiras (CINTRÃO, 1996). A meação é a forma mais comum de parceria. Neste tipo de contrato, os parceiros recebem o cafezal formado, se responsabilizam por todas práticas culturais e entregam metade da produção aos "patrões", tal como são chamados os donos das terras. Os custos dos insumos são geralmente divididos igualmente entre proprietário e parceiro. Por vezes, o proprietário permite o plantio de culturas anuais consorciadas com o café, cuja colheita, em geral, fica integralmente com o parceiro. Nesse tipo de relação alguns proprietários,

---

<sup>27</sup> De acordo com Carneiro e Fontes, até por volta de 1930, a Zona da Mata mineira apresentou grande dinamismo na atividade cafeeira, quando se inicia um período de esgotamento do ciclo cafeeiro no país, contribuindo para o esvaziamento da economia regional, liberação de mão-de-obra, reduzindo as oportunidades de trabalho e criando tensões sociais (2005: 406).

entretanto, também cobram a terça destes produtos. As relações parceria podem ser encontradas também no cultivo do milho, do feijão e arroz; menos comum, mas também realizadas, são as parcerias na criação do gado (CINTRÃO, 1996).

Sobre a diferença entre os parceiros e os pequenos proprietários, Cintrão afirma que os parceiros têm uma organização familiar do trabalho, extremamente semelhante aos pequenos proprietários, mas se diferenciam dos pequenos proprietários por serem também ‘empregados’ e estarem subordinados aos patrões, tendo assim uma autonomia relativa sobre o seu processo de trabalho. Os patrões muitas vezes definem o tipo de produtos que podem ser plantados, a época do plantio, o tipo de tecnologia a ser utilizada. Em Araponga, são comuns as reclamações de agricultores que têm ou tiveram alguma relação de parceria quanto a interferência dos patrões, especialmente no que se refere às técnicas produtivas (plantar com “veneno” ou “mais ecológico”; fazer consórcio entre culturas etc). Também são correntes reclamações sobre o controle rígido do trabalho (não poder parar para descansar quando deseja).

É importante destacar que um mesmo indivíduo pode se enquadrar em duas ou mais categorias (pequeno proprietário, parceiro, assalariado) dependendo das necessidades e das condições dos trabalhadores e de suas famílias (ligado aos meios de produção, a mão-de-obra disponível, entre outros). Quando a família não tem terra, ou a terra é insuficiente para a sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias, a mesma pessoa pode estabelecer mais de uma relação de trabalho ao mesmo tempo, assim como diferentes relações ao longo do tempo de acordo com as mudanças na realidade dessas famílias.

Na Zona da Mata mineira a agricultura tem, de modo geral, um baixo nível de capitalização e o relevo acidentado vem sendo empecilho para a mecanização (CINTRÃO, 1996). No período da modernização conservadora do campo brasileiro, meados da década de 1970, a Zona da Mata se constitui como uma região periférica, sendo as regiões de cerrado os principais alvos da modernização no estado de Minas Gerais (CARNEIRO e FONTES, 2005). Mesmo não tendo atingido com toda sua intensidade a Zona da Mata mineira, o pacote da Revolução Verde foi, em alguma medida, adotado na região, o que ocorreu por meio de serviços de assistência técnica que atuavam (atuam) no sentido de difundir as “modernas tecnologias”, livrando os agricultores do *atraso* no qual estavam (estão) imersos. Na atualidade são comuns os relatos sobre a atuação de empresas e órgãos governamentais que estimulam o uso de insumos químicos, indo até mesmo nas casas dos produtores para incentivar a compra e a utilização de determinados produtos.

Em Araponga, há um grande número de agricultores que faz uso de tecnologias de origem industrial em seus processos produtivos. Esses produtores vêm ao longo

dos anos sendo levados a incorporar as modernas tecnologias e a transformá-las em única opção forma de cultivo. Este município, entretanto apresenta um diferencial em relação a outros municípios da Zona da Mata devido a atuação do CTA-ZM (Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata), uma organização não governamental, que atua com base nos princípios da agroecologia, incentivando e difundindo *práticas alternativas* de produção agrícola a cerca de vinte anos.

Na Zona da Mata mineira, mesmo com todas as crises e transformações da economia regional, o café continua sendo um dos principais produtos, plantado tanto em grandes como em pequenas propriedades. Mesmo marcando fortemente à vida social, econômica e política da Zona da Mata desde meados do século XVIII e XIX o café, não foi, tampouco é o único produto agrícola da região. É possível encontrar uma produção agrícola bastante diversificada, ligada principalmente ao autoconsumo. O gado (leite e corte) e as culturas voltadas para a alimentação são atividades de importância generalizada na região, que conta também com o cultivo da cana-de-açúcar, do fumo, a horticultura comercial e a avicultura. De forma geral, os agricultores familiares da Zona da Mata aliam o cultivo de algum produto "comercial" com o cultivo de produtos "para a despesa" (CINTRÃO, 1996).

Os produtos para a despesa, como denominam os agricultores, são os plantios realizados com o objetivo principal de atender ao consumo da família (como o milho e o feijão), o que não impede a venda dos excedentes produzidos (o que encontra algumas dificuldades pra ser feito). Há criação de animais, como galinhas, porcos, usados para a alimentação, e com menor freqüência, bois e vacas. Muitas famílias possuem hortas, umas mais, outras menos diversificadas, assim como é possível observar a presença de frutíferas, sendo a banana bastante produzida na região. Estes produtos compõem a dieta básica das famílias agricultoras na Zona da Mata. O cultivo do milho e do feijão é, em geral, feito em forma de consorciada, normalmente nos terrenos mais planos; também é comum seu plantio no meio do cafezal. A horta e a criação de pequenos animais são em geral feitos nas proximidades da casa, no chamado "quintal" (CINTRÃO, 1996).

Araponga não foge a regra da região. O café é o principal produto comercial e a produção de alimentos para a subsistência é bastante generalizada. A produção diversificada é importante para as famílias, assim há uma redução de gastos com gêneros alimentícios, melhoria da saúde das pessoas ligada a ingestão de alimentos que fornecem uma quantidade satisfatória de nutrientes; além disso, a diversificação na produção tem interferência direta nos sistemas agrícolas, contribuindo para um maior equilíbrio entre as culturas e as "pragas", reduzindo a necessidade de insumos químicos para o controle das mesmas.



Tabela 2 - Principais cultivos de Araponga (s.d.)

Produto	Área	Rendimento (kg/ha)	Produção total (t)
Café	2.712	600	1.627, 2
Milho	270	2.500	675,0
Feijão	490	380	185,2

Fonte: Assis, 2003

De acordo com Carneiro e Fontes (2005), a Zona da Mata mineira configura-se como uma região empobrecida, com consideráveis desigualdades internas no que diz respeito à produção, renda e qualidade de vida. Trata-se de uma região com elevadas discrepâncias de indicadores sociais e econômicos nas microrregiões<sup>28</sup> e municípios. No período posterior a década de 1970, embora tenha havido significativas alterações, a tendência às desigualdades parece ter sido mantida ou até mesmo agravada (CARNEIRO e FONTES, 2005: 397).

Estes mesmos autores caracterizam Araponga, com uma população de cerca de 8 mil habitantes (IBGE, 1996), como um dos municípios que apresenta maiores taxas de população rural na Zona da Mata (cerca de 70%). Assim como os outros municípios enquadrados no grupo dos que apresentam maior parcela da população habitando a zona rural, Araponga apresenta grandes problemas de desigualdade e analfabetismo (CARNEIRO e FONTES, 2005: 349). Ainda segundo estes autores, este município se destaca negativamente na exclusão social. De acordo com dados de 2000 o município está entre aqueles com maior intensidade de pobreza<sup>29</sup>.

A história da ocupação da Zona da Mata Mineira, as transformações no espaço advindas de inúmeros fenômenos externos que foram aqui (re)interpretados e materializados nas práticas agrícolas, na estrutura fundiária e nas formas de relação entre as pessoas, entre os grupos e entre estes e o meio ambiente, construíram um conjunto de elementos que criou condições para dar origem a experiência da *Conquista de Terras em Conjunto*. No entanto, foi preciso que homens e mulheres se organizassem para a ação, articulando tais elementos, articulando-se entre si e

<sup>28</sup> A Zona da Mata mineira é formada por sete microrregiões: Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa. O município de Araponga se insere nesta última (CARNEIRO e FONTES, 2005).

<sup>29</sup> Exclusão social “(...) consiste num fenômeno multidimensional, o qual extrapola as dimensões da pobreza sob a perspectiva da renda, sendo diagnosticada por meio de outras variáveis como a saúde, a educação, o lazer, a qualidade ambiental, a política, a economia, etc” (DUPAS, 1999 apud CARNEIRO e FONTES, 2005:417). A pobreza, a que se referem os autores, está relacionada, basicamente à desigualdade de renda. Foi estabelecida pelo PNUD, IPEA e FJP uma linha de pobreza (R\$ 75,50 mensais, correspondente a metade do salário mínimo da época em que o cálculo foi feito, o ano de 2003), assim os indivíduos pobres teriam renda entre R\$ 29,90 e R\$ 37,60 mensais são considerados pobres

transformando a sua realidade. Não se trata, pois, de algo natural, resultado da simples combinação de condições favoráveis; trata-se da fé, da organização, da solidariedade e da coragem de pessoas em busca da construção de uma realidade melhor, para si e para os seus “companheiros”. A *Conquista de Terras em Conjunto* em Araponga se trata da negação daquilo que se colocava até então como uma imposição do tempo e do espaço: uma nova realidade, melhor e possível, um sonho realizado: a conquista da terra.

### **3.2 O CONTEXTO DA “CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO”: CONFLITOS E PARCERIAS**

A gênese da experiência em Araponga deve ser compreendida no interior de uma complexidade de processos e atores, que geraram um cenário bastante específico que levou à idealização e concretização do que foi denominado pelos agricultores como *Conquista de Terras em Conjunto*. Esta experiência tem se mostrado como uma estratégia de reprodução para os muitos agricultores deste município que, como outros agricultores brasileiros têm suas histórias marcadas por grandes transformações nas últimas décadas e resultantes de mudanças políticas, sociais e econômicas em nível nacional – que de alguma forma tiveram repercussão na escala local – acrescidos de fenômenos locais de grande significação.

*Desde as mudanças políticas, sociais e econômicas do país nas últimas décadas, passando pelo surgimento e fortalecimento do movimento em torno da agricultura alternativa e da agroecologia, pela formação dos sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata mineira, pelas características históricas e pelas estratégias adotadas pelos agricultores da região de Araponga e por organizações e intervenções dos mais diversos tipos, são todos processos que ajudam a compor o cenário geral no qual nasce esta experiência (MAFRA, 2006: 07).*

A zona rural de Araponga é composta em sua maioria por propriedades com área bastante reduzida, resultado do processo de subdivisões sucessivas das propriedades, conseqüente do crescimento das famílias. Este processo de “minifundização” é um dos que estimulou muitos agricultores a migrar rumo às cidades já que a quantidade de terra se mostrava insuficiente para a sobrevivência das famílias e satisfação de suas necessidades.

No município há um grande número de trabalhadores rurais que têm terra insuficiente ou mesmo que não dispõem de terra, que trabalham como assalariados permanentes ou temporários (principalmente no período da colheita do café). Outra relação bastante presente é a parceria. Santos e Florisbello (2004) citados por Mafra (2006) definem parceria como uma relação onde os agricultores desprovidos de terra cultivam em propriedades de terceiros e dividem os resultados das colheitas com os

donos das terras. Sobre a prática da parceria, Comerford (2003) citado por Mafra, afirma que este tipo de relação é bastante comum na Zona da Mata mineira, principalmente para aqueles que não têm terras:

*(...) a maioria dos que não possuem terra e ainda se mantêm ligados à roça se tornam meeiros (parceiros) de proprietários médios ou relativamente pequenos (porém não os menores), ou então vivem de trabalhos temporários, muitas vezes residindo nas cidades e distritos (p. 28).*

Os dados do IBGE, de acordo com Mafra não mostram o real quadro da situação da parceria no município de Araponga, o que se deve ao fato de que esses números se referem às relações de parceria regidas por contratos formais. A autora afirma que por meio das entrevistas por ela realizadas, é provável que os números reais sejam maiores do que àqueles apresentados pelo IBGE.

Tabela 3 - Condição do produtor em relação às terras do estabelecimento agropecuário (parceiro, meeiro, terceiro, quartista etc.) – Araponga (1996)

1970	1975	1980	1985	1995
2	1	4	24	37

Fonte: IBGE, 1996 apud MAFRA (2006)

Para os agricultores com uma porção maior de terra, as relações de parceria são importantes para aumentar o uso da mesma sem ter maiores gastos com mão-de-obra; no entanto, para muitos trabalhadores a parceria se coloca como única opção para sua manutenção e de sua família exercendo atividades ligadas a agricultura. Muitos também são os casos de filhos trabalhando em relação de parceria com seus pais.

Em relações de parceria os agricultores que se tornam parceiros com freqüência não têm autonomia sobre o uso da terra, tendo que trabalhar segundo as exigências dos proprietários. Além da proibição dos consórcios entre o café e árvores frutíferas e/ou leguminosas, em Araponga são comuns relatos de parceiros que são obrigados a fazer uso de agrotóxicos. Assim, *os parceiros, sejam eles trabalhadores sem terra, filhos de pequenos proprietários ou pequenos proprietários sem condições de investimento, têm sua liberdade de decisão restringida na relação de parceria* (MAFRA, 2006). Um dos precursores da *Conquista de Terras* relata sobre a falta de autonomia dos parceiros:

**À vezes, por exemplo, técnicas alternativas: se a pessoa vive numa terra de parceria ela pode querer e entender, mas ela não tem como. Esse foi um dos motivos que nos levou a criar essa reflexão mais profunda (se refere à idealização da *Conquista de terras*) porque o dono da terra nunca ia aceitar do meeiro colocar uma leguminosa no meio da lavoura; nenhuma experiência ele pode fazer.**<sup>30</sup>

<sup>30</sup> Entrevista realizada em outubro de 2007 com agricultor participante da *Conquista de Terras em Conjunto*.

No município, a insatisfação em relação a parceria não se restringia apenas a autonomia sobre as formas de cultivo; estas relações se mostravam cada vez mais insatisfatórias no que refere a renda para a sobrevivência das famílias. E mesmo as relações de parceria estavam ameaçadas pela transformação das terras usadas para o cultivo em pastagens.

De acordo com Mafra (2006) à propriedade da terra em Araponga eram atribuídos outros sentidos; aí a propriedade da terra tinha relação direta com o controle político e econômico no município, sendo a propriedade uma forma de controle social mais amplo. Os donos das maiores porções de terra eram também os que dominavam o beneficiamento e comercialização do café, além de se revezarem sempre nos cargos públicos<sup>31</sup>. Assim, o controle da política institucional por parte dessas elites tornava ainda mais difícil a vida dos agricultores sem terra. Mafra (2006) afirma que os agricultores tinham acesso marginal ao poder público que não atuava na solução dos seus problemas. Quando estes agricultores recorriam à prefeitura o faziam de forma individual, numa condição de dependência e de subalternidade, o que se repetia quando recorriam a outros atores locais como fazendeiros, órgãos do Estado e outros agentes financiadores. Dessa forma, suas reivindicações eram dificilmente ouvidas, tampouco atendidas. Havia um ciclo de dependência que não se restringia a produção, abrangia também o mercado e a esfera da política institucional, ampliando a submissão dos agricultores aos ditames das elites locais<sup>32</sup>.

*Praticamente toda a produção de café do município passava pelas mãos dos grandes proprietários de terras. (...) Qualquer tipo de conflito mais explícito com os fazendeiros poderia comprometer a venda, a renda e a sobrevivência das famílias. A perspectiva política também estava à mercê das mesmas relações, nas quais imperava a vontade dos que dispunham de mais terras e que conseqüentemente exerciam maior poder (p. 31).*

A restrição ao acesso à informação, tecnologia, mercado, produtos, terras, serviços de saúde e até mesmo alimentos, era a causa de muitos problemas enfrentados pelos agricultores. A pobreza se estabelecia como resultado do acesso precário a bens essenciais para a sobrevivência das famílias impossibilitando muitas vezes a permanência na terra. Com isso os agricultores estavam privados de negociar e intervir, logo tinham pouca liberdade de escolha, planejamento e decisão junto ao poder público municipal. Mafra aponta essas restrições de acesso e falta de autonomia como pontos comuns entre os agricultores, assim:

---

<sup>31</sup> José de Souza Martins ressalta que esse tipo de relação é bastante comum e característica do Brasil. Segundo ele, a propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente as possibilidades de transformação social profunda e democrática (1994: 12).

<sup>32</sup> Denominamos *elites locais* o grupo de grandes proprietários que, através da propriedade da terra exercem seu poder político e econômico; são os denominados “patrões”.

*As soluções, por sua vez, passavam tanto pelo desenvolvimento de um aparato tecnológico adequado a esta realidade, pela viabilização de acessos, como pelo fortalecimento da autonomia e capacidade de ação e intervenção dos agricultores (...) (p. 21).*

Para os agricultores de Araponga, o acesso a terra mostra-se como fundamental para sua permanência e reprodução no campo, sem ter que depender ou se submeter aos patrões. Mais que o rompimento com esse tipo de relação, a propriedade da terra tem um significado subjetivo e social muito forte para as pessoas do lugar. Comerford (2003 *apud* MAFRA, 2006), desenvolveu uma ampla pesquisa na região da Zona da Mata e destaca a importância da terra na vida destas pessoas, para além de condição material para a produção agrícola:

*As famílias que não têm acesso à terra e à moradia próprias estabelecem outras formas de relação com parentes, vizinhos, compadres, distintas daquelas que caracterizam os sítiantes com acesso a terras próprias. As famílias sem terra têm modalidades distintas de localização e circulação, e se envolvem de maneira diferenciada nas tensões locais e nos padrões de conflito. Essa observação permite pensar que certas condições relacionadas com posse da terra, geralmente analisadas do ponto de vista da 'economia', podem ser analisadas quanto à sua importância como condição para exercer a política e a poética de reputações e do respeito. Ou seja, como condições para a 'respeitabilidade' como prática semiótica e discursiva (p. 29).*

A questão da propriedade da terra em Araponga, portanto, está ligada a própria participação e reconhecimento do indivíduo, corroborando com a concepção de Haesbaert (2006) ao defender um entendimento mais amplo do termo "territorialização". Além de ser condição essencial para "ser agricultor", outro valor atribuído à propriedade da terra para estes trabalhadores é a possibilidade das pessoas fazerem a opção pelo modo de cultivo que desejam, no caso de Araponga, a opção pela agroecologia. A agroecologia esteve muito presente na gênese da *Conquista* e era (e continua sendo) vislumbrada como meio de sobreviver no campo através de atividades agrícolas, de forma a obter sustento e qualidade de vida das famílias, ao mesmo tempo em que recupera as propriedades (às vezes muito degradadas) e garante o uso posterior da mesma (MAFRA, 2006).

Mafra destaca que a posse da terra é uma importante ferramenta no sentido de "alcançar maior liberdade, maior poder, melhores condições de produção, saúde, alimentação, enfim, qualidade de vida", no entanto, não é garantia de que esses objetivos sejam alcançados. A autora ressalta a importância do acesso à terra no processo de emancipação dos agricultores, mas destaca também a centralidade da agroecologia neste processo. Neste sentido, trata a relação entre agroecologia e *Conquista de terras* como uma via de mão dupla.

Segundo esta autora, uma análise inicial, baseada na cronologia da história da *Conquista*<sup>33</sup>, poderia sugerir que a agroecologia é posterior a esta; no entanto, a conquista foi motivada também (como colocado por um agricultor em fala anterior) pelo desejo e mesmo pela necessidade de implementar técnicas “não convencionais” de cultivo (ou “técnicas alternativas”).

Outro agricultor, bóia fria e parceiro até 1988, que também comprou terra em 1996 através da *Conquista*, afirma que os agricultores já queriam “*uma mudança na agricultura*”, mas não sabiam o que era. Neste contexto, a igreja – na figura das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) – teve importante participação o processo “formação ecológica” dos agricultores, como afirma este mesmo agricultor: *A igreja educou agente muito nessa linha (ecológica). Essa história de ecologia está na bíblia*<sup>34</sup>.

Entretanto, foi o CTA-ZM quem exerceu o papel mais significativo de difusão das “tecnologias alternativas”, posteriormente denominadas agroecologia, entre os agricultores, o que foi iniciado já com a fundação desta organização que atuou e continua atuando no sentido de dar suporte aos agricultores, especialmente no que se refere a técnicas de produção, divulgando e difundindo a agroecologia. Cabe ressaltar que tais práticas “mais ecológicas” de cultivo já eram uma demanda dos agricultores, antes mesmo da chegada da organização:

*(...) a gente discutiu num primeiro bloco a modernização da agricultura... essa coisa de venenos, agrotóxicos. (...) eles queriam trabalhar uma coisa diferente... já queriam trabalhar com alguma coisa diferente mesmo, não é trabalhar com agricultura de veneno ou empresarial, ou não sei o quê... (Breno, técnico e fundador do CTA-ZM, entrevista realizada por Campos, 2006).*

O CTA-ZM atuou junto aos agricultores realizando cursos de formação, mas não interferiu diretamente na *Conquista*. A relação estabelecida entre os agricultores e o CTA-ZM foi importante para os agricultores, já que viabilizou o acesso a informação, conhecimento, apoio e recursos necessários pra que os agricultores pudessem (re)descobrir formas de cultivo ou mesmo de organização, às quais vinham sendo privados ou tendo reduzido acesso.

A propriedade da terra era vista tanto pela equipe do CTA-ZM, quanto pelos agricultores, como um recurso chave para a concretização da agroecologia, dada a impossibilidade de implementação desta proposta nas “terras dos patrões”. A influência e importância do CTA-ZM na experiência da *Conquista* são percebidas tanto pelos agricultores, quanto pelos técnicos da organização. Entretanto, o conhecimento

---

<sup>33</sup> Trajetória da *Conquista de Terras em Conjunto*: 1977 (1ª compra – irmãos Lopes) – 1979 (início dos trabalhos das CEBs na região) – 1987 (fundação do CTA-ZM) – 1989 (fundação do STR/ 1ª compra coletiva) – 1994/95 (elaboração dos dez mandamentos) – 1995 (CTA toma conhecimento da experiência) – 1997 (projeto enviado à Fundação Ford) – 1998 (criação do Fundo de Crédito Rotativo) (CAMPOS, 2006:33).

<sup>34</sup> Entrevista realizada em outubro de 2007 com agricultor participante da *Conquista de terras em Conjunto*.

da experiência da compra coletiva pelo CTA-ZM, de acordo com um dos técnicos, só ocorreu em 1995, quando 24 famílias já haviam comprado terras e, mesmo assim, não houve interferência direta do CTA-ZM nas compras.

*Vale a pena explicar o seguinte: que esse trabalho de Conquista de Terras, apesar de ver isso hoje, a gente percebe que teve uma influência do CTA-ZM na motivação desse trabalho, mas não era parte do nosso trabalho. Nós não fazíamos nada em relação à Conquista de Terras... coordenação deles. Muito tempo depois é que a gente foi descobrir que estava acontecendo essa conquista de terra lá. (Ferrari, fundador e técnico do CTA-ZM, entrevista realizada por Campos, 2006)*

O contexto no qual se encontravam os agricultores - às restrições às quais estavam submetidos, seus desejos de mudança e os caminhos que desejavam seguir mostrou-se, como ressalta Mafra (2006), “um campo fértil para propostas agroecológicas trazidas pelo CTA-ZM”. A agroecologia se coloca, portanto, como um elemento estratégico permitindo relacionar qualidade das terras, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida. De acordo com esta autora, mesmo com uma série de restrições e também por causa delas, “os agricultores manifestavam a vontade e, em alguma medida, desenvolviam práticas alternativas de produção e de organização (redução do uso de insumos, troca de serviço, compra coletiva de terras, etc.)” (p.22). Sobre a relação entre a *Conquista de Terras* e a agroecologia, Mafra ressalta que:

*O acesso à terra é fundamental para os avanços da experiência (a Conquista) da mesma forma que a proposta agroecológica cria oportunidades e dá novo sentido à posse e exploração da terra. (...) são necessários outros elementos além da posse da terra para garantir a manutenção deste recurso e a prática da agricultura de maneira que a família possa sobreviver desta atividade. Considerando a fragilidade crescente das terras, a dificuldade de acesso a insumos, crédito, informações e tecnologia era cada vez mais difícil para os pequenos agricultores familiares garantirem seu sustento na atividade agrícola convencional. Nesse sentido, a agroecologia, como proposta alternativa baseada em princípios de criatividade e autonomia, representava uma forma específica de acesso à terra, que se propunha a dar condições para projetos de vida destes agricultores (p. 35).*

Um ponto importante sobre a participação do CTA-ZM na *Conquista de Terras* em Araponga está relacionado à obtenção de um financiamento que sustentou a experiência e contribuiu para a expansão da mesma, através da utilização deste recurso para a criação de um Fundo de Crédito Rotativo.

*As relações do CTA-ZM no âmbito das ONGs, algumas das quais já financiavam projetos concebidos por esta organização, têm conquistado espaço para que a experiência agroecológica possa ser conhecida por outras organizações e obter mais apoio, assim como aconteceu com a conquista de terras que constituiu o fundo rotativo a partir de financiamento da Fundação Ford. (Mafra, 2006. p.61)*

Outra organização de grande importância para a *Conquista* foi o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araponga (STR). O STR foi fundado em 1989 e teve forte apoio do CTA-ZM e das CEBs nesse processo. Cintrão (1996), trabalhando a questão do surgimento dos STRs na Zona da Mata mineira, afirma que o STR de Araponga tem um processo de formação diferenciado de outros municípios da região. De acordo com ela, o STR de Araponga foi o último a ser criado na região e se diferencia dos outros por não ser fundado em conflitos trabalhistas, e por se situar num novo momento da articulação sindical - O STR de Araponga foi criado num momento em que os outros sindicatos passavam por uma fase de organização e articulação -, tendo o CTA-ZM como o principal estímulo e apoio<sup>35</sup>.

*Em Araponga, já havia uma grande receptividade aos trabalhos do CTA-ZM, sendo um dos locais onde as propostas para conservação de solos tinham continuidade em experimentos com adubação verde, realizados desde 1988. Segundo o coordenador executivo do CTA-ZM, o que fez diferença na orientação do trabalho em Araponga é que o STR "foi criado na perspectiva de avançar com as experiências" (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005, realizada por Mafra, 2006).*

No caso do STR de Araponga, os agricultores envolvidos na sua constituição já tinham algum contato com o CTA-ZM, alguns deles até mesmo participaram da fundação desta organização em 1987. De acordo com Mafra (2006), já havia em Araponga uma grande receptividade em relação ao CTA-ZM, sendo este um dos municípios onde algumas propostas da organização tinham tido continuidade, como a adubação verde.

A atuação das CEBs também se constituiu como outra importante influência para a criação do STR de Araponga. De acordo com Cintrão (1996), no momento da fundação do CTA-ZM, muitos sindicatos estavam também em processo de fundação, sendo a maioria deles apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), baseados em questões levantadas pelas CEBs e pelo MOBON<sup>36</sup>. Como ressalta Mafra (2006), as CEBs vão ter grande importância na constituição do STR de Araponga:

*Na formação dos sindicatos de base CUTista é forte a influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que têm papel importante também na estruturação da organização social e política da região:*

---

<sup>35</sup> Cintrão (1996) afirma que "(...) o apoio do CTA-ZM foi bastante importante, inclusive em termos de infra-estrutura para o trabalho dos sindicalistas (principalmente para transporte, pois o município é grande, os transportes coletivos são bastante precários, e nem as lideranças ou o STR possuem meio de transporte próprios)". (p.152) Também foram os técnicos do CTA-ZM que prestaram assessoria ao sindicato desde seu início.

<sup>36</sup> O MOBON, Movimento da Boa Nova, começa a se estruturar na Zona da Mata a partir de 1975. De acordo com Cintrão (1996), "o MOBON pregava que "a fé sem obras é morta", e chamava as pessoas a intervirem na realidade e a se organizarem para diminuir a exploração. Os encontros também serviram para os agricultores descobrirem que havia muitos problemas comuns. Em 1983 o MOBON estava bastante forte, e mais ou menos nesse período começou-se a discutir sobre os diferentes "instrumentos" para intervir na realidade, como as associações e, principalmente, os sindicatos e os partidos políticos". (p.61).



*“o germe do movimento sindical e social na região [Zona da Mata].(p.09)*

A criação do sindicato de Araponga deve ser compreendida num contexto de forte influência dessas duas instituições, o CTA-ZM e a Igreja, na figura das CEBs. A partir dessa influência o STR de Araponga tem suas ações, desde sua gênese, voltada ao atendimento de demandas dos agricultores familiares, tendo questões ligadas à produção como centrais na sua atuação. Conflitos com patrões e grandes proprietários, demandas por aposentadoria e outros direitos não estão excluídos das pautas deste sindicato, mas não se colocam de forma tão central.

*O fato do sindicato ter sido fundado depois que a gente fez o trabalho lá, em alguns aspectos ele certamente se diferenciou dos outros. Por exemplo, de encampar essa coisa da agricultura familiar, da produção enquanto preocupação da ação sindical. Isso, eu acho que foi. Porque isso foi muito forte desde o começo quando começou o trabalho; o pessoal se interessou muito e, aí, a hora que criou o sindicato, imaginava que o sindicato era para tocar isso para frente. O que não aconteceu muito com outros, como Rio Branco, Guidoal: foram criados, fundados numa perspectiva mais da ação relacionada à defesa dos direitos dos trabalhadores, conflitos com a usina. Os demais foram muito com o apoio da CPT, que teve esse diferencial também, que a CPT aqui na região, quer dizer não só a CPT na região mas em Minas (...) tinha vários quadros da CPT com esta preocupação com a questão ambiental... Então, contribuíram para que o pessoal viesse a participar mais dessa iniciativa do CTA (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005, realizada por Mafra, 2006).*

Até 2006 o STR era responsável pela realização das compras, sendo ele quem realizava as negociações entre as partes interessadas na compra e venda das terras, servindo como um “ponto de encontro” entre aqueles que desejam comprar e aqueles que desejam vender terras no município. Em 2007 foi criada a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar Solidária de Araponga (ECOSOL-Araponga) responsável pelas tarefas realizadas anteriormente pelo STR, fazendo a gestão dos recursos adquiridos da Fundação Ford, através do Fundo de Crédito Rotativo e selecionando os agricultores aptos a fazer a compra das terras.

A história da *Conquista de Terras em Conjunto* em Araponga é marcada, direta ou indiretamente, pela presença e atuação destes dois atores, o CTA-ZM e o STR de Araponga, o que não significa que a experiência tenha sido gestada ou conduzida por eles. Estes podem ser compreendidos enquanto mediadores “oficiais” do processo, como coloca Mafra (2006) e são de grande importância no sentido de apoiar os agricultores na continuidade, fortalecimento e expansão da experiência.

### **3.3 DA “CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO”**

*A afirmação fundamental do pensamento crítico consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de possibilidades em que têm*

*cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas. Nesse sentido, a função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representam formas de sociedade mais justas. Ao apontar para além daquilo que existe, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre a realidade e a utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao status quo, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis.*

Boaventura de Souza Santos (2005:25)

A primeira compra conjunta de terras foi feita pelos irmãos Lopes, por volta de 1977 e 78. Três dos irmãos Lopes (ao todo são nove irmãos, cinco homens e quatro mulheres), Alfires (falecido em 1999), Aibes, e Niuton conhecidos, respectivamente como *Fizim o Seu Bibim e Seu Neném* (como passo a me referir a eles neste texto) foram os primeiros a se organizar pra realização de uma compra em conjunto de terras.

A história da família Lopes é bastante comum no meio rural brasileiro e pode ser associada a alguns processos já bastante conhecidos, como a crescente minifundização das propriedades e as migrações rumo aos centros urbanos em busca de uma vida melhor (MAFRA, 2006). O pai dos irmãos Lopes, Sr. José Lopes Filho, era proprietário de terra, mas trabalhava também como meeiro. Com o crescimento dos filhos a terra foi se tornando insuficiente para o sustento da família. Muitos irmãos foram para São Paulo em busca de mais e melhores oportunidades de trabalho e somente Seu Neném e Bibim permaneceram em Araponga. Ambos se casaram e o desejo de ter a terra própria aumentou. Com o falecimento do Sr. José Lopes a terra foi dividida entre os irmãos e cada um deles obteve um hectare. Seu Fizim, um dos irmãos que havia ido para São Paulo, onde trabalhou na construção civil e em uma fábrica de calçados, fez economias para comprar terra em Araponga. Bibim, devido a pequena parcela de terra da qual era proprietário, permanecia trabalhando como parceiro, mas desejava não ter mais que trabalhar nesse tipo de relação. No entanto a compra da terra apresentava alguns empecilhos. Os agricultores, individualmente, tinham condições de comprar apenas pequenas parcelas de terra que, de forma geral, os proprietários das terras e Araponga não estavam interessados em vender. Além disso, havia certa desconfiança quanto ao pagamento das terras vendidas aos parceiros. Os irmãos Neném e Fizim se uniram para ajudar seu irmão Bibim a comprar terra, sendo esta primeira compra realizada com empréstimo bancário somado a venda de produtos dos três irmãos (CAMPOS, 2006). A *Conquista* começou, como afirma Seu Neném, como uma experiência de família, uma necessidade da família.

A idéia da compra coletiva entre os irmãos Lopes teve forte influência das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs. As CEBs foram implementadas no município no ano de 1979, trazido pelo Padre José Miguel. Em entrevista realizada por Campos (2006), Seu Bibim afirma que a chegada das CEBs no município não foi bem vista pelas elites: “*a elite nunca gosta de uma coisa dessa*”. Por meio das CEBs, alguns agricultores começaram a participar de cursos fora do município, criando e fortalecendo um grupo que mais tarde começou a *Conquista de Terras*.

*E... aí, nessa história tudo começou. (...) e a história já falava que a gente tinha que partir para uma ação, tinha muito claro na Bíblia, a Bíblia falava que fé sem ação é morta ou sem obra (...) um negócio assim em Tiago. Só que a gente resolveu buscar cursos fora, o Maurílio, que é um dos que entrou nessa história de compra de terra, foi um dos primeiro, dos pioneiros, ele é o quarto na história. Eu falo que foi o primeiro a buscar curso fora, o Pré Boa Nova que a gente falava, que é ligado a Igreja. (...) O Pré Boa Nova é a preparação para o Boa Nova. Na segunda turma já estava eu e Fizim. O Pré Boa Nova eu fiz em Eugenópolis, mas o Boa Nova foi feito em Dom Cavati, na região de Valadares. Só que, aqui a gente começou a se questionar porque fica só buscando curso, para ficar do mesmo jeito? (Seu Neném, agricultor, entrevista realizada por Campos, 2006).*

De acordo com Comerford (2003 apud CAMPOS, 2006) o Movimento da Boa Nova (MOBOM) é oriundo do Movimento de Apostolados dos Pioneiros do Evangelho (MAPE) este último iniciado em 1946, e institucionalizado, em Carangola, no ano de 1959 com o Padre Geraldo. A finalidade do MAPE era “*formar líderes leigos para a evangelização (...) organizar e dinamizar pequenas comunidades cristãs e trabalhar pela promoção da pessoa em meio social*”. Em 1962 o Padre Geraldo se muda para Manhumirim; em 1969, com novos padres, seminaristas e leigos envolvidos no MAPE e com a mudança do Padre Geraldo para o Mato Grosso, o movimento passa a ser chamado de Movimento da Boa Nova. Os padres que passam a dirigir o movimento, Alípio e João Resende, apoiaram e incentivaram, mais tarde, a criação do STR de Araponga (CAMPOS, 2006:36).

De acordo com Cintrão (1996) MOBON vai dar uma nova dinâmica ao trabalho das CEBs. O MOBON tem sua dinâmica principal dada pela organização de *encontros de reflexão*, que reúnem pessoas vindas de diferentes CEBs. Dos encontros promovidos pelo MOBON, os participantes têm “missões” a cumprir: levar o que aprenderam para outras CEBs. Assim, o MOBON foi se expandindo, agregando paróquias com padres progressistas e também CEBs isoladamente. De acordo com a autora, *foi nos encontros do MOBON que começaram a se criar os laços que iriam levar no futuro a uma articulação entre os sindicatos* (p. 61). O MOBON pregava que “a fé sem obras é morta” –*estando extremamente afinado com a “doutrina” das CEBs* – e chamava as pessoas a intervirem na realidade e a se organizarem para diminuir a exploração. Os

encontros também serviram para os agricultores descobrirem que havia muitos problemas comuns (CINTRÃO, 1996).

O surgimento das CEBs, na década de 1960, se deu a partir de um movimento dos bispos latino-americanos durante o Concílio Vaticano II, quando proclamaram a doutrina de que a boa nova do Evangelho implicava uma opção preferencial pelos pobres. O Plano Pastoral Conjunto, no qual estava previsto a criação das CEBs, foi aprovado na Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Roma (MAFRA, 1996; CAMPOS, 2006). As CEBs representaram uma tentativa de aproximação entre a hierarquia da Igreja e a sociedade civil, que se encontrava, na época, bastante distanciada. Outra motivação foi a intensificação das lutas sociais no Brasil na época. No período do Regime Militar no país, a princípio a Igreja, apoiou o Golpe Militar, temerosa em relação ao avanço do comunismo; no entanto, mais tarde mudou sua posição, devido ao aumento da repressão e da violência, inclusive em relação aos seus próprios membros. Neste período, a Igreja vai defender o cumprimento dos direitos humanos, preocupando-se com os “oprimidos” e perseguidos políticos (CAMPOS, 2006).

No início da década de 1960, Padre Geraldo conhece a experiência das CEBs e em 1966, Padre Alípio, auxiliar do Padre Geraldo, participa de um curso em Santiago no Chile e retorna implantando os “cursinhos de base”, aliando a experiência do MAPE à das CEBs. Dessa forma, a história da Zona da Mata vai se juntar à dos inúmeros outros locais onde setores progressistas da igreja católica iniciam a implementação das Comunidades Eclesiais de Base.

As CEBs foram criadas para estimular a participação dos fiéis na condução da igreja católica. Eram atribuídas aos leigos atividades como a catequese, a celebração e o estudo da Bíblia, antes, exclusivas dos padres (MAFRA, 2006). As reuniões semanais das CEBs na Zona da Mata eram, em geral, orientadas por cartilhas e folhetos, alguns feitos pelo MOBON, preparados especialmente para os “grupos de reflexão”<sup>37</sup>. Nas reuniões os agricultores cantam, rezam, lêem trechos da bíblia, e refletem sobre questões presentes nas cartilhas, que estimulam uma comparação entre os fatos da bíblia e a realidade vivida por eles. De acordo com Cintrão (1996)

*A doutrina social das CEBs opera uma divisão da realidade em dualidades, colocando uma oposição entre ‘grandes’ e ‘pequenos’, ‘ricos’ e ‘pobres’, ‘explorados’ e ‘exploradores’. Fala da necessidade de união dos ‘pobres e oprimidos’ para buscar a ‘libertação’. Valoriza os trabalhos comunitários e estimula as ações concretas dos agricultores no sentido de romper com a ‘dominação’ dos fazendeiros. E coloca a palavra do evangelho como respaldo às tentativas de mudança das situações consideradas como ‘injustas’ (p.60).*

---

<sup>37</sup> Os grupos de reflexão são grupos de agricultores que se reúnem durante a noite no meio da semana para rezar e refletir sobre a bíblia (CINTRÃO, 1996).

O método das CEBs era o *ver-julgar-agir*. O *ver* está ligado à exposição dos problemas, das idéias; o *julgar*, à colocação das questões sobre como agir em relação ao que foi exposto e, o *agir* se refere ao caminho para resolver os problemas (CAMPOS, idem). Dessa forma, os membros das CEBs:

*(...) se reúnem para aprofundar seus conhecimentos do Evangelho que é o próprio Cristo; refletem e discutem suas necessidades e as necessidades dos outros, procurando soluções adequadas; celebram juntos, na Eucaristia, suas vitórias e derrotas; e, por fim, procuram irradiar, difundir a mensagem que, para eles é vida. (ALMEIDA, 2000 apud CAMPOS, 2006:37)*

Como afirma Almeida (2000 apud CAMPOS, 2006), as CEBs promovem uma grande transformação nas pessoas envolvidas, contribuindo na criação da autoconfiança dos indivíduos, tornando-os sujeitos dos seus atos e sendo por isso reconhecidos; as pessoas passam a ter o direito de falar, de decidir, de fazer. O trabalho das CEBs serviu como uma espécie de alicerce sobre o qual se construiriam todos os trabalhos posteriores de organização política dos trabalhadores rurais (MAFRA, 2006).

*Foi com as CEBs que vários grupos de agricultores da região aprenderam a fazer reuniões, e essas passaram a ser um espaço onde discutiam de forma organizada seus problemas. As CEBs 'puseram as pessoas para falar' e, através do estudo da bíblia, com as pessoas sentadas em círculo, buscavam relacionar a palavra da bíblia com a realidade vivida (Fernandes, 1994). Discutiam as questões vividas no cotidiano à luz do evangelho, buscando fazer uma ligação entre fé, vida e política, problematizando as relações de poder existentes. A partir de valores cristãos, como igualdade, união, solidariedade, passam a valorizar as relações horizontais e a problematizar os laços verticais de dependência. (Cintrão, 1996:60)*

As CEBs foram, no município de Araponga, essenciais para a gênese da *Conquista de Terras em Conjunto*. A influência da Igreja é muito forte nesta experiência; está marcada nos “*Dez Mandamentos*” (documento que orienta as práticas agrícolas sociais e os “critérios” de seleção para a participação na *Conquista*), nos valores do grupo envolvido (tais como a solidariedade, o respeito ao próximo, a comunhão e a confiança) e nas falas dos agricultores participantes. Tal influência das CEBs, entretanto, não significa a plena aceitação do conteúdo bíblico, como afirma Campos (2006). Por vezes havia uma inversão nas interpretações dos agricultores em relação a determinadas passagens da Bíblia, onde os agricultores questionavam e criticavam algumas delas. De qualquer modo, a atuação das CEBs foi essencial no sentido de “*levar à criação de novas categorias simbólicas, que iriam possibilitar uma mudança nas relações políticas e na forma de percepção (por parte de alguns agricultores) da relação com os fazendeiros*” (MAFRA, 2006: 59) o que favoreceu consideravelmente a gênese da experiência da *Conquista de Terras em Conjunto*.

Como relata Seu Neném, foi a leitura de uma passagem bíblica e a reflexão sobre a mesma, na volta pra casa após uma das reuniões das CEBs, que ele e o irmão Fizim tiveram a idéia de fazer a compra em conjunto da terra para ajudar Bibim. De acordo com Seu Neném o trecho sobre o qual eles refletiam falava sobre os cristãos que vendiam suas terras e colocavam nos pés dos apóstolos, mas, na discussão dos agricultores eles discordaram desse ponto: (...) *agente tinha é que fazer o contrário. A gente imagina assim: se vender piora, temos então é que fazer o contrário, comprar.* (Seu Neném apud CAMPOS, 2006). Depois desta experiência em família, os irmãos começaram a pensar numa forma de estender a experiência para os outros companheiros.

**A gente, fazendo uma reflexão bíblica, né... lá nas reflexões [refere-se aos grupos de reflexão], cursos lá com as CEBs, a gente percebeu que a gente teria que fazer alguma coisa, alguma ação. Que esse negócio de ficar só rezando não funcionava, quer dizer, quando dá muita esmola, diz que o santo desconfia, mas quando reza demais, ele desconfia também. E aí a gente achou, que uma das coisas que a gente discutiu que a gente poderia... que a gente achou que poderia fazer era passar a experiência que agente tinha de família pra outras pessoas. E foi isso o que a gente fez. A gente ficou nos grupos de reflexão e, conversando com as pessoas que tinha um meio, que as pessoas que não tinham a terra, que nós tinha feito em família, e que era possível as pessoas conseguirem<sup>38</sup>.**

A experiência proposta consistia em juntar o todo o valor a ser pago pela terra com o intuito de comprá-la à vista, contraindo a dívida somente entre parentes e amigos e, em produtos, evitando juros e empréstimos bancários. A princípio, parece um processo fácil; no entanto, a *Conquista de Terras em Conjunto* demanda muito esforço e sacrifício das famílias envolvidas (principalmente logo após a compra) até mesmo para conquistarem a posição de interlocutores legítimos e respeitados numa negociação de compra de terras (MAFRA, 2006: 33)<sup>39</sup>.

Os agricultores do município, mesmo numa condição de dominação e em situação precária, não entraram em confronto direto com os grandes proprietários pela posse da terra o que, segundo Mafra, faz *parte da cultura local*. No entanto, de acordo com a autora, a ausência de um confronto direto não deve ser entendida como passividade frente à situação vivida pelos agricultores descapitalizados ou sem terra

---

<sup>38</sup> Entrevista realizada em outubro de 2007 com agricultor participante da *Conquista de Terras em Conjunto*.

<sup>39</sup> De acordo com entrevista realizada em novembro de 2007, o momento mais difícil da *Conquista* é aquele logo após a compra da terra. Neste momento, o agricultor endividado, tem que produzir, ao mesmo tempo, para pagar os empréstimos usados para a compra da terra e garantir a sobrevivência da família. Ainda cabe acrescentar que, muitas vezes, a terra “conquistada” se encontra bastante degradada, o que dificulta consideravelmente o trabalho do agricultor. Este é um momento de intensa privação dos agricultores e de suas famílias; no relato este mesmo entrevistado afirma que há casos de filhos de agricultores que ficaram desnutridos devido às condições pelas quais passam as famílias agricultoras neste primeiro momento da *Conquista*.

do município. O caminho rumo ao acesso à terra, a redução do êxodo rural, a redução da dependência e da pobreza no meio rural do município foi a *Conquista de Terras em Conjunto*, uma iniciativa pioneira de acesso à terra idealizada e concretizada por alguns agricultores, com o apoio de parceiros como o CTA-ZM e o STR de Araponga.

Tal estratégia tinha como idéia central a necessidade de construir o acesso à terra. Esse era, na opinião da maioria dos agricultores entrevistados, o caminho para reduzir a dependência e também a pobreza (termos que entre os agricultores são avaliados, muitas vezes, como sinônimos), porque *sem a terra a dependência atingia as várias dimensões da vida das famílias. A terra constituiria um capital inicial que permitiria o desenvolvimento de diferentes estratégias para a superação da pobreza* (p. 31) (grifo nosso).

A *Conquista* surge da combinação das práticas tradicionais de ajuda mútua e laços fortes entre a família, e também dos grupos de reflexão promovidos pela CEBs (CAMPOS, 2006). Na primeira compra fora da família Lopes, realizada em 1989, quatro famílias agricultoras foram beneficiadas e desde então, mais de 170 famílias já compraram a terra através da *Conquista de Terras em Conjunto*, atualmente realizada por intermédio da ECOSOL-Araponga.

Os desafios no momento inicial da *Conquista* não se restringiam apenas à quantidade de dinheiro necessário pra fazer a compra; outros elementos como as dificuldades de negociação com os proprietários maiores e a própria questão dos agricultores acreditarem que seriam capazes de comprar a terra são sempre colocados nos relatos sobre a experiência e merecem ser destacados. Muitos foram os desafios enfrentados até a experiência se consolidasse.

No que se refere às primeiras compras de terras, mesmo com os agricultores dispendo de dinheiro suficiente, os proprietários maiores não se dispunham a vender suas terras. De acordo com Mafra (2006) *não havia confiança, tradição, condições de negociação*. Os proprietários das terras muitas vezes não davam crédito aos interessados na compra, temerosos pelo não pagamento das terras considerando que estes eram parceiros, diaristas. O fato de estabelecerem este tipo de vínculo também era um empecilho para a negociação direta, pois muitas vezes o dono da terra era o próprio patrão (CAMPOS, 2006). Antes de se iniciar as compras coletivas, alguns agricultores já haviam tentado comprar terras individualmente, mas não havia interesse por parte dos grandes proprietários em vender pequenas parcelas de terra. Mais que uma questão econômica, a aquisição da terra significa a mudança na condição social dos indivíduos, pode significar, em alguns casos, o rompimento com relações de submissão e dependência, como aquelas em que os trabalhadores se encontravam.

*O Cosme já tinha corrido vários lugares para comprar terra, só que sozinho eles não vendiam, até acreditar que um meeiro vai comprar*

*terra... uma porque não quer ver ele sair de meeiro, quer ver ele seguro ali para vida inteira, como escravo e outra, é que não acredita que ele tem condição de pagar. Então na época teve que usar o Fizim para comprar, mandar o Fizim para fazer o primeiro negócio para comprar porque ele já tinha uma brasilinha velha, então eles acredita, cisma que ele tem dinheiro, queda de carro então impressiona que a pessoa tem dinheiro, pra ele, eles vende. Ele compra a terra e vocês fica com a terra, pronto. E funcionou desse jeito... quem fez o primeiro com o Fizim, que foi negociar. A primeira compra foi para o Seu Cosme, Paulinho, Donizete e Maurílio<sup>40</sup>, que foi o quarto, foi o que acompanhou. Ele ficou sabendo da história e falou eu também quero, aí entrou na história acompanhando (Seu Neném, agricultor, entrevista realizada por Campos, 2006).*

Com a ampliação dos resultados da experiência, a confiança em relação aos compradores foi sendo ampliada, facilitando a negociação. Atualmente os proprietários de terras no município, têm procurado a ECOSOL-Araponga – que assumiu a intermediação das compras antes feitas por um grupo de voluntários que comprou terras através da *Conquista* e que integravam o STR – para oferecer suas terras para a venda.

Outro desafio encontrado, principalmente, mas não somente, nas primeiras compras foi a questão da auto-estima dos agricultores e as relações hierárquicas e de dependência as quais estes agricultores vinham sendo submetidos durante anos. Anterior a *Conquista*, muitos agricultores estavam imersos na crença de que não poderiam ser capazes de sair da situação na qual se encontravam, uma espécie de “perda da fé” em si mesmos, na sua capacidade de transformar as relações de poder às quais estavam submetidos. Para alguns agricultores ter sua própria terra não passava de um sonho; muitos descreditavam que iriam conseguir quitar as dívidas assumidas com a compra da terra. Assim, para Mafra:

*Em grande parte, a crença e a dependência destes sistemas estão relacionadas à desvalorização ou à perda da fé que os agricultores atribuem a si mesmos, a seus conhecimentos e às suas práticas. Com o passar do tempo, eles podem ser abandonados. Assim, o fato da experiência e da conquista de terras possibilitarem este resgate de valores (inclusive do valor próprio) representa um apelo não apenas ao passado, mas também ao futuro (p.37).*

Para a realização das compras de terra são formados *grupos de compra*<sup>41</sup>, pessoas interessadas em adquirir a terra que reúnem aquilo que têm para comprá-la. Assim, relações de parentesco e de vizinhança pré-estabelecidas foram fundamentais para o começo da experiência (CAMPOS, 2006). Nas primeiras compras um agricultor

---

<sup>40</sup> Estes quatro agricultores vinham de longos períodos de trabalhos como diaristas e meiros.

<sup>41</sup> Os grupos de compra são grupos formados pelos agricultores que desejam realizar a compra da terra. Os agricultores interessados e “selecionados” pelo STR são agrupados, segundo critérios, que não unicamente a época de solicitação da compra. Por exemplo, surge a oportunidade de compra de terra numa determinada comunidade, que interessa a um determinado agricultor. Mesmo que este não seja o próximo agricultor na lista dos futuros compradores, pode ser que ele adquira a terra antes de um outro agricultor que solicitou a compra anteriormente. A proximidade da família, por exemplo, é um dos critérios para integrar um determinado grupo de compra.



ajudava ao outro com o que pudesse e o pagamento era feito sem juros. Como afirmou um dos entrevistados, era feito um *empréstimo solidário em moeda produto* (café, arroba do boi) Como mostra o depoimento abaixo, a compra das terras não era possível sem a ajuda mútua entre os agricultores:

*Eu comprar terra? Não vai ser fácil! (...) 'nós vamos ter que arrumar um jeito, a gente empresta um pouco a vocês'. Emprestou café, boi, eles tinham uns bois grande pra vender, a gente pesou os bois e emprestou para a gente vender para poder ir pagando. (...) Olha, a gente pensava assim: 50 arrobas de café, aí devolvia as mesmas 50 arrobas de café. Podia ser café ou o valor em dinheiro, com o boi a mesma forma. (...) a gente conseguiu pagar com menos de dois anos, a gente pagou tudo (Paulinho, agricultor, entrevista realizada por Campos, 2006).*

Nas primeiras compras os agricultores preferiram agir em segredo, “*com medo de alguém descobrir e estragar as coisas*”, como afirmou um dos participantes da primeira compra. Havia certo temor em divulgar as compras coletivas devido as relações que alguns compradores tinham com os donos das terras. O trecho que se segue explicita uma dessas situações: *(...) o temor e a necessidade de segredo era porque o dono da terra era irmão da sua antiga patroa, onde ele e a família moravam como meeiros. Paulinho, que entrou nesse grupo de compra também era meeiro do irmão do proprietário (CAMPOS, 2006:44).* No entanto, à medida que as compras foram sendo realizadas, mesmo que os agricultores não se preocupassem ou mesmo desejassem a formalização da *Conquista* esta já estava em curso.

Na atualidade a experiência se institucionalizou. Os precursores da conquista de terras não se preocupavam, e até mesmo não desejavam que se formalizasse essa experiência. No entanto, como ressalta Mafra, sua institucionalização já estava em curso, informalmente (o que não implica numa não efetividade do processo), com o reconhecimento do trabalho, dos seus atores e a legitimação social de um processo que contribuiu, mais tarde, para uma aceitação mais ampla do STR a partir do momento em que este assume a experiência. O apoio do STR contribui significativamente para o aumento da abrangência da experiência. Assim, *quando o STR assume o processo, formaliza a conquista de terra, já o faz com um certo “capital simbólico”, uma confiança que foi construída pelos agricultores, na prática (MAFRA, 2006).*

Para integrar os grupos de compra foram criados os “*Dez Mandamentos*”, um conjunto de normas que auxiliam na seleção dos novos compradores, mas também orientam suas práticas agrícolas e sociais.

Tabela 4 – “*Dez Mandamentos*”

- |   |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"><li>1. Interesse pela terra – ter amor pela terra e compromisso;</li><li>2. Comportamento no grupo – ter sinceridade, não mentir, não tomar decisões individualistas,</li></ol> |
|---|

- participar de reuniões;
3. Meio ambiente – ter consciência ecológica;
  4. Divisão – formar um grupo responsável e não tomar decisões precipitadas;
  5. Conquista das terras – fazer economia para comprar terra, ter em mente que isso é possível e viver em sintonia com a comunidade;
  6. Forma de convivência – ter diálogo e compreensão com os companheiros, tratar dos assuntos que envolvem a família, participação e reflexão religiosa em grupos, independente da seita;
  7. Participação e contribuição da mulher – lutar e animar o companheiro, exigir seu nome nos documentos, não ter vergonha de ser lavradora, participação na partilha das terras, participação nas decisões em grupo;
  8. Participação agrícola – participação nas forças de serviço e mutirão, recuperação e conservação de solo, visitar as propriedades dos companheiros, usar leguminosas;
  9. Maneiras de usar as coisas móveis do grupo – usar tração animal para os serviços do grupo, uso dos animais por pessoas acostumadas com esse trabalho, reconhecer as necessidades maiores de serviços, ter zelo com os animais;
  10. Maneira de usar os imóveis – conservar e ampliar as estradas, manter trilhas, usar e oferecer estruturas como moinho, engenho, olaria, usina, manter torneiras fechadas quando a água for pouca, controlar seus pequenos animais para não prejudicarem a propriedade vizinha.

Fonte: CTA-ZM, 2002.

Os *Dez Mandamentos* foram elaborados pelos próprios agricultores, mas fica bastante clara a influência das redes locais (MAFRA, 2006), principalmente aquela constituída com as CEBs e com o CTA-ZM<sup>42</sup>. Assim, mais que um conjunto de regras e sanções, a idéia de “mandamento” traz um conteúdo moral bastante forte, incluindo preocupação com a conduta e o caráter dos interessados em integrar os grupos de compra são postos em pauta (CAMPOS, 2006). Valores como *sinceridade*, *ter diálogo e compreensão com os companheiros*, *cuidar do que é coletivo* para não prejudicar a propriedade vizinha, mostram a centralidade de determinados valores, que por vezes não podem ser quantificados, para a participação na *Conquista*. Também é bastante presente nos *Dez Mandamentos* uma preocupação mais “ecológica” nas relações entre os agricultores e o meio ambiente; ter consciência ecológica, ter amor e cuidado com a terra e com os animais, também são seletivos na concepção do grupo. Campos (2006) faz uma divisão dos mandamentos em três grupos de temas:

*Em primeiro lugar eles definem uma série de procedimentos de decisão e resolução de problemas comuns (mandamentos 9 e 10). Em segundo, um conjunto de postulados morais que permitem avaliar a confiabilidade dos membros e definir padrões éticos de conduta comunitária (os mandamentos 2, 4, 5 e 6). Por fim, alguns*

---

<sup>42</sup> Em entrevista realizada em novembro de 2007, os técnicos do CTA-ZM afirmam que a organização não teve participação direta na formulação dos *Dez Mandamentos*, mas nem por isso descartam sua influência direta nesse texto. “(...) aí é que está a questão: até que ponto, por exemplo, a gente [o CTA-ZM] ajudou na conformação dos critérios que eles estabeleceram... acho que teve uma influência na conformação dos critérios, nem todos, mas muitos... Mas a gente acabou contribuindo pra que eles configurassem aquele conjunto de critérios” (técnico do CTA-ZM, entrevista realizada em novembro de 2007).

*dos mandamentos incorporam também questões de gênero e meio ambiente (os mandamentos 1, 3, 7 e 8). E de modo geral, todos incorporam na sua redação o discurso agroecológico (p.42).*

Segundo Sen (2000) os valores estabelecidos por uma determinada sociedade *respondem pela presença ou ausência de corrupção e pelo papel da confiança nas relações econômicas, sociais ou políticas*. Esses valores devem ser influenciados discussões públicas e interações sociais baseadas na liberdade de participação, o que parece ser o caso dos *Dez Mandamentos*. Os *Dez Mandamentos* foram importantes a partir do momento em que a experiência começa a se tornar mais conhecida e se institucionaliza, através do STR de Araponga. Estes critérios a tornam mais respeitada pelas pessoas, mesmo sem a existência de coerção ou de formalização (MAFRA, 2006). Esses critérios são importantes, como ressalta Campos (2006), pois *permitem monitorar o comportamento daqueles que participam da Conquista de Terras, reduzindo a possibilidade de oportunismo e risco para a experiência* (p. 42).

**Olha, de início a gente não tinha critério, mas depois surgiu a necessidade de botar critério sim, um conjunto de critérios que agente deu o nome de “Dez mandamentos”.(...) tem uma comissão sim, ela não tem “registro”, ela é uma comissão bem voluntária, né, que vai intervindo. Mas tem as pessoas que fazem a avaliação mesmo, tanto dos valores, da terra, das maneiras de visão das pessoas que vão entrar, rastreia também, quando as pessoas são mais de longe, quando não tem muita intimidade. Então faz um pouco o rastreamento da pessoa pra ver se realmente como é que é o comportamento dele, para ver se ele realmente pode integrar naquele grupo. Mesmo que ele não saiba, agente vai especular um pouco como é que é a vivência dele. Agente faz isso, sabe<sup>43</sup> (grifo nosso).**

**O sindicato sempre foi muito cuidadoso nessa pesquisa de quem entra na Conquista, então... é uma peneira muito fina que eles sempre fizeram. Eles pesquisam a vida da pessoa toda, antes de aceitar que essa pessoa entre numa compra coletiva, então, como é que uma pessoa age, é... eles têm lá os seus meios de verificar se aquela pessoa vai dar certo ou não vai (...)<sup>44</sup>**

Dessa forma, nota-se que a seleção daqueles que vão integrar os grupos de compra de terras depende de critérios que vão além do compromisso realizado pelo agricultor que deseja comprar a terra no momento em que solicita a compra. Baseia-se não somente em critérios objetivos, mas em toda a trajetória de vida da

---

<sup>43</sup> Entrevista realizada em outubro de 2007 com agricultor participante da *Conquista de Terras em Conjunto*.

<sup>44</sup> Entrevista realizada em novembro de 2007 com técnico do CTA-ZM.

pessoa o que é possível através de informações adquiridas por meio de outros agricultores, da família do interessado e de seus vizinhos<sup>45</sup>.

Os parceiros da experiência tiveram e continuam tendo grande importância no que se refere ao ganho de credibilidade da experiência, o aumento de famílias envolvidas e de terras compradas através da *Conquista*. O CTA-ZM, através de uma rede de relações mais ampla, conseguiu um financiamento junto a Fundação Ford (que financiava projetos do CTA-ZM) para a criação de um *Fundo de Crédito Rotativo*. Este fundo, cujo valor inicial era de 25.000 dólares, vem sendo utilizado para complementar os recursos que os agricultores já dispõem para comprar terras. Mas, como afirma o técnico do CTA-ZM, as pessoas continuam tendo que “fazer o esforço”, já que o fundo é utilizado para *complementar* o valor da compra, não para a realização da mesma. Assim o interessado tem que ter certo montante para se candidatar à compra. Segundo Mafra de forma geral, o processo de conquista de terras não se modificou com a utilização destes recursos, mantendo-se a mesma forma de conversão da dívida e de pagamento. Num período mais recente, o STR e, atualmente a ECOSOL-Araponga, começou a cobrar uma pequena taxa de juros sobre o empréstimo do fundo; segundo um dos envolvidos nas compras, esses juros são usados para manter a quantidade de dinheiro no fundo, devido aos eventuais aumentos nas taxas de inflação. Esses juros são usados *exclusivamente* para empréstimo para as compras. O fundo permitiu a participação de um número maior de famílias. Os princípios continuam sendo os mesmos e, talvez, sejam seguidos até mais rigidamente, mas o quadro para a realização da compra se tornou um pouco menos difícil do que o anterior (MAFRA, 2006). Assim:

*Na origem da experiência, o sacrifício e o risco envolvidos no processo eram assumidos plenamente pelos agricultores que juntavam o dinheiro e assumiam dívidas com outros companheiros. Hoje, embora a forma de pagamento da dívida seja a mesma e a inadimplência, segundo técnicos do CTA-ZM e STR, seja nula, as pessoas que se engajam no processo têm acesso mais facilitado ao dinheiro. Além disso, o respaldo do STR faz com que o processo tenha um caráter mais institucional que pessoal, o que, em muitos casos, pode ser sinônimo de segurança para quem se aventura na conquista de terras, sejam eles compradores ou vendedores (p.39).*

A institucionalização da *Conquista* pelo STR permitiu uma abertura maior para outras pessoas interessadas em participar das compras coletivas, antes fortemente limitadas por laços de parentesco e de vizinhança (o que não implica

---

<sup>45</sup> Na atualidade um dos critérios para participar da compra é *não ter nenhuma terra*. Mas pode haver exceções em casos específicos, como afirmou um dos entrevistados. Anteriormente um mesmo agricultor podia participar de mais de uma compra; há casos de agricultores que participaram de três, até quatro grupos de compra.

que essas redes tenham tido sua influência reduzida), o que continua acontecendo agora sob a direção da ECOSOL-Araponga. Assim, foi criada a possibilidade de participação nos grupos de compra de terra às pessoas de diferentes famílias e parte de círculos de amizades distintos, mas que se enquadrassem nos critérios de seleção estabelecidos.

Atualmente a ECOSOL-Araponga media as compras coletivas. Aí se dirigem as pessoas interessadas em fazer a compra e, como tem acontecido recentemente, também aqueles que desejam vender a terra<sup>46</sup>.

Tabela 5 – Origem da Terra Conquistada – Araponga (2006)

Origem da terra	Área (ha)	%
Fazendeiros, vendeu uma parte	290,0	58,2
Pequeno proprietário, vendeu uma parte	105,0	21,0
Tem outra profissão, vendeu uma parte	45,5	9,2
Mudou-se de Araponga	57,5	11,6
Total	498,0	100

Fonte: STR – Araponga

Ao mesmo tempo em que vão sendo formados os grupos de compra, há a procura da terra disponível. Então se realiza a compra da terra; a ECOSOL, como colocado anteriormente, somente media as compras; os documentos de propriedade da terra já são confeccionados com os nomes dos compradores.

Quanto ao tamanho das propriedades conquistadas, até 2006, mais de 95% é menor que 10 ha. A maioria possui área menor que 5 ha (78 propriedades) e somente 11 estabelecimentos possuem área maior que 10 ha. Estas propriedades (maiores que 10 hectares) foram sendo compradas em parcelas menores até atingirem o tamanho atual (CAMPOS, 2006). De acordo com Campos, é possível constatar o impacto da *Conquista de Terras em Conjunto* sobre a estrutura fundiária do município, já que amplia significativamente o número de propriedades com menos de 10 hectares, como mostra a tabela:

Tabela 6 – Distribuição do tamanho das propriedades da conquista – Araponga (2005)

Tamanho das propriedades (ha)	Número de propriedades	Área (ha)	%
De 1 a 5	78	197,9	39,8
De 5 a 10	21	151,2	30,5
De 10 a 15	10	132,4	26,4
De 15 a 20	1	16,5	3,3
Total	110	498,0	100

Fonte: STR – Araponga e dados de pesquisa de campo 2005 (CAMPOS, 2006)

<sup>46</sup> Um dos entrevistados afirmou que há casos de pessoas que se dirigem ao STR interessados em vender terras das quais não tem documentação. Quanto aos compradores, não há problemas em relação à documentação para a compra. Acreditamos que este fato está ligado a atuação anterior da Igreja. Um outro entrevistado afirmou que uma das atividades realizadas pela Igreja e Araponga foi o trabalho de documentação dos agricultores. “(...) a própria CEB foi estimulando os agricultores a se organizarem politicamente, através dos sindicatos. Então, a perspectiva era da abertura dos direitos dos trabalhadores, de *documentar os trabalhadores*, atender direitos, a lutar pela terra e tal”(Ferrari - técnico do CTA-ZM, 2007) (grifo nosso).

Quanto aos compradores, segundo dados do STR de Araponga, a média da faixa etária é de 19,5 anos, tendo até mesmo casos de menores de 18 anos que fazem a compra terra, com a autorização dos pais. Os casos de mulheres que têm a terra em seus nomes é menor, o que reflete a estrutura patriarcal que ainda rege as relações<sup>47</sup>.

O fato dos jovens estar adquirindo terra é recebido com grande alegria e satisfação por muitos agricultores do município. Em alguma medida este fato indica a possibilidade de continuidade dos trabalhos realizados no município, indica a continuidade das tradições rurais e o orgulho de viver no campo. A permanência dos jovens no campo é uma preocupação muito forte no município, já que o êxodo rural que vem aumentando significativamente<sup>48</sup>; entre os motivos está, certamente, a falta de perspectiva para os jovens no campo. A organização dos agricultores para a realização das compras coletivas de terra abre um novo leque de possibilidades para a permanência no campo. Outras ações vem sendo realizadas no sentido de construir uma base que permita aos jovens permanecer no campo. Uma delas, aguardada com ansiedade pelos agricultores é a construção da Escola Família Agrícola Puri (EFA Puri). Por meio dessa escola, se pretende criar uma identidade rural, resgatando a cultura e o orgulho de viver no campo, através de uma educação que seja mais adequada a realizada do meio rural e das condições dos agricultores. Se propõe um ensino baseado na agroecologia cuja intenção é a formação de técnicos agrícolas capazes de orientar práticas agrícolas dentro desta linha. O terreno onde será construída a EFA Puri foi doado por um grupo de agricultores que comprou terra através da *Conquista* na comunidade de Nova Horizonte, comunidade onde há o maior número de compras coletivas de terras no município<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> O CTA-ZM, realizando seu trabalho de divulgação e implementação da agroecologia, principalmente entre os agricultores envolvidos na *Conquista*, trabalha com a questão de gênero. A agroecologia propõe mudança em nível de relações familiares, assim a discussão de gênero é parte do processo. Busca-se estabelecer uma relação mais “igualitária” entre os homens e as mulheres, mostrando a importância da mulher na rotina de trabalho no campo. De acordo com Mafra (2006), a discussão sobre gênero parecia não mobilizar os agricultores na época em que a pesquisa realizou suas entrevistas. Ainda segundo ela, a discussão de gênero é bastante delicada e já gerou muitos conflitos e resistência quanto ao tema num período recente da história do STR. No entanto, têm ocorrido mudanças sutis, mas de grande significado nas relações de poder entre homens e mulheres em Araponga; o STR, por exemplo, na sua atual gestão, tem uma mulher na presidência.

<sup>48</sup> De acordo com Assis (2003), a população rural de Araponga passou de 79% em 1991, para 68% em 2000.

<sup>49</sup> Na comunidade de São Joaquim até o final de 2005, havia 43 propriedades compradas através da *Conquista*.

Outras ações coletivas vem sendo realizadas pelos agricultores envolvidos na *Conquista* como a criação da Associação de Agricultores Familiares de Araponga (AFA) em 1997, que vem coordenando ações de compra coletiva de insumos, além da comercialização de parte da produção dos agricultores, como forma de inserção no mercado. Através da AFA, cria-se um canal direto entre os produtores e os consumidores, evitando a presença dos atravessadores. Nesse sentido foi criado, em 2003, um mercado local para comercialização dos produtos agroecológicos<sup>50</sup>, o mercadinho da AFA que funciona ao lado da sede do STR. São vendidos verduras, legumes, frutas, açúcar mascavo, polpa de frutas, farinhas etc, todos produzidos sem o uso de agrotóxicos. Os produtos repassados ao mercadinho são parte daquilo que a família produz para autoconsumo e não consome ou mesmo produtos produzidos com a finalidade da venda. Apesar de pouco, a venda desses produtos ajuda na renda das famílias. O mercado vende os produtos e repassa para o produtor o valor dos mesmos, descontando as despesas da comercialização. O mercado também tem a finalidade de oferecer alimentos de qualidade a um baixo custo para a população mais pobre do município, procurando vender produtos agroecológicos a preços compatíveis com os produtos “convencionais”. Há limitações neste sentido, já que, estas famílias, sendo pobres, têm dificuldades em adquirir os produtos, mesmo a baixo preço.

Mais que a possibilidade de melhoria na renda, a implementação da AFA e do mercadinho têm grande importância tanto no que se refere a valorização do trabalho dos agricultores e das agricultoras, quanto por seu caráter educativo. Nesse sentido:

*A implantação do mercado da AFA (assim como a própria AFA) foi uma ação que teve um caráter educativo importante, na medida em que as relações que os agricultores tinham com o mercado eram, na maioria das vezes, indiretas. As discussões sobre custos e preço, o contato com o público, a possibilidade de diminuir atravessadores e a divulgação da produção e do trabalho como um todo, são processos de caráter capacitante, na medida em que têm auxiliado os agricultores a executarem seus projetos de vida (MAFRA, 2006: 73-74).*

Mesmo considerando a importância do mercadinho da AFA, alguns limites devem ser considerados como a incapacidade de absorver toda a produção dos agricultores e o repasse das mesmas para outros municípios da região, como já vem acontecendo com o feijão e a banana. O aumento do número de agricultores que desejam comercializar os produtos agroecológicos implicará na busca de

---

<sup>50</sup> Há pessoas responsáveis para verificar se os produtos são de fato agroecológicos.

outros canais de comercialização para estes produtos, uma vez que o mercado local é muito pequeno (MAFRA, 2006).

O café, produto comercial mais cultivado no município se coloca para muitas famílias envolvidas na *Conquista* também como principal produto comercial. Antes da *Conquista* muitos agricultores, trabalhando como parceiros, diaristas, repassavam o café produzido principalmente para os grandes proprietários locais. Assim não tinham uma experiência na comercialização do produto, tendo que construir canais para a comercialização e criar mercado para o produto, agora com uma característica diferenciada: trata-se de café agroecológico. A comercialização do café, ao mesmo tempo em que despertava grande interesse nos agricultores, devido as possibilidades de melhoria nas suas condições de vida, tem demandado um grande esforço dos agricultores e dos parceiros, e tem gerado também conflitos entre eles. A produção agroecológica demanda muito trabalho e para a aceitação deste café no mercado há uma série de exigências. Foi constatado que havia maiores possibilidades em relação a produção orgânica que a produção agroecológica<sup>51</sup>. Neste ponto houve discordâncias entre os técnicos do CTA-ZM (que acreditavam que os sistemas agroflorestais eram a melhor proposta para os agricultores) e os agricultores (que não viam os resultados dessa proposta que demanda muito esforço e significava insatisfação e prejuízos).

Havia, por parte dos mediadores (CTA-ZM e STR) uma preocupação quanto ao aumento das expectativas e do número de interessados na proposta do café orgânico, que representa, para muitos agricultores, a chance de obterem resultados financeiros positivos com a experiência, que até o momento não eram perceptíveis (MAFRA, 2006: 78). No entanto, mesmo para a produção orgânica há exigências a serem seguidas para que o produto seja certificado como orgânico, um processo que é bastante lento e seletivo, o que, como bem ressaltou Mafra pode fazer com que os agricultores tenham que perder certa autonomia, se submetendo às regras colocadas pelas certificadoras, o que pode significar sua exclusão de um mercado mais rentável.

*Pode-se dizer que, mesmo quando agricultores familiares tentam desenvolver alternativas próprias para enfrentar seus problemas, em especial sua situação de subalternidade, criando, digamos assim, um*

---

<sup>51</sup> Segundo a Articulação Mineira do Café Agroecológico Certificado (2005), organização integrada pelo CTA-ZM, “Mais que orgânico, nosso café é AGROECOLÓGICO. A agroecologia, além de se basear nos princípios ecológicos da agricultura orgânica, é fundamentada também na construção de processos de uma agricultura que seja sustentável do ponto de vista social, econômico, político, ambiental e que traga uma outra visão de como se relacionar e conviver no planeta. (...) Os produtos agroecológicos agregam outros valores para além dos produtos orgânicos como a diversidade, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, cidadania e participação”(MAFRA, 2006).



*novo repertório de possibilidades em relação àquelas que já existem, ainda assim correm o risco de terem este mesmo repertório apropriado pelos atores que dominam os espaços ou instâncias nas quais pretendem se inserir. Isso é o que se observa, por exemplo, no acesso ao mercado de orgânico. Defendido como um espaço para os pequenos agricultores familiares com poucos recursos, este nicho de mercado vai aos poucos se tornando uma oportunidade para aqueles que podem fazer altos investimentos na conversão das lavouras, na certificação e beneficiamento dos produtos e já têm acesso a alguns canais de comercialização. Repetem-se as disputas que ocorrem no mercado convencional e as deficiências dos agricultores familiares que seriam transformadas em vantagens voltam a enfraquecer estes atores (MAFRA, 2006: 85-86).*

Assim, corre-se o risco de voltar a uma condição subalterna no mercado; como aponta Mafra, *a estratégia que mais expectativa gerou nos agricultores e técnicos é também aquela que deixa mais claros os limites de autonomia nas relações com o mercado*. Para os agricultores da *Conquista*, envolvidos na produção orgânica, a entrada no mercado de café orgânico significou, muitas vezes, abrir mão de avanços significativos para atender às demandas deste mercado.

Atualmente alguns agricultores realizam a venda conjunta do café para a exportação, em busca de um retorno financeiro maior, o que se faz através de uma cooperativa no sul de Minas Gerais, sendo este, o segundo ano da venda. Foi realizada a certificação coletiva do café que tem um custo reduzido para os agricultores se comparado a certificação individual. Este grupo reduziu o número de agricultores ao longo dos anos. De acordo com um entrevistado, no começo eram 20, 21 agricultores, hoje são cerca de 15 agricultores. Há uma outra certificação feita pelos agricultores; trata-se de uma certificação que atesta que o produto é proveniente da agricultura familiar. O valor é inferior ao do orgânico, mas é maior que o do café convencional. Mafra (2006) afirma que esta melhoria da qualidade do café e sua conseqüente valorização estão associados a um relativo aumento no preço da terra no município.

A importância do mercado para esses agricultores deve ser entendida numa lógica que priorize não somente do lucro. Os esforços empreendidos num momento inicial da *Conquista*, voltados para a produção de subsistência, não representam uma resistência em relação ao mercado. Como afirmou um dos entrevistados, o mercado é importante e é alvo de preocupação dos agricultores, mesmo que nos discursos dos agricultores este não esteja presente como ação prioritária, ele não deixa de ser importante como uma estratégia de melhoria nas condições de vida dos agricultores e de suas famílias. No entanto, estes agricultores não estão submissos ao mercado; este se coloca como parte de uma

proposta mais ampla que não o lucro em si. Mafra apresenta um trecho de Karl Polanyi (2000), no qual este autor apresenta Os vínculos entre mercado, economia e relações sociais.

*A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas (p.70).*

Como destaca esta mesma autora, tal perspectiva não implica em alimentar uma “uma visão romântica” que exclui a importância das condições materiais, do consumo, da relação com o mercado. A auto-suficiência é bastante importante e central para os agricultores e os parceiros, mas este parece não ser o objetivo norteador da experiência. Os agricultores demonstram desejo de ter uma vida melhor e criar condições para que seus filhos tenham melhores condições que estes tiveram. Além disso, *há também uma série de bens, produtos e serviços que não estão relacionados diretamente à produção, mas são importantes para o bem-estar das famílias, que elas não produzem e que precisam buscar no mercado* (MAFRA, 2006: 71). Sen (2000) ressalta a importância dos mercados no processo de desenvolvimento; de acordo com ele a participação nos mercados não implica na submissão ao mesmo e pode ampliar as liberdades econômicas, sociais e políticas que melhoram e enriquecem a vida que as pessoas podem levar.

*Geralmente temos excelentes razões para desejar mais renda ou riqueza. Isso não acontece porque elas sejam desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar (p. 28).*

A ação coletiva e organizada tem um papel muito importante no processo da conquista da terra e na permanência dos agricultores no campo. A mão-de-obra usada em muitas propriedades, por exemplo, é feita através da troca de dias de serviço e de mutirões; também há trabalhadores que recebem diárias. Em algumas comunidades, como São Joaquim, os agricultores fizeram um engenho e também compraram equipamentos, como um trator para uso coletivo. Este foi comprado com um fundo feito pelos agricultores, se embasando no Fundo de Crédito Rotativo, usado na compra de terras. Mesmo aqueles que não participaram da

compra deste trator, podem usá-lo, mas todos (inclusive quem participou da compra) têm que pagar uma quantia que é usada para as despesas com manutenção do trator, com tratorista e também com combustível.

Por meio dos relatos e das pesquisas anteriormente realizadas sobre a experiência é possível perceber que a *Conquista de Terras em Conjunto* tem um significado mais amplo que os bens e as melhorias materiais nas vidas das famílias agricultoras. Os ganhos estão relacionados também a um aumento considerável de autonomia no que se refere a produção, as formas de organização do trabalho e ao mercado; a saída de uma condição de submissão dos agricultores em relação aos antigos “patrões”; a possibilidade de permanecer no campo fora de uma condição de pobreza, vislumbrando no meio rural a construção de uma vida digna e satisfatória, como no caso dos jovens.

Através da *Conquista de Terras* os agricultores se mobilizaram, se organizaram e agiram de modo a transformar a realidade na qual estavam inseridos. Estes agricultores continuam se envolvendo em outros espaços e com outros grupos como o STR, a AFA e a EFA ampliando os espaços de participação dos agricultores em Araponga. Essa experiência permitiu aos agricultores maior autonomia no sentido produtivo, político e social. Mas as dificuldades são grandes e se tornam ainda maiores de acordo com a condição específica de cada agricultor.

Quanto maior é o envolvimento dos agricultores com outros atores, como o STR e o CTA-ZM, por exemplo, maiores serão as possibilidades destes serem bem sucedidos na solução dos seus problemas e na superação dos possíveis obstáculos. A experiência da *Conquista* não se dá de forma igual para todos. O diferencial, os ganhos para os agricultores que estão envolvidos na experiência parecem estar (e são muitos os atores que reconhecem isso) na capacidade que os agricultores desenvolvem de encontrar, negociar e aplicar soluções para seus próprios problemas (MAFRA, 2006).

Apesar das mudanças que vem se dando ao longo da *Conquista*, como a criação do Fundo de Crédito Rotativo, as dificuldades para o pagamento das terras continuam grandes. A negociação foi facilitada, mas o pagamento da dívida assumida implica num grande sacrifício das famílias que tem que reduzir ao máximo seus gastos e economizar tudo o que podem para pagar o empréstimo. Muitas dessas famílias passam por um momento de intensa privação e muitas delas têm que permanecer ainda em relações de parceria para pagar pela terra conquistada.

As terras conquistadas muitas vezes encontram-se bastante degradadas, há também a questão da falta de água em algumas delas, sendo a solução desses problemas demandante de um intenso trabalho de recuperação do solo e das nascentes. Neste momento inicial, os agricultores têm também que construir suas casas e as outras instalações nas propriedades, o que requer condições materiais, tempo e mão-de-obra. Esse período é bastante difícil para os agricultores e não são raros os casos de famílias que passam fome ou que têm crianças desnutridas na família. Não há casos de inadimplência<sup>52</sup>, mas os riscos assumidos pelos agricultores são grandes.

Mesmo com as dificuldades do momento inicial os agricultores relacionam a *Conquista de Terras* à uma série de melhorias nas condições de vida das famílias, melhores condições de produção, saúde, alimentação, maior participação nos espaços de decisão política. Ainda que ao seja uma garantia, a propriedade da terra assinala essas possibilidades. Para muitos agricultores a conquista da terra está ligada à conquista da *liberdade*.

**Com relação à terra é o seguinte: a terra simboliza liberdade, sabe. O ar de liberdade tem que ser pela terra da pessoa, senão não respira ar de liberdade, quer seja no campo, quer seja na cidade, assim pensa a gente, sabe. É o mesmo que morar numa casa alugada ou numa casa própria. (...) Além da gente achar que é injusto a pessoa que trabalha na terra e a terra não estar no nome dele, é uma injustiça, no geral. E a pessoa não tem liberdade de ação<sup>53</sup>.**

*A terra pra mim é vida. Terra é esperança, alegria, motivação pra que eu possa dar continuidade ao trabalho e ao mesmo tempo me dá estabilidade, segurança, tranqüilidade. Significa liberdade. Hoje a Conquista de Araponga trouxe uma tranqüilidade muito grande para as famílias, liberdade de produzir o que quiser e o aumento da auto-estima. Para nós, hoje no município trouxe uma sensação de segurança e capacidade de intervir, modificar, eu falo com mais segurança (Romualdo, agricultor e técnico do CTA-ZM, entrevista realizada por Campos, 2006).*

Através da *Conquista de Terras em Conjunto*, os pequenos produtores de Araponga mostram que têm condições de adquirir terras, num processo diferente do convencional, coletivo e para serem geridos de forma diferente do que prega o modelo agrícola convencional (MAFRA, 2006). Alguns entrevistados afirmam que o surgimento e o sucesso da experiência em Araponga estão ligados à condição de submissão e dependência na qual se encontravam muitos trabalhadores rurais no município, associadas “à palavra de Deus”, ou seja, à atuação das CEBs. Também

---

<sup>52</sup> De acordo com um entrevistado, em média as terras são pagas num período de 2 anos.

<sup>53</sup> Entrevista realizada em outubro de 2007 com agricultor participante da *Conquista de Terras em Conjunto*.

são importantes as relações de confiança estabelecidas entre os agricultores e entre estes e os parceiros, como o CTA-ZM e o STR.

Através do que foi aqui exposto sobre a *Conquista*, é possível perceber como a aquisição de determinadas liberdades se relaciona diretamente a conquista de outras. Ao buscar compreender o processo em curso no município de Araponga como um processo de desenvolvimento como liberdade, tal como propõe Amartya Sen, é preciso perceber a importância em se considerar os encadeamentos que unem uma liberdade à outra e fortalecem sua importância conjunta. Outro ponto essencial é perceber a centralidade do protagonismo dos agricultores. Estes, com muita coragem, esforço e ajuda de outros atores, ampliam consideravelmente as condições para que eles mesmos passem a delinear seu próprio caminho em direção àquilo que acreditam; a moldar seu próprio desenvolvimento.

#### 4 A CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO E O “DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE”

*(...) a terra para mim é vida, autonomia, liberdade, sabe? Direito que a pessoa tem de falar, de ouvir, enfim, de trabalhar. Em resumo, a terra significa vida, você tá entendendo? Por que é onde você tem tudo, se você tem um pedaço de chão você tem tudo, você tem autonomia, de fazer o que bem pensa, quer, você sonha, você tem a liberdade de plantar de colher, sabe? Você não tem a liberdade de destruir ela, você tem que pensar que hoje ou amanhã você tem que deixar para os outros, né? Sinceramente, um pedaço de chão para quem trabalha na roça, principalmente, ele é tudo*

Paulinho, agricultor, entrevista realizada por Campos (2006)

Na obra de Sen (2000), o autor trata da importância de critérios que possam ser utilizados na análise da efetividade de um processo de desenvolvimento que não se fixa apenas em aspectos econômicos. Assim, este autor propõe alguns elementos que devem ser considerados na verificação de um real processo de desenvolvimento. Parâmetros como ampliação do acesso a saúde e educação e na melhoria na moradia das pessoas, por exemplo, devem ser considerados quando se pretende analisar a efetividade do desenvolvimento. Dessa forma, alguns dos critérios bastante utilizados para medir o “grau de desenvolvimento” – como aumento da renda *per capita* ou melhoria da qualidade de vida – não são suficientes para aferi-lo, devendo ser, neste sentido, acrescidos o acesso a educação, a saúde, oportunidades econômicas para os indivíduos, entre outros.

De acordo com este autor, o desenvolvimento deve ser entendido como ampliação das liberdades reais dos indivíduos, o que deve se constituir como *meio* e como *fim* do desenvolvimento. Ainda segundo Sen, uma liberdade fortalece outras liberdades, sendo importante que estas sejam concretizadas de maneira simultânea. Outro ponto enfatizado pelo autor, no processo de desenvolvimento é a importância da *participação ativa* dos indivíduos. Esses devem atuar como protagonistas no processo, construindo seus próprios caminhos para o desenvolvimento, baseando-se nas suas necessidades, nos seus desejos e nas suas possibilidades. Portanto, é primordial a existência de um ambiente democrático, que crie condições para a participação popular.

Sob essa perspectiva não há um modelo de desenvolvimento, sendo este algo definido de acordo com a *expansão das liberdades* que os indivíduos desfrutam e sendo estes indivíduos os *agentes* do processo, definindo as liberdades que consideram importantes segundo seu próprio entendimento. Dessa forma, cada localidade tem seu próprio processo que a levará ao desenvolvimento; àquele onde as pessoas podem escolher quais são as suas necessidades, o que desejam, o que podem fazer e o que, com a ampliação de suas liberdades, poderão fazer.

No sentido de compreender a experiência da *Conquista* no município de Araponga como um processo de desenvolvimento como ampliação das liberdades, identificamos quatro variáveis a serem utilizadas como parâmetros quantitativo e qualitativo que indicariam, dentro da perspectiva de Sen, um autêntico processo de desenvolvimento como liberdade para as pessoas envolvidas nessa experiência, quais sejam: o acesso a educação, participação dos agricultores (sindicato, associações etc.) e melhoria nas condições de moradia e saúde.

#### **4.1 O ANTES E O DEPOIS DA CONQUISTA: O QUE MUDOU**

##### **4.1.1 NO ACESSO A EDUCAÇÃO**

Tomaremos o termo educação numa perspectiva que não se restringe ao acesso à educação formal, ou seja, à escolarização, incluindo a educação informal, como cursos promovidos pelo CTA-ZM e pelo STR, por exemplo. Assim, ampliamos a perspectiva de Sen, acreditando que a educação se trata de algo mais amplo que o acesso a escolarização básica, não desconsiderando, no entanto, sua importância.

Campos (2006) constatou a participação dos agricultores e agricultoras que adquiriram terras por meio da *Conquista* em cursos de apicultura, café orgânico, café agroecológico, colheita e pós-colheita do café, homeopatia, corte e costura, compota, sabão, sabonete, ecoturismo, agroecoturismo, formação de agricultores, formação de monitores das escolinhas sindicais, planejamento do sindicato e da associação, entre outros, que serão, nesta pesquisa, considerados como processos educativos. De acordo com os dados da pesquisa realizada por Campos, o acesso à educação aumentou para cerca de 68% dos entrevistados. Para 23% dos entrevistados não houve alteração em relação ao acesso a educação e 9% não têm informações sobre o assunto. Nenhum dos entrevistados afirmou ter tido o acesso à informação reduzido depois da *Conquista*.

A mudança de condição dos agricultores de parceiros para proprietários, em si, já se constitui como uma *possibilidade* de ampliação do acesso à educação formal pelos agricultores, agricultoras e seus filhos. A saída de uma condição subordinada em relação aos patrões permite aos agricultores organizar seu tempo para realizar atividades que acreditam ser importantes e aquelas que valorizam, como, por exemplo, ter uma formação escolar básica. Certamente a propriedade da terra em si não garante o acesso à educação escolar, tampouco a formação em outros espaços. A simples não existência de uma escola adequada às necessidades dos agricultores, no que se refere à proximidade com o sítio de residência e trabalho, adequação do conteúdo e da metodologia à realidade local e faixa etária, podem se constituir como fortes empecilhos na realização plena deste desejo por parte das pessoas. Também

as unidades produtivas pequenas, como no caso daquelas adquiridas por meio da Conquista, são, em geral, fortemente demandantes do trabalho familiar devido às tecnologias utilizadas no processo produtivo, sendo importante a disponibilidade de todos os membros da família para a realização das atividades (em especial nas épocas de colheita), o que pode comprometer de alguma forma as idas à escola. Entretanto, seguramente a propriedade da terra amplia a possibilidade do acesso a escolarização, muitas vezes comprometida pela subordinação aos patrões.

**Eu fiz apenas a 4ª série, eu e um irmão meu, porque nós já morava na terra dos meus pais. Antes os outros não conseguiam nem fazer uma 4ª série. Nem de ir na aula os outros tinha liberdade. Tinha que ficar o dia todo por conta do patrão. Eu mesmo só comecei a ir na aula com dez anos de idade, que eu fiz a 4ª série. Por isso, por que na terra do patrão nem de ir na escola você tem liberdade não. Eu tô contanto da minha história, mas isso não mudou não, isso continua<sup>54</sup>.**

No caso da *Conquista*, a participação do CTA-ZM foi e continua sendo muito importante para os agricultores. Esta instituição se constitui como uma forte ponte de apoio aos agricultores no sentido de permitir sua permanência na terra, por meio de difusão de práticas que demandam menor aporte de recursos (tanto financeiros quanto aqueles mais diretamente ligados à produção agrícola, como insumos químicos) externos à propriedade. Por meio da agroecologia tem sido possível aos agricultores realizar seus cultivos agrícolas da maneira que eles acreditam ser menos nociva ao meio ambiente e à saúde das pessoas, o que, podemos afirmar ser uma das demandas dos agricultores e uma importante motivação para os mesmos realizarem a *Conquista*. O acesso às técnicas de cultivo com base nos princípios da agroecologia tem contribuído na garantia da segurança alimentar das famílias, assim como para uma alimentação mais completa no que se refere a quantidade de nutrientes, evitando a desnutrição, por exemplo.

Assim, o acesso à informação pelos agricultores tem sido bastante influenciado pela presença das redes de organizações que têm contribuído substancialmente para a permanência e melhoria contínua na vida das famílias integrantes da *Conquista*<sup>55</sup>.

**(...) e a Conquista trouxe eles [os agricultores] para uma rede de organização. Então eles passam a ter muito mais acesso a informação. Seja informação técnica que vem através do CTA, seja informação dos direitos que têm através do sindicato, os direitos que têm... a saúde. Então passam a ter mais informação porque ingressam nessa rede organizativa que o sindicato tem no município<sup>56</sup>.**

**Eles participam dos grupos de homeopatia, dos grupos de plantas medicinais. Eles têm todo um trabalho conjunto, não**

<sup>54</sup> Entrevista realizada em outubro de 2007 com agricultor participante da *Conquista de Terras em Conjunto*.

<sup>55</sup> Cabe ressaltar que, apesar da importante contribuição dessas organizações, não estamos inferindo que o Estado torna-se algo dispensável.

<sup>56</sup> Entrevista realizada em novembro de 2007 com técnico do CTA-ZM.



fica isolado. Você tem apoio de várias organizações, você tem apoio, hoje, da universidade [UFV], do pessoal da educação [Departamento de Educação da Ufv], então se cria a idéia de montar uma EFA, não é a toa, né. De deixar uma área no Novo Horizonte [comunidade do município] para construir uma Escola Família Agrícola diferente, para os filhos desses agricultores que estão lá; que vão passar por uma escola diferente, uma outra filosofia; mostrar a importância da roça, mostrar a importância, não de ser um cidadão, mas uma “roçania”, como diz o Seu Neném e tal<sup>57</sup>.

Como ressaltado na fala anterior, a EFA a ser criada no município é vista pelos agricultores e parceiros como meio de fortalecer os laços das crianças e jovens com a terra, dando continuidade às conquistas e atribuindo valor às mesmas. A EFA Puri é esperada com grande entusiasmo no município e se constitui como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar com base na agroecologia. Isso porque uma das motivações para a criação desta escola e uma das expectativas em relação à mesma é a formação de técnicos agrícolas capazes de prestar assistência baseada nos princípios da agroecologia. De acordo com alguns envolvidos na *Conquista*, a assistência prestada pela EMATER no município, não contempla os anseios dos agricultores, especialmente naquilo que se refere a tecnologia difundida, sendo o CTA-ZM melhor aceito na prestação de assistência técnica.

Não restringindo a *Conquista* à compra da terra, como deve ser entendida a experiência, é possível perceber o grande e importante aumento, por parte dos agricultores, de acesso à informação. Devemos, portanto, não restringir a propriedade da terra a melhoria neste acesso, sendo importante considerar as redes construídas a partir desta experiência. De qualquer forma, a conquista da terra foi fundamental para viabilizar estes acessos, devendo ser tomada como um elemento central no processo de ampliação do saber, do conhecer. Assim, numa perspectiva mais ampla de educação, o próprio processo de compra coletiva pode ser entendido como um processo educativo já que este imprime novas formas de organização e sociabilidade na vida dos agricultores.

#### **4.1.2 NA PARTICIPAÇÃO DAS AGRICULTORAS E DOS AGRICULTORES**

O protagonismo dos agricultores é apontado por muitas pessoas envolvidas na *Conquista* como um dos mais importantes e significativos resultados desta experiência; mais que um resultado, no entanto, o aumento da participação efetiva dos indivíduos tem sua relevância enquanto processo de aprendizado e

---

<sup>57</sup> Entrevista realizada em novembro de 2007 com técnico do CTA-ZM.

transformação dos agricultores e parceiros. A construção de uma participação ativa dos agricultores foi um processo bastante longo o que pode ser atribuído às relações sociais locais marcadas pela dependência e subalternidade, condição que se coloca profundamente arraigada na vida social dos agricultores. Esta condição, como aponta Mafra (2006), é resultado *de processos históricos, de experiências vivenciadas por outros, de valores familiares cultivados e transmitidos, das influências educacionais e culturais.*

Com os trabalhos realizados pelas CEBs essa realidade começa a se modificar e vai lentamente ampliando a participação mais ativa dos agricultores. Na atualidade, como afirma Campos (2006), muitos agricultores que participaram das primeiras compras coletivas, portanto bastante relacionados com as CEBs, se envolvem com outras entidades e instâncias como a Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA), no STR, na Cooperativa de Crédito (ECOSOL), na Associação Mineira das Escolas Família Agrícola (AMEFA), como conselheiros do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Araponga (PMDRS) e um deles é atualmente, vice-prefeito do município (CAMPOS, 2006: 40).

A questão da participação ativa dos agricultores no processo da *Conquista* está diretamente relacionada à capacitação dos mesmos; ao seu acesso a educação informal especialmente, tal como colocado no item anterior. Como destacado por Sen, as liberdades são interdependentes e estimulam umas às outras. Assim, é possível estabelecer esta forte ligação entre acesso à informação – que amplia as capacidades dos indivíduos – e seu poder de participação. Desta forma, as liberdades vão simultaneamente gerando outras liberdades e se fortalecendo em conjunto.

Neste processo, o contato com outras instituições permitiu aos agricultores ampliar seus conhecimentos e sua autoconfiança. Como afirmam os técnicos do CTA-ZM, os agricultores que têm relação com a *Conquista* são os mais ativos no município, se mobilizam, se informam, buscam saber sobre os seus direitos, procuram conhecer novas técnicas que melhorem a produção, se preocupam e buscam novos mercados e formas de gerar renda.

O contato com os parceiros (que são também importantes mediadores) se coloca de forma essencial para a experiência da *Conquista de Terras*. Neste sentido, mesmo que essa não seja a intenção por parte dos mediadores, ou dos agricultores, ao mesmo tempo em que os agricultores vão ganhando autonomia em determinados aspectos, passam também a depender, em certa medida, dos mediadores, como acontece no caso da comercialização do café.

*Se CTA e STR saíssem hoje, haveria problemas porque estão entrando numa fase complicada do processo de comercialização. Mesmo assim, um burro sozinho não puxa o carro. Todos perderiam muito se não houvesse esta troca. Porque, uma assistência técnica o agricultor não teria condições de pagar por ela. É muito diferente da*

*ação da EMATER e a gente ficaria de braço quebrado. Mesmo que a gente conseguisse produzir o esterco e continuasse com as lavouras, a gente ia agarrar no processo de comercialização. Também acesso a recursos financeiros à participação destas instituições é fundamental porque o agricultor não tem uma educação mais refinada no sentido de entender das leis e negociar com determinadas instituições etc. O peso da voz é muito diferente (entrevista com agricultor realizada por Mafra, 2004).*

Assim, para os agricultores, a relação de interdependência com os parceiros é importante e se coloca como possibilidade de maior autonomia em alguns campos, como o da produção, por exemplo. No entanto, essa relação de interdependência não implica, necessariamente, numa relação de subordinação em relação aos parceiros. Na medida em que os agricultores se sentem mais capazes de expressar seus desejos, conhecer suas possibilidades e os conflitos que sempre existiram – mas que se apresentavam de forma sutil – se tornam cada vez mais explícitos. Assim os agricultores, em alguns casos, passam a discordar das proposições dos mediadores e buscam caminhos diferentes daqueles propostos inicialmente pelos mesmos, o que indica a ampliação da autonomia dos agricultores na escolha do caminho que desejam seguir.

Podemos estabelecer uma relação entre esta ampliação da autonomia individual dos agricultores e o maior posicionamento no trato de diferentes questões, com participação desses indivíduos em diferentes grupos e instituições. Numericamente, no entanto, há pouca alteração nos padrões de participação social<sup>58</sup>, tal como apontado por Campos (2006). Segundo esta autora, a *Conquista* não alterou significativamente os padrões de participação social, exceto, no STR. Aí, a participação aumentou tanto no caso dos homens quanto das mulheres. No caso dos homens, houve uma queda sutil na participação nos mutirões, na participação nas CEBs, nas missas e nas atividades de lazer e não houve alteração no que se refere as trocas de dias de serviço. No caso das mulheres, houve um considerável aumento na participação social, ampliando sua participação no grupo de mulheres, nos mutirões e nas CEBS. Campos também aponta que a participação das mulheres ainda é bastante inferior a dos homens, mas mudanças importantes podem ser notadas como a presença de mulheres na presidência do sindicato.

---

<sup>58</sup> De acordo com Campos (2006) a participação social está ligada a participação dos indivíduos em organizações, instituições e eventos.

#### 4.1.3 NA MORADIA E NA SAÚDE DAS AGRICULTORAS E DOS AGRICULTORES

Campos (2006) afirma que um importante ponto relatado pelos agricultores é aquele relativo a melhorias nas moradias. Em sua pesquisa de campo, esta autora traz dados que comprovam as significativas transformações nesse ponto ocorridas após a *Conquista*. Os dados coletados apontam que, num grupo de 79 famílias, 35 delas construíram a casa própria, 16 reformaram e ampliaram a casa e quatro famílias construíram e ampliaram a casa. Nessa mesma pesquisa a autora ressalta que muitas melhorias são feitas nas propriedades; assim são construídos ou reformados o paiol, curral e o terreiro para secar o café. Também a saída da condição de parceiros permitiu aos agricultores ampliar o acesso a bens materiais como mobília e eletrodomésticos para a casa, como geladeira, televisão, bicicleta, moto<sup>59</sup>.

Outro ponto generalizadamente ressaltado, tanto entre os técnicos e os pesquisadores, quanto entre os agricultores é a melhoria da saúde depois da *Conquista*. A propriedade da terra, associada ao apoio dos parceiros (o CTA-ZM, especialmente) permitiu a melhoria significativa na saúde dos agricultores e de suas famílias. Isso porque, a propriedade da terra, permitiu aos agricultores cultivar os produtos que queriam, incluindo cultivos voltados para a subsistência, o que era, por vezes, proibido pelos patrões. Também os agricultores puderam passar a cultivar reduzindo, ou mesmo deixando de fazer uso de agrotóxicos, o que se mostrava como uma preocupação (há muitos relatos de intoxicação e desnutrição infantil) e, ao mesmo tempo, uma motivação para a compra da terra e para o cultivo agroecológico.

*(...) A preocupação com a saúde foi um motivo pra gente vim pra agroecologia. Hoje, tem onde produzir e dar um bem-estar para a família e já teve muita mudança: os filhos pequenos ficavam sempre doentes, agora não fica mais. Eu não sei direito porque mas acho que era por causa do veneno. Antes, tinha que usar todo tipo de veneno na produção [ele era parceiro de outro produtor] e a roupa que ia para casa, acho, fazia mal pra saúde dos menino. Agora, não tem mais que correr para o médico, a água é boa.... Antes da terra era tudo sem liberdade e sem respeito a uma divisão certa (entrevista com agricultor, 2004 realizada por Mafra, 2006).*

Neste contexto o apoio do CTA-ZM se coloca como fundamental, construindo em conjunto com os agricultores uma agricultura com base nos princípios da agroecologia, fornecendo as bases técnicas para um cultivo menos dependente de insumos químicos e com uma maior diversidade de cultivos. Como destacou Mafra (2006), as melhorias na produção de alimentos, juntamente com a preocupação com a qualidade da água, a conservação das nascentes e a redução do uso de agrotóxicos, têm impactos importantes sobre a segurança alimentar das famílias, influenciando

---

<sup>59</sup> Não devemos desconsiderar, entretanto, que na atualidade o acesso a esses bens são, de forma geral, mais amplos que no passado dadas as condições de pagamento facilitadas que permitem, mesmo as camadas empobrecidas da população, adquirir determinados bens.

positivamente a saúde dos agricultores e diminuindo a pressão sobre os serviços públicos de saúde no município.

Sen afirma que o acesso aos serviços de saúde é um ponto fundamental para a liberdade e a ampliação das mesmas. A *Conquista de Terras*, entretanto, mostra que a saúde das pessoas não está condicionada à existência de postos e centros de saúde e aos hospitais, sendo esta anterior àqueles. Muitas doenças que atingem um grande contingente de pessoas podem ser evitadas por meio da garantia de água de qualidade, alimentação adequada e informação, permitindo que as pessoas tenham saúde para poder ter a possibilidade de fazer escolhas. Não se trata de tirar o papel importante que o Estado deve desempenhar neste processo, mas desvincular a idéia de saúde a simples existência de estruturas físicas ou medicamentos. A saúde, numa acepção mais ampla, deve ser uma garantia do Estado para toda a população.

Quanto à atuação do Estado frisamos a essencialidade da sua participação na melhoria das condições de vida de um contingente cada vez maior de pessoas, por meio da garantia de serviços públicos ligados ao acesso à saúde e a educação escolar, assim como na garantia de infraestrutura, como estradas, energia elétrica, permitindo que os indivíduos ampliem suas possibilidades de acesso à informação e aos mercados. No caso da *Conquista*, o que se observa, a princípio, é que as melhorias na vida dos agricultores foram, em grande medida, gestadas e postas em prática com pouca ou nenhuma presença do poder público, tanto no que se refere ao acesso à terra, quanto no que se refere à provisão de garantias essenciais como a educação escolar, como aponta a experiência da construção da EFA. Acreditamos que é importante fazer da organização, como a que se construiu ao longo dos anos em Araponga, um instrumento de luta e pressão pela ampliação da atuação do Estado no atendimento das demandas das camadas mais pobres da população.

#### **4.2 O ANTES E O DEPOIS DA CONQUISTA: O QUE NÃO MUDOU**

A *Conquista de Terras* trouxe significativas mudanças na vida das pessoas envolvidas, especialmente na vida dos agricultores e suas famílias. Analisando a experiência através das lentes de Sen (2000) ou Souza (1994; 2006), tomando o desenvolvimento como ampliação das liberdades das pessoas e considerando este processo como uma mudança sócio-espacial positiva, a *Conquista* se constitui um processo de desenvolvimento (certamente, numa visão fortemente marcada pelo “localismo”, como apontaram Sousa Santos e Rodrigues). A experiência possui muitos méritos: melhorou a saúde das pessoas, as tornou mais autoconfiantes e participativas, ampliou seu acesso ao mercado, possibilitou o acesso e permanência na terra, permitiu às pessoas fazer escolhas (tudo isso, é

claro, dentro de determinados limites, tais como vêm sendo mostrados), mesmo que de forma restrita, espacial e socialmente.

Entretanto, há muitas famílias que têm dificuldades de acessar a terra através desta estratégia, tanto no que se refere à obtenção de recursos financeiros necessários para a compra, como para atender aos critérios estabelecidos para integrar os grupos de compra, baseados na confiança e nos laços de interconhecimento. Assim, muitas famílias são impedidas de adquirir a terra por meio da *Conquista*, mostrando a abrangência limitada da experiência. Como aponta Mafra (2006), na experiência em Araponga parece predominar uma lógica de acordo com a qual, quanto maior for o aporte de recursos, materiais e imateriais, maior a facilidade de acessar outros recursos. Nesse sentido, os agricultores que possuem certo grau de politização, organização, uma experiência de mobilização que se iniciou com as CEBs, passando pela formação do CTA-ZM, do STR de Araponga, são os que apresentam melhores resultados em relação à *Conquista*.

A *Conquista de Terras em Conjunto* é uma estratégia de acesso à terra e significa ganho relativo na autonomia dos agricultores e conseqüente perda de poder por parte das elites locais (MAFRA, 2006). No entanto, essas conquistas devem ser relativizadas e analisadas com muita cautela. Em certa medida, a propriedade da terra e a produção agrícola permitiram uma maior autonomia em relação à elite do meio rural de Araponga. Assim, esses agricultores passaram a gerir da forma que acreditam ser melhor, dentro de suas possibilidades, não mais se submetendo aos ditames das elites locais, seja no âmbito da produção, da comercialização e da política institucional. A conquista da terra modificou as relações sociais no município, e alguns produtores afirmam ter conquistado maior respeito, além de serem tratados de forma “diferente” por outros agricultores e por pessoas ligadas a instituições com as quais se relacionam. Um dos agricultores afirmou que agora não são mais os agricultores que “correm atrás” das elites e sim o contrário. No entanto, as relações de dominação em relação aos agricultores sem terra e/ou com pouca terra continuam, inclusive entre os membros da *Conquista*, além do que, apesar do considerável número de agricultores que conseguiu a propriedade da terra, a experiência não foi capaz de alterar profundamente a estrutura fundiária do município.

A concentração fundiária em Araponga é muitas vezes escamoteada por trás do grande número de pequenas propriedades. O município possui uma área total de 30.300 hectares dos quais 20.738 são ocupados por propriedades rurais, num total de 634 propriedades (IBGE, 1996). Destas, 263 são menores que 10 hectares (correspondendo a cerca de 40% das propriedades) e 326 se encontram entre 10 e

100 hectares (cerca de 50% das propriedades). Mais de 90% das propriedades possuem área menor que 100 hectares. Assim, um total de 371 propriedades ocupa uma área de 10.923 hectares no município.

No sentido contrário, apenas três propriedades no município ocupam uma área de 2.208 hectares. Somadas as propriedades que possuem uma área entre 100 a 1000 hectares temos que 90 propriedades ocupam uma área de 9.815, quase a mesma área ocupada pelas 371 propriedades menores que 100 hectares, dados que podem ser verificados por meio da tabela abaixo:

Tabela 7- Estrutura fundiária de Araponga (1996)

Grupos de área (ha)	Nº de propriedades	Área total (ha)	Área total (%)
a) Menos de 10	263	1.215	5,85
Menos de 1	19	10	0,05
1 a menos de 2	27	40	0,19
2 a menos de 5	109	364	1,75
5 a menos de 10	108	801	3,86
b) 10 a menos de 100	365	9.708	46,81
10 a menos de 20	124	1.754	8,46
20 a menos de 50	157	4.872	23,49
50 a menos de 100	45	3.082	14,86
c) 100 a menos de 1000	45	9.815	47,33
100 a menos de 200	30	4.069	19,62
200 a menos de 500	12	3.538	17,05
500 a menos de 1000	3	2.208	10,66
Total geral	634	20.738	100

Fonte: modificado de IBGE (1996)

Como exposto anteriormente, a Zona da Mata como uma região caracterizada pelo minifúndio e pela predominância absoluta de pequenos produtores foi questionada por Cintrão (1996). Primeiro porque, através da observação, a paisagem que se vê das estradas não evidencia uma menor concentração de terras, sendo possível observar grandes áreas de pastagem, praticamente sem casas (ou mesmo gado). Segundo, porque há estudos sobre a questão fundiária da Zona da Mata que afirmam que *a distribuição da propriedade agrícola na zona da mata é, em termos gerais, bem aproximada da que se verifica no Brasil, no sentido que prevalece forte concentração da propriedade* (p. 44). A autora buscou então, fontes que permitissem compreender os porquês dessa “fama” da região. Assim, por meio de uma nova análise do Censo, concluiu que o que diferencia essa micro-região parece ser a porcentagem da área total ocupada pelo estrato de estabelecimentos de 10 a 100 ha (que somam 57,8% dos estabelecimentos, média que cai para 50,19% no estado de Minas), assim como por numa menor presença (e importância) de estabelecimentos acima de 1000 ha (que ocupam 22,9% da área total no estado de Minas, e somente 1,31% na Zona da Mata)

(p.44). Cintrão, entretanto, ressalta que “*a alcunha de região ‘menos concentrada’ não deve obscurecer a importância da concentração fundiária na dinâmica política e social da zona da mata*”.

A iniciativa da *Conquista de Terras em Conjunto* – e em processo de expansão para outros municípios da região – tal como relatou um dos entrevistados, deixa transparecer que, mesmo com a presença de um grande número de pequenas propriedades, a questão da concentração fundiária e do acesso à terra no município de Araponga (e na região) se colocam como questões latentes. Em Araponga, há uma grande quantidade de agricultores que trabalham como parceiros e assalariados devido à falta de terra ou a propriedade de um pedaço pequeno de terra, insuficiente para a satisfação das necessidades e dos desejos das famílias.

Mesmo com a conquista da terra, as relações de exploração do trabalho no campo do município não foram superadas. Assim, na medida em que alguns agricultores adquirem terras através da compra coletiva, seus antigos patrões buscam outros agricultores para dar continuidade ao trabalho. Dessa maneira, se reproduz, em certa medida, o ciclo de dominação sobre os trabalhadores rurais por parte das elites; vale lembrar que esta dominação não está restrita a produção, se estende para o campo da política institucional, por exemplo. Mesmo alguns participantes da *Conquista* têm ainda que se submeter a relações de parceria para garantir o sustento da família, dada a quantidade insuficiente de terra e as condições da mesma, por exemplo.

A reforma agrária, num sentido não estritamente de distribuição de terras, mas entendida enquanto um processo mais amplo de distribuição de ativos fundiários, que envolve o acesso aos recursos naturais, ao financiamento, à tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho e a distribuição de poder político, tal como colocado por Leite (2007) deve ser uma luta maior dos agricultores. Dessa forma é possível garantir que todas as pessoas, independentemente de terem ou não condições materiais, o acesso à terra para que se faça cumprir sua função social. Como ressalta Oliveira (2003) a reforma agrária não significa um risco ao setor competitivo do campo, tampouco se coloca como anacrônica em tempos de globalização (idem, 2001; LEITE, 2007). A terra deve servir como base para quem deseja e precisa produzir.

*A terra por eles [os latifundiários] não é apropriada para produzir. Este processo tem uma história longa de mais de 500 anos. Mas, a terra não pode ser considerada uma mercadoria qualquer que pode ficar retida e acumulada nas mãos de poucos. Ela é uma coisa especial. Dela depende a humanidade para sobreviver (OLIVEIRA, 2003: 153).*

As diferentes estratégias criativamente desenvolvidas pelos agricultores, como a *Conquista*, têm um grande mérito: é por meio dessas ações que o campesinato vem se reproduzindo ao longo do tempo e é, também por meio delas, que os agricultores são capazes de acompanhar e incorporar o movimento dinâmico da realidade, mais



rapidamente do que o faz o poder público, por exemplo. Através destas estratégias os agricultores criam condições de permanência no campo e, no caso da *Conquista de Terras em Conjunto*, fortalecem um processo de desenvolvimento baseado na ampliação da liberdade. No entanto, a conquista da terra deve, ser apoiada e acompanhada por ações pelo poder público, sob o risco limitar os benefícios da experiência, como vem ocorrendo. O acesso e o apoio necessário para a permanência na terra são premissas fundamentais para um processo de desenvolvimento efetivo. Essas premissas devem ser garantidas àqueles que desejam viver no campo e aí produzir.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da *Conquista de Terras em Conjunto* em Araponga se constitui como uma importante e criativa estratégia de acesso à terra e abriu um campo de novas e melhores possibilidades para os agricultores e agricultoras do município. *Quem tem sua própria terra, pelo menos pode sonhar*, como afirma uma agricultora. De fato, a compra da terra permitiu aos agricultores uma melhoria substancial na sua condição de vida, ligado a saúde, acesso a informação, melhorias na moradia, na sua capacidade e possibilidade de fazer escolhas e na redução da submissão às elites locais no que se refere à produção, comercialização e representação política. Por isso, podemos compreender esta experiência como uma forma de “territorialização na imobilidade” da agricultura familiar, como definido por Haesbaert (2006), já que, a partir da conquista da terra as famílias passam a ter o controle sobre suas vidas e seu espaço (re)produtivo. A terra passa a ser o espaço onde os agricultores podem decidir, fazer escolhas e intervir segundo seus interesses, demandas e possibilidades, o que não se restringe, como foi discutido ao longo deste texto, ao nível da produção agrícola.

Compreender ao *Conquista* como uma forma de “territorialização da agricultura familiar” nos fornece uma importante indicação sobre as motivações que levam muitos agricultores e pessoas envolvidas na *Conquista* a atribuir o significado mais profundo desta experiência ao termo *liberdade*. Aqui cabe uma ressalva no sentido de que, o uso deste termo deve ser entendido de maneira contextualizada, considerando as condições de extrema submissão e dependência às quais estas pessoas estavam subjugadas no período anterior à compra da terra, o que não exclui os importantes ganhos dos agricultores ao longo do processo da *Conquista*.

O que se observa é que as relações de poder no município ainda são desiguais, favorecendo às elites locais. Os agricultores e agricultoras com condições materiais e imateriais (confiança, autoconfiança, informação etc) muito reduzidas, têm dificuldades de acessar a terra através da *Conquista*. Também o aumento do preço da terra se constitui como um empecilho às compras; inclusive, como afirmaram alguns entrevistados, este processo já está em curso no município devido à melhoria na qualidade do café. Assim, a estratégia de acessar a terra por meio do mercado, utilizada pelos agricultores mostra suas limitações.

O acesso à terra é essencial para a concretização do desenvolvimento numa acepção mais ampla, que inclui não somente aumento da renda, mas que garanta uma vida saudável e digna, que tenha as pessoas como protagonistas nesse processo, escolhendo seus próprios caminhos, por meio de uma reflexão coletiva que prime pelo conjunto mais amplo da sociedade, e que as pessoas tenham garantidas as

condições para isso por meio da ação do Estado. O desenvolvimento pautado no crescimento econômico, ou mesmo como sinônimo deste, não é garantia de melhoria nas condições de vida das pessoas, tampouco significa uma melhor distribuição de renda, como bem mostra a história.

No sentido de construir um desenvolvimento pautado na ampliação da liberdade das pessoas, para uma quantidade cada vez maior de indivíduos, algumas ações são prioritárias. A reforma agrária, por exemplo, se coloca como um importante instrumento de desenvolvimento para o Brasil. Como sugere Leite (2007), a reforma agrária deve ser compreendida *numa abordagem mais ampla de desenvolvimento (econômico, social, sustentável etc.), ponderando devidamente variáveis como a conquista da autonomia por parte das famílias beneficiárias, a melhoria das condições de vida, o reconhecimento dos direitos de um conjunto variado de atores e agentes relacionados com a terra e com os recursos naturais, bem como a presença das mulheres nesse cenário*. A reforma agrária deve ser realizada no sentido de garantir que todos aqueles que necessitam e desejam estar na terra, aí estejam, produzam e vivam em boas condições. Esta deve ser uma pauta de todas as organizações e grupos que lutam pelo acesso a terra, assim como do Estado, rompendo com a relação de dominação de uma classe sobre a outra advinda da apropriação privada da terra como meio de especulação e garantia de poder.

Como coloca Martins (2000), a questão agrária deve ser resolvida renunciando os particularismos, convencionalismos e imediatismos de instituições, partidos, grupos e pessoas. A opção pela *Conquista de Terras em Conjunto* não problematiza de forma mais ampla a questão do acesso à terra no município. Essa estratégia e os números publicados a seu respeito podem esconder a concentração fundiária no município de Araponga, levando a uma não organização para o enfrentamento da questão.

Assim, torna-se importante realizar estudos profundos sobre a real situação fundiária da Zona da Mata, ampliando o conhecimento sobre seu processo de ocupação, vasculhando arquivos em busca de documentos que tratam dos títulos de propriedade, verificando à quem estes foram dados e de que forma se deu este processo de transferência de títulos. Dando continuidade, sugerimos a análise da evolução da (re) organização da estrutura fundiária na região, mostrando como a terra vem sendo distribuída e utilizada. O Censo agropecuário realizado em 2007, cujos dados serão disponibilizados no início de 2008, poderá, certamente contribuir para este tipo de análise.

Uma das questões que emergiu a partir da realização desta pesquisa remete a própria idealização e gênese da *Conquista*. Como colocado por Mafra

(2006), o não enfrentamento direto, através de conflitos explícitos, da questão da posse da terra na Zona da Mata faz parte da *cultura local*. Cabe investigar mais profundamente como se configurou tal “cultura local”, especialmente no que se refere à influências como a da Igreja ou dos movimentos sociais “mais combativos”, como o MST, por exemplo. Estudos desse tipo poderiam trazer indicações sobre como a influência de diferentes atores pode direcionar distintas estratégias de acesso à terra.

Outros pontos a serem investigados com maior profundidade, mais diretamente relacionados à *Conquista*, são o processo de institucionalização da experiência e a participação do poder público. Por meio destes estudos poderá ser possível verificar como vem se dando e quais são as conseqüências da institucionalização da experiência para os agricultores e mediadores, no que se refere a autonomia dos envolvidos na *Conquista* e a burocratização da mesma, ligada à seleção de novos interessados em adquirir terras. Sobre a participação do poder público, sugerimos a realização de estudos que tratem das suas ações e limites das mesmas no sentido de garantir a continuidade e ampliação da possibilidade do acesso à terra por meio da *Conquista*, assim como da importância da participação do Estado na provisão de garantias que contribuam na permanência dos agricultores e suas famílias na terra.

Ainda que apresentando diversas limitações e mesmo não propondo uma transformação radical nas formas de produção e reprodução no campo, a *Conquista de Terras em Conjunto* foi e continua sendo muito importante para as famílias. Como colocam Sousa Santos e Rodrigues (2005), usar o critério de não proposição do abandono da produção capitalista como “(des)qualificador” de determinadas iniciativas, *pode fechar as portas a propostas que, ainda que surjam dentro do capitalismo, abrem as portas a transformações graduais em direções não capitalistas e criam enclaves de solidariedade no seio do capitalismo*. A análise crítica das alternativas deve ser feita, não no sentido de diminuir a sua importância ou o seu potencial, mas no sentido de fortalecer estas estratégias.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Geraldo Gonçalves de. *Conhecer Araponga*. Araponga, 2003. 275 p.

BRITO, Maristella de A.; MESQUITA, Olindina V.. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970-75. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, jan-mar/1982. p.03-49.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. *Conquista de terras em conjunto: redes sociais e de confiança – experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga-MG*. Viçosa: UFV, 2006. [Dissertação de Mestrado em Extensão Rural].

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A.. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, Patrício S.A., FONTES, Rosa. Desigualdades na região da Zona da Mata mineira. In: Fontes, Rosa, Maurício, Fontes (ed.). *Crescimento e desigualdade regional em Minas Gerais*. Viçosa: 2005. p.389-462.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. *Conquista de terras em conjunto: um caminho original e eficiente*. In: Revista 15 anos CTA-ZM. jul. 2002. p.24-26.

CINTRÃO, R. P.. *Ongs, tecnologias agrícolas e representação política do campesinato*. Itaguaí: CPDA/UFRRJ, 1996. 385p. [Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade].

CONQUISTA da Terra em Conjunto. Direção Tânia Calliari. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2000, vídeo 33 minutos, VHS, son., color..

DELGADO, Guilherme. "A questão agrária no Brasil, 1950-2003". In Luciana Jaccoud (org.) *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005, pp. 51-90.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant' Ana e MOREIRA, André de Castro C. (organizadores). Inventando os comuns. In: Diegues, Antônio Carlos Sant'Ana e Moreira, André de Castro C.. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p.43-78.

FAVARETO, Arilson. Desenvolvimento. In: *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: FAPESP, 2007. p. 37-84.

FURTADO, Celso. Introdução. In: Furtado, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Nacional, 1980. p. 01-28.

GIDDENS, Anthony. É a Modernidade um Projeto ocidental? In: *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991. p. 173-176.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/31/d31\\_t04.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/31/d31_t04.shtm). Acesso em 28 ago 07.

LEITE, Sérgio Pereira. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen. *Boletim de Ciências Econômicas XLX*. 2007.

MAFRA, Flávia Luciana Naves. Práticas, poder e perspectivas em reconstrução: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araponga, Minas Gerais. 2006. 161p.. Tese [Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade] - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. Introdução: A Disputa Política pela Forma da Reforma Agrária. In: Martins, José de Souza. *Reforma Agrária: O impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000. 11-72p.

MAZZLI, Leonel. O modelo de modernização via complexo agroindustrial e seu esgotamento. In: *O processo de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"*. São Paulo: UNESP, 2000. p.17-36.

MÜLLER, Geraldo. Indústria e agricultura no Brasil: do latifúndio-minifúndio ao CAI. In: Müller, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec/EDUC: 1989. p.27-67.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, SP, v. 15, n. 43, p.83-100, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. 164p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: Revista Terra Livre. São Paulo. Ano 19, v.2, nº21, jul/dez.2003. p.113-156

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: Costa, L.F. e Santos, R. (orgs.) *Política e reforma Agrária*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. de. *Rincões Transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA*. Rio de Janeiro, 2004. 54p. (versão preliminar).

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus. 1980. 306p.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A natureza da globalização e a globalização da natureza. In: Porto Gonçalves, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Emir Sader (org.). Rio de Janeiro: Record, 2004. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização). p.11-75.

SACHS, Ignacy. A busca de um atalho para o desenvolvimento. In: Sachs, Ignacy. *Capitalismo de estado e subdesenvolvimento: padrões de setor público em economias subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1969. p. 29-48.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e ética – para onde ir na América latina? Estratégias de desenvolvimento nacional na era da globalização. In: SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p.9-25.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Prefácio. In: Sousa Santos, Boaventura de. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 13-23p. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2)

SOUSA SANTOS, Boaventura de, RODRIGUES, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: Sousa Santos, Boaventura de. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 23-78p. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2)

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O subdesenvolvimento das teorias do desenvolvimento*. 1994. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/museu/principios/antiores.asp?edicao=35&cod\\_not=820](http://www.vermelho.org.br/museu/principios/antiores.asp?edicao=35&cod_not=820)  
Acesso em: 10 out. 2007. 11p.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento sócio-espacial. In: Souza, Marcelo José Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução ao planejamento e a gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 60-72.

VALVERDE, Orlando. A Fazenda de Café Escravocrata no Brasil. In: *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985. p.17-72.

## 7 ANEXOS

Roteiro da entrevista semi-estruturada com um dos pioneiros da *Conquista de Terras em Conjunto*

1. Como foi o começo da *Conquista de Terras em Conjunto*? Quais foram as motivações e as dificuldades do processo?
2. Qual era a sua condição de trabalho antes da *Conquista*? Como eram suas relações com o mercado?
3. Como os agricultores ficam sabendo da *Conquista*?
4. Como é a organização para a compra da terra? Quem pode entrar nos grupos de compra? Quais são os critérios utilizados?
5. Como são formados os grupos de compra e como acontece a compra da terra no que se refere á questões burocráticas e legais?
6. Como se deu a criação do fundo de crédito rotativo e como ele funciona?
7. Na atualidade, quais são as demandas das famílias?
8. Há alguma forma de organização que não se restrinja à compra? Quais são elas?
9. Porque você acredita que a experiência deu certo em Araponga (o que há em Araponga que talvez não haja em outros lugares capaz de explicar a gênese e continuidade do processo)?



Roteiro da entrevista semi-estruturada com os técnicos do CTA-ZM:

1. Desde quando o CTA atua em Araçatuba e porque iniciou essa intervenção?
2. Qual foi a relação entre a criação do STR e o CTA?
3. Como foi a participação do CTA na gênese da *Conquista*? E na atualidade, qual é o papel do CTA?
4. Como foi acessado o crédito da Fundação Ford? Como foi e como este fundo vem sendo utilizado?
5. Qual é o envolvimento dos agricultores da *Conquista* com o CTA? Como se deu este processo de envolvimento?
6. Qual é perfil dos agricultores da *Conquista* (o que faziam antes/ o que queriam/ nível técnico da agricultura)?
7. O que mudou para os agricultores (e para o CTA) depois da *Conquista*?
8. Você acredita que a *Conquista* aumentou a autonomia dos agricultores? E em que aspectos essa autonomia foi aumentada?
9. O que, no interior da *Conquista*, gerou essa ampliação na autonomia (acesso à terra, aumento na participação etc)?
10. O CTA interfere nas relações entre os agricultores e o mercado? De que forma?
11. Qual é a importância da propriedade da terra para o CTA (relação entre agroecologia e a propriedade da terra)?
12. Existe o incentivo da agroecologia como forma de cultivo no local? Há conflitos em relação a isso (o que querem os agricultores e o que quer o CTA/ STR)?
13. Qual é a contribuição da agroecologia na superação de relações de dependência, de exploração?
14. Porque os agricultores querem a *propriedade* da terra e como os eles estabelecem relações com a mão-de-obra necessária para “tocar” a lavoura (formas solidárias de trabalho e motivação para que elas ocorram)?
15. Qual é a concepção de desenvolvimento do CTA? A *Conquista* conseguiu, de alguma forma, concretizar essa concepção?
16. Porque você acredita que a experiência deu certo em Araçatuba (o que há em Araçatuba que talvez não haja em outros lugares capaz de explicar a gênese e continuidade do processo)?